



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA, MEMÓRIA E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL/LOCAL**

**COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE DA
COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE MANDIOCA DE
SÃO FELIPE/BA**

Gilvânia Nunes Chaves

SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BAHIA
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Gilvânia Nunes Chaves

**COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE DA
COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE MANDIOCA DE
SÃO FELIPE/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Dra. Rocio J. A. Castro Kustner.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BAHIA
2010

N972 Chaves, Gilvânia Nunes.
Cooperativismo e desenvolvimento local: análise da cooperativa agrícola dos produtores de mandioca de São Felipe. / Gilvânia Nunes Chaves - 2010.

173 f.: il

Orientador: Prof. Dra. Rocio J. A. Castro Kustner.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de pós-graduação em Cultura Memória e Desenvolvimento Regional, 2010.

1. Cooperativismo – Brasil - Nordeste. 2. São Felipe – Bahia
I. Kustner, Rocio J. A. Castro. II. Universidade do Estado da Bahia, programa de pós-graduação em Cultura Memória e Desenvolvimento Regional.

CDD: 334.09813

Elaboração: Biblioteca Campus V/ UNEB
Bibliotecária: Juliana Braga – CRB-5/1396.

Termo de Aprovação

Gilvânia Nunes Chaves

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE MANDIOCA DE SÃO FELIPE/BA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) DCH – CAMPUS V, na área de concentração em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Santo Antônio de Jesus-BA, 12 de agosto de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Rocio J. A. Castro Kustner (orientadora) – UNEB

Dr. Alexandre Américo Almassy Júnior – UFRB

Dra. Maria Suzana de Souza Moura – UFBA

Dedico este trabalho aos meus pais José dos Santos Chaves e Maria de Lourdes Nunes Chaves, meu porto seguro e eternos professores.

Aos meus irmãos, sustentáculos de minhas vitórias e maiores incentivadores. Em especial, a minha querida e sempre amada Gildete (*in memoriam*), verdadeiro exemplo de vida, por ter me ensinado a não desanimar perante os obstáculos e pela confiança e amor que sempre me dedicou.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é imprescindível ao término de qualquer tarefa em que se reconhece a importância do apoio e da ajuda de outros para a sua efetivação. A minha conquista é o reflexo de um esforço pessoal que se tornou bastante prazeroso, pois além de ser algo muito desejado, tive a felicidade de contar com muitas pessoas especiais, portanto aproveito a oportunidade para agradecer a todos que participaram desta minha trajetória.

Inicialmente agradeço a Deus por está sempre ao meu lado, nunca me deixar desanimar, iluminar-me e conduzir-me ao melhor caminho, sendo minha fonte de energia, sabedoria e serenidade nos momentos mais difíceis.

A minha família, em especial, aos meus pais pelo apoio incondicional, incentivo e orações constantes. Aos meus irmãos e sobrinhos pelo estímulo a minha formação, atenção, carinho e confiança que sempre me dispensaram.

À professora Rocio Castro Kustner pela disposição em me orientar, pelas sugestões, carinho e confiança que constantemente me dedicou. A Alexandre Américo Almassy Júnior e Maria Suzana de Souza Moura pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições. A todos os professores do Mestrado Multidisciplinar em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pelo subsídio teórico e pela promoção de debates.

Aos funcionários do Mestrado pela atenção e colaboração, em especial a César Ely Santos Melo e Julinara Silva Vieira. Aos funcionários da biblioteca da UNEB - Campus V, que jamais se negaram a contribuir para o enriquecimento da base teórica desta pesquisa.

Aos colegas do Mestrado pelo aprendizado, discussões e reflexões, especialmente a Valdirene Santos Rocha Sousa e Maria da Paz de Jesus Rodrigues pelo apoio, atenção, incentivo, carinho e companheirismo de todos os momentos, bem como, pelo precioso envolvimento em discussões e sugestões fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

À Eliane Silva Azevedo por compartilhar de minhas dificuldades, anseios, inquietações e alegrias. À Aline dos Santos Lima pelas contribuições e sugestões sempre muito pertinentes e bastante valiosas. À professora Ivaneide Silva dos Santos

pela disponibilidade em esclarecer minhas dúvidas durante a elaboração do anteprojeto para o ingresso no Mestrado. À Maria das Graças de Sousa pelo apoio de todos os momentos. A Cláudio Café Souza pela disponibilidade todas as horas que precisei de um conhecedor da informática.

Ao meu pai e a Lucidalva Oliveira de Andrade pela colaboração ímpar na pesquisa de campo. À Antonia Nunes Chaves Brito, Gilmaura Nunes Chaves da Fé e Luís Alberto dos Santos Brito pela ajuda dispensada na organização do mini-curso e dos grupos focais e em tudo que precisei.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu bolsa de estudos, viabilizando a realização deste trabalho.

Aos membros da COMASFE e aos moradores de sua área de atuação pela gentileza com que me receberam e pela disposição em auxiliar durante todo o processo de coleta de dados, em particular a Antonio Jaime de Adorno, Maria Bernadete dos Santos Adorno e Joana da Cruz de Andrade.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe (STR), representado por Gerson Cavalcante Almeida e Manoel Bomfim de Andrade Santos; ao poder público municipal na figura de Cilda Mary Costa dos Santos; e a toda equipe da Secretaria de Agricultura do Município de São Felipe nas pessoas de Manoel Bomfim Barbosa Reis, Nailson dos Santos Conceição, Paulo Conceição Barbosa e Simone Soares Batista de Jesus pela colaboração e acolhimento.

Ao superintendente da Organização das Cooperativas da Bahia (OCEB), José Alberto Batista, e a professora Teresinha Gomes de Carvalho pela atenção, disponibilidade e partilha de informações.

Por fim, agradeço, ainda, o apoio dos muitos professores, parentes, amigos e colegas, que torceram por mim e me estimularam, seria impossível mencionar a todos. Obrigada!

[...] quem vive o cooperativismo se apaixona por ele. Assim como na paixão, todos os envolvidos são co-responsáveis por manter o estímulo do outro e garantir o elo da cooperação.

Sandra Mary C. F. Machado (2006, p. 8)

RESUMO

As organizações cooperativistas emergem como um instrumento inovador de políticas de desenvolvimento em resposta às adversidades do capitalismo, apresentando-se como uma estratégia propulsora de uma economia mais solidária e sustentável. O presente trabalho propõe analisar as implicações socioeconômicas da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA (COMASFE) no desenvolvimento local e os impasses que dificultaram seu maior dinamismo no município, bem como a continuação de suas atividades. Trata-se de um estudo de caso, cujas discussões se efetivaram a partir da realização de pesquisas bibliográficas, que embasaram o debate acerca das concepções de desenvolvimento local e cooperativismo. Ademais, utilizou-se como instrumentos de coletas de dados grupos focais, questionários e entrevistas com os principais agentes sociais envolvidos com a COMASFE, representantes da sociedade civil e do poder público local. Observou-se, principalmente com base no posicionamento dos cooperados, que essa organização contribuiu com o desenvolvimento local, ao passo que dinamizou a economia e proporcionou integração social. Contudo, esse desenvolvimento não ocorreu de forma sustentável, já que alguns fatores decorrentes, sobretudo, do seu processo de fundação, cuja iniciativa parte de agentes externos, e do fato da cooperativa estabelecer relações comerciais com uma única empresa, confluíram para o surgimento de percalços que determinaram a sua desativação. As questões suscitadas nesta pesquisa sinalizam a necessidade de reflexões contínuas acerca das práticas cooperativistas no Brasil. Repensar os mecanismos utilizados pelos empreendimentos cooperativistas é o primeiro passo para a constituição de cooperativas bem-sucedidas, posto que as heranças culturais autoritárias, individualistas e paternalistas ainda figuram como entraves para a plena efetivação dos princípios cooperativistas, desvirtuando a prática desse tipo de organização.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Cooperativismo. COMASFE.

ABSTRACT

The cooperative organizations emerge as an innovative manner with development policies as response to the adversity of capitalism, reporting as a great strategy of a more sympathetic and sustainable economy. The present study aims to analyze the socioeconomic implications of the Manioc Producers Agricultural Cooperative in São Felipe town from Bahia (COMASFE) in local development and the troubles that made its greater dynamism difficult in the town, as well as the continuation of its activities. This work is a case study, whose discussions have begun with literature researches, which gave support to the debate with concepts of local and cooperatives development. Furthermore, it was used as tools of collection data focus groups, questionnaires and interviews with main social agents involved with COMASFE, civil society representatives and local government. It was observed, mainly based on the positioning of the members from cooperative, which this organization has contributed to local development, and has become the economy dynamic and provided social integration. However, this development didn't occur in a sustainable way, as some factors stemming in particular the process of foundation, whose initiative is from external agents, and the fact that the cooperative business relations with an only company, came together for the emergence of mishaps which led to its deactivation. The issues discussed in this research indicate the necessity for continuous discussions about the cooperative practices in Brazil. Rethinking the mechanisms used by the cooperative ventures is the first step towards the formation of very successful cooperative, because the cultural authoritarian, paternalistic and individualistic heritage still appears as obstacles to the complete realization of the cooperative principles, distorting the practice of this kind of organization.

Keywords: Local development. Cooperative. COMASFE.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1. Bahia: Território de Identidade Recôncavo | 21 |
| Figura 2. São Felipe: localização da COMASFE e das comunidades que constituem sua área de atuação | 105 |
| Figura 3. São Felipe: estrutura administrativa da COMASFE - 1980 | 111 |

LISTA DE FOTOGRAFIAS

| | |
|--|-----|
| Fotografia 1. Sapezinho: pequenos produtores trabalhando na construção da sede da COMASFE -1979 | 104 |
| Fotografia 2. São Felipe: sede da COMASFE, comunidade do Sapezinho - 2010 | 110 |
| Fotografia 3. COMASFE: cooperados e seus familiares trabalhando em regime de mutirão -1980 | 115 |
| Fotografia 4. Sapezinho: casa construída de adobe e telhado de palha | 121 |
| Fotografia 5. São Felipe: casa residencial, construída no terreno adquirido pela COMASFE, comunidade Fazenda Velha | 122 |
| Fotografia 6. COMASFE: estrutura física interna e equipamentos em estado precário | 135 |
| Fotografia 7. Depósito da COMASFE degradado | 135 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1. Brasil: evolução do número de cooperativas - 1995-2009 | 72 |
| Gráfico 2. Brasil: incidência de cooperativas por região - 2009 | 81 |
| Gráfico 3. Brasil: evolução do cooperativismo agropecuário - 1995-2009 | 86 |
| Gráfico 4. Bahia: evolução do número de cooperativas ativas - 1998-2009 | 88 |
| Gráfico 5. São Felipe: distribuição dos associados da COMASFE por nível de escolaridade - 2010 | 109 |
| Gráfico 6. São Felipe: conhecimento dos associados da COMASFE em relação aos princípios cooperativistas - 2010 | 129 |
| Gráfico 7. São Felipe: conhecimento dos associados em relação ao Estatuto da COMASFE - 2010 | 130 |
| Gráfico 8. São Felipe: interesse na reativação da COMASFE, segundo associados e não-associados - 2010 | 137 |
| Gráfico 9. São Felipe: renda dos cooperados - 2010 | 144 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1. Bahia: Índice de Gini -1970-2006 | 56 |
| Quadro 2. Principais diferenças entre associação e cooperativa | 68 |
| Quadro 3. Brasil: legislação do cooperativismo | 78 |
| Quadro 4. São Felipe: taxa de alfabetização - 1991/2000 | 109 |
| Quadro 5. São Felipe: motivos para os cooperados se associarem a COMASFE - 2010 | 113 |
| Quadro 6. São Felipe: principais atividades desenvolvidas pela COMASFE, segundo cooperados - 2010 | 115 |
| Quadro 7. São Felipe: contribuições da COMASFE para os associados - 2010 | 119 |
| Quadro 8. São Felipe: contribuições da COMASFE para o desenvolvimento da comunidade local, segundo não-associados - 2010 | 123 |
| Quadro 9. São Felipe: causas da paralisação das atividades da COMASFE, segundo associados - 2010 | 126 |
| QUADRO 10 – Comparativo da estrutura de diferentes cooperativas segundo produção, origem e mercado consumidor | 134 |
| Quadro 11. São Felipe: principais dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor nas comunidades que constituem a área de abrangência da COMASFE, segundo cooperados e não-cooperados - 2010 | 139 |
| Quadro 12. São Felipe: local de venda da produção, segundo associados e não-associados - 2010 | 140 |
| Quadro 13. Concepções de membros da COMASFE sobre o que é uma cooperativa | 143 |
| Quadro 14. São Felipe: ocupação dos cooperados - 2010 | 144 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1. Brasil: evolução do faturamento e exportação das cooperativas - 2006 - 2009 | 73 |
| Tabela 2. Brasil: números do cooperativismo por ramo de atividade - 2009 | 84 |
| Tabela 3. Bahia: número de cooperativas ativas por ramo de atividade - 2008/2009 | 89 |
| Tabela 4. Estabelecimento e área da agricultura familiar e não-familiar, segundo municípios do Território de Identidade Recôncavo/BA-2006 | 98 |
| Tabela 5. São Felipe: número de estabelecimentos agropecuários das principais culturas e quantidade produzida - 2006 | 99 |
| Tabela 6. São Felipe: distribuição dos cooperados da COMASFE por sexo e idade - 2010 | 108 |
| Tabela 7. São Felipe: frequência dos cooperados nas reuniões e assembleias da COMASFE - 2010 | 131 |
| Tabela 8. São Felipe: possibilidade dos não-cooperados se associarem a COMASFE - 2010 | 137 |
| Tabela 9. São Felipe: presença dos cooperados da COMASFE e não-cooperados em organizações da sociedade civil - 2010 | 142 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------------|---|
| ACI | Aliança Cooperativista Internacional |
| ADHB | Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil |
| ADS | Agência de Desenvolvimento Solidário |
| APAEB | Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente |
| APAMSP | Associação dos Produtores Agropecuários do Município de São Pedro |
| ASCOOB | Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar |
| BANEB | Banco do Estado da Bahia |
| BNCC | Banco Nacional de Crédito Cooperativo |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CCSP | Centro Comunitário de Serviços de Pintadas |
| CECOOP | Conselho Estadual de Cooperativismo |
| CEPED | Centro de Pesquisas e Desenvolvimento |
| CFP | Companhia de Financiamento da Produção |
| CIBRAZEM | Companhia Brasileira de Armazenamento |
| CNPJ | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica |
| COBAL | Companhia Brasileira de Alimentos |
| COMASFE | Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| COOAFATRE | Cooperativa da Agricultura Familiar do Território do Recôncavo |
| COOPAMSP | Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro |
| COPPE | Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia |
| COOPERAFIS | Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão |
| COOPERRECÔNCAVO | Cooperativa Agroindustrial do Recôncavo da Bahia |
| CREDIPINTADAS | Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas |
| EMATERBA | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INAN | Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição |

| | |
|-----------|--|
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| ITCP | Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares |
| MDA | Ministério de Desenvolvimento Agrário |
| MOC | Movimento de Organização Comunitária |
| NCC | Novo Código Civil |
| OCA | Organização das Cooperativas das Américas |
| OCB | Organização das Cooperativas Brasileiras |
| OCEB | Organização das Cooperativas do Estado da Bahia |
| ONGs | Organizações Não-governamentais |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNB | Produto Nacional Bruto |
| PNBB | Projeto de Nutrição Brasil/BIRD |
| RECOOP | Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária |
| PROAGRO | Programa de Tecnologia Agroindustrial |
| PRODEAGRO | Programa de Desenvolvimento Agro-ambiental do Estado do Mato Grosso |
| PRODECER | Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRONINC | Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SEI | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais |
| SEPLAN | Secretaria do Planejamento |
| SESCOOP | Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo |
| SICOOB | Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |

| | |
|---------|---|
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste |
| UCSAL | Universidade Católica de Salvador |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFRB | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |
| UNIFACS | Universidade Salvador |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| 1 DESENVOLVIMENTO LOCAL: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS | 30 |
| 1.1 REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO: A EMERGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL | 33 |
| 1.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTRATÉGIA PARA UMA SOCIEDADE JUSTA E EQUITATIVA | 39 |
| 1.3 O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL E DO PODER PÚBLICO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL | 46 |
| 1.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ESPAÇO RURAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS | 54 |
| 2 COOPERATIVISMO: ORIGEM E PRESSUPOSTOS | 64 |
| 2.1 COOPERATIVISMO NO BRASIL: REPERCUSSÕES E PERSPECTIVAS | 71 |
| 2.1.1 <i>Legislação cooperativista brasileira</i> | 76 |
| 2.1.2 <i>Espacialização do cooperativismo no Brasil</i> | 80 |
| 2.2 O COOPERATIVISMO NA BAHIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO | 87 |
| 2.3 O COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: EXPERIÊNCIAS PROMISSORAS | 90 |
| 3 COOPERATIVISMO EM SÃO FELIPE: A EXPERIÊNCIA DA COMASFE | 98 |
| 3.1 REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DA COMASFE À LUZ DE AGENTES SOCIAIS | 108 |
| 3.2 IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA COMASFE NO DESENVOLVIMENTO LOCAL | 114 |
| 3.3 COMASFE: IMPASSES E LIMITES | 124 |
| 3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMASFE E SEUS COOPERADOS NO CENÁRIO ATUAL | 135 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 146 |
| REFERÊNCIAS | 152 |
| APÊNDICES | 163 |

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento capitalista vem fomentando problemas socioeconômicos a bilhões de cidadãos que sobrevivem em condições precárias. As mudanças na conjuntura da sociedade atual convergem para a consolidação de uma estrutura político-econômica caracterizada pela crise socioambiental global, cujas consequências são mais intensas nas nações mais carentes. Tais transformações, impulsionadas pelo advento da Revolução Industrial, têm conduzido à crescente exigência de alternativas de desenvolvimento que contemple as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e política, e seja capaz de fazer frente aos desafios colocados por essa crise desde às últimas décadas do século XX.

O debate acerca da construção de um novo modelo de desenvolvimento está em destaque na agenda de pesquisadores, acadêmicos, políticos e representantes de organizações não-governamentais (ONGs) em virtude da extrema necessidade de estratégias promotoras de qualidade de vida, a exemplo da concepção de desenvolvimento local. Essa alternativa surge como instrumento viável para atender às demandas sociais de grande parcela da população, já que tem como pressuposto a valorização das potencialidades e especificidades locais, com ênfase na participação social.

É notório que a intensificação do processo de mundialização da economia vem estimulando a concorrência entre os produtos e, conseqüentemente, agravando a situação social e econômica de grande parcela da população. Tratando-se dos pequenos produtores agrícolas, as dificuldades se acentuam constantemente, conduzindo-os à busca de novas estratégias de inserção de seus produtos no mercado. Nesse contexto, dentre os mecanismos de desenvolvimento local, o cooperativismo se revela como uma ferramenta fundamental, posto que objetiva, de forma organizada e coletiva, aglutinar pessoas que almejam conquistar espaços dentro da economia global, nacional, regional e local.

O cooperativismo se apresenta como um instrumento que se contrapõe aos efeitos do capitalismo e objetiva um desenvolvimento mais justo e humano. Surge em 1844, na Inglaterra, e vem se expandindo por todo o mundo. No Brasil, a primeira

experiência cooperativista aconteceu em 1891, no estado de São Paulo, e, atualmente, é uma prática presente nos 26 estados brasileiros e no distrito federal. Nessa perspectiva, é importante mencionar que a distribuição de unidades cooperativas pelo território nacional reproduz as desigualdades socioeconômicas historicamente engendradas no país.

Desse modo, na região Nordeste, percebe-se que uma parcela significativa de cooperativas é constituída sem mão-de-obra qualificada, espírito de coletividade, participação efetiva, gestão adequada e eficiente e, conseqüentemente, não consegue competir com o mercado, findando na paralisação de suas atividades. Nessa perspectiva, convém destacar a experiência da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe Ltda (COMASFE), desenvolvida no município de São Felipe, na Bahia.

A COMASFE foi fundada em São Felipe, um município eminentemente agrícola. Segundo os associados, essa organização contribuiu com a promoção do desenvolvimento socioeconômico do município. No entanto, após mais de duas décadas de existência foi desativada e, atualmente, os cooperados estão se mobilizando para reverter essa situação, expondo a sua relevância para os moradores.

Em face dessa problemática levantada, a presente pesquisa visa analisar as implicações socioeconômicas da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe no desenvolvimento local e os impasses que dificultaram seu maior dinamismo no município, bem como a continuação de suas atividades. De forma específica, este estudo objetiva: analisar o processo de introdução do cooperativismo no município de São Felipe, enfatizando os fatores que impulsionaram a criação da COMASFE e os agentes sociais envolvidos; verificar as mudanças socioeconômicas ocorridas na vida dos associados da COMASFE; e investigar as características da cooperativa e a situação atual dos cooperados.

Vale ressaltar que o conhecimento acerca da importância da COMASFE para a comunidade sanfelipense ocorreu por meio da dinâmica estabelecida no grupo focal realizado com a participação de oito moradores locais como atividade do “Seminário Universidade-Comunidade” em 15 de maio de 2009. Tal seminário foi proposto pela disciplina Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade do Mestrado em Cultura,

Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e organizado pelos estudantes com o propósito de discutir a estratégia de desenvolvimento local na região e, ao mesmo tempo, integrar a comunidade à universidade.

Nesse grupo ficou evidente a relevância da COMASFE para a comunidade, pois a todo o momento os participantes comentavam como essa cooperativa facilitou o processo de produção e comercialização da farinha de mandioca, e que, devido sua influência na melhoria de suas condições de vida, estão se mobilizando para reativá-la. Esse fato despertou o interesse em desenvolver esta pesquisa no sentido de compreender as implicações da COMASFE no desenvolvimento local e os impasses intrínsecos a sua atuação.

No contexto dessa discussão, torna-se essencial uma breve caracterização da área onde se situa o objeto de estudo desta pesquisa. O município de São Felipe localiza-se no estado da Bahia, especificamente no Território de Identidade Recôncavo, conforme regionalização adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) em 2007, como se pode observar na Figura 1. São Felipe foi emancipado de Maragogipe em 1880, dista 180 km de Salvador (capital do estado), possui uma área de 198 km² e uma população estimada em 20.952 habitantes, segundo dados do IBGE (2009).

O município de São Felipe teve sua origem na ocupação de um sítio nas proximidades do Rio Copioba pelos irmãos Filipe e Tiago Dias Gato, no ano de 1678, os quais edificaram a primeira moradia e cultivaram a terra. Durante muito tempo, o município ficou conhecido como São Filipe das Roças em decorrência do elevado número de lavouras existentes em torno do povoado. A economia de São Felipe é baseada, principalmente, no setor primário, destacando-se a pecuária bovina, suína, ovina, asinina e a produção agrícola, sobressaindo o plantio de mandioca, cana-de-açúcar, laranja e milho, de acordo com dados do IBGE/Censo agropecuário de 2006.

temporalidade, posto que se pretendia esclarecer os antecedentes inerentes ao processo de fundação da COMASFE.

A construção da base teórico-conceitual nesta pesquisa passa pelas discussões em torno da literatura sobre desenvolvimento local e cooperativismo. O debate referente ao conceito de desenvolvimento local, seus pressupostos e sua acuidade na sociedade global foi enriquecido com contribuições de vários estudiosos do tema, dentre eles: Buarque (1999; 2002), Franco (2000; 2002), Moura *et al* (2002), Martinelli & Joyal (2004), Dowbor (2006) e Cardoso (2007).

Franco (2000) considera que a concepção de desenvolvimento local representa um caminho de mudanças que tem como foco as dimensões econômica, social, política, ambiental e cultural para tornar dinâmicas as potencialidades que podem ser identificadas ao se valorizar uma unidade socioterritorial delimitada. Buarque (2002), por sua vez, menciona que a estratégia de desenvolvimento local é uma resposta às imposições da globalização da economia contemporânea, apresentando-se, portanto, como alternativa viável na promoção da qualidade de vida.

As reflexões de Jacobi (1996), Teixeira (1997), Albuquerque (2004) e Castro (2006) foram significativas para a compreensão da importância da participação popular no processo de desenvolvimento local, bem como dos empecilhos que dificultam a sua efetivação. Jacobi (1996) e Castro (2006) consideram que a constituição de espaços de cidadania passa pelo abandono da cultura patrimonialista e clientelista, surgindo, assim, a necessidade de novos hábitos, comportamentos e valores a fim de aproximar a população do processo decisório; Teixeira (1997) esclarece que a complexidade da efetivação da participação popular decorre da estrutura econômica, social e política e do sistema organizacional da sociedade civil; e Albuquerque (2004) destaca o relevante papel da mobilização social na conquista da participação democrática nos espaços de decisões.

Foram imprescindíveis também as considerações de Tenório *et al* (2004), para quem os processos de desenvolvimento local implicam esforços articulados de atores estatais e da sociedade civil, dispostos a levar adiante projetos que surjam da negociação de interesses, inclusive divergentes e em conflito. Nessa perspectiva, Martinelli & Joyal (2004) enfatizam que o setor público deve atuar como estimulador de

inovações com o intuito de priorizar as vocações locais. Logo, as parcerias entre o setor público e a sociedade civil é fator primordial para o desenvolvimento socioespacial.

Jara (1998), Silva (2001), Veiga (2001), Aquino & Santos (2002), Marques (2002), Tonneau & Teixeira (2002), Buainain *et al* (2003) e Schneider (2004) trazem proposições pertinentes à apreensão das possibilidades e desafios inerentes ao meio rural na atualidade. Esses autores pontuam que o Brasil rural precisa de “novos olhares” que o reconheçam como espaço de fortes potenciais locais. Nesse sentido, salientam a proeminência da agricultura familiar para o desenvolvimento do meio rural e apontam o cooperativismo como importante instrumento de fortalecimento desse sistema produtivo. Dessa forma, enfatizam que o cooperativismo é um mecanismo fundamental para o desenvolvimento local/rural, haja visto que pode propiciar a integração social em prol de um objetivo comum, facilitando a participação do pequeno produtor na economia global.

Tratando-se das premissas do cooperativismo, a reflexão conceitual é constituída com o entrecruzamento das visões de diversos estudiosos. Os trabalhos de Rios (1987), Rech (2000), Kreutz (2004), Rocha *et al* (2004), Oliveira B. (2006), Salanek Filho & Souza (2006) e Silva (2008) proporcionaram um embasamento para uma análise do panorama geral do cooperativismo, enfocando sua origem, conceituação, precursores, valores e princípios.

Rech (2000), ao discutir o conceito de cooperativismo, considera-o como uma estratégia de organização popular que apresenta dupla natureza: social e econômica. Salanek Filho & Souza (2006) complementam essa abordagem ao sublinhar o papel preponderante do cooperativismo na organização socioeconômica. Para esses autores, as cooperativas são entidades de grande influência nas áreas de ação em que atuam sendo, em muitos municípios, as maiores empresas gerando emprego, renda e arrecadação de tributos.

Os estudos de Culti (2002), Higuchi *et al* (2006) e Rodrigues (2008) se constituíram a base teórica necessária para o debate e as ponderações sobre o surgimento do cooperativismo brasileiro, sua expansão e influência na economia nacional. Já Oliveira B. (2006) destaca a relação entre cooperativismo e práticas de

economia solidária no Brasil, acentuando a contribuição do sistema cooperativo para a construção de tais práticas.

Veiga & Fonseca (2001), Alves (2002) e Cenzi (2009) discutem acerca das mudanças na legislação cooperativista brasileira e sua relevância para o avanço do cooperativismo. Cenzi (2009) menciona que a legislação que regulamenta o cooperativismo no Brasil requer mudanças em virtude das constantes transformações advindas da globalização, pois os empreendimentos cooperativos precisam estar aptos para competir em meio às facetas da economia global.

Contou-se ainda com o referencial teórico de Silva *et al* (2004), Duarte & Wehrmann (2006) e Pereira (2008), que embasou a reflexão a respeito do processo de espacialização do cooperativismo pelo Brasil. Esses pesquisadores analisam as principais características do cooperativismo em cada região e os porquês da distribuição desigual das unidades cooperativas pelo território nacional. As abordagens de Martinez & Pires (2002) e Martins *et al* (2008) também foram essenciais, posto que tratam do papel elementar do cooperativismo agropecuário na revitalização do espaço rural brasileiro.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, este trabalho se caracteriza como um estudo de caso. Segundo Chizzotti (2008, p. 136), “os estudos de caso visam explorar um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico”. Essa estratégia metodológica é capaz de reunir uma grande quantidade de informações detalhadas, por meio da utilização de diferentes técnicas de pesquisa, com o intuito de compreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto, como pontua Goldenberg (2005). Desse modo, a base de investigação deste trabalho compreende técnicas quantitativas e qualitativas para alcançar uma visão mais ampla e coerente das questões em foco, uma vez que uma complementa a outra.

Sobre esse aspecto, Silva & Menezes (2001, p. 20) argumentam que a “pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. Gerardi & Silva, citados por Lima (2008, p. 28), por sua vez, frisam que: “face ao geralmente grande

volume de dados [...] aparece a necessidade de utilizar meios que tornem a massa de informações mais facilmente manipulável e compreensível, meios estes que são propiciados pela análise quantitativa”.

Já a pesquisa qualitativa, ao contrário da concepção positivista de objetividade que se centra na representatividade dos números, busca aprofundar o conhecimento acerca do fenômeno em análise por meio da contextualização e da interpretação da realidade. Silva & Menezes (2001, p. 20) ressaltam que

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Ciente do delineamento metodológico desta investigação, inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico de teses, dissertações, artigos, livros e revistas a respeito das questões em foco com a finalidade de contextualizar a temática. Essa etapa da pesquisa revelou que existe uma diversidade de estudos referentes ao panorama geral do cooperativismo; entretanto, ao tratar da espacialização do cooperativismo pelo Brasil, nota-se a predominância de trabalhos relacionados a essa temática nas regiões Sul e Sudeste. No estado da Bahia, por exemplo, localizado na região Nordeste, verificou-se a existência de pouquíssimas pesquisas que tratem desse assunto. Supõe-se que esse fato seja o reflexo da distribuição desigual do controle econômico, que se estabelece de acordo com o desenvolvimento socioeconômico de cada região. Tal constatação instigou ainda mais as pretensões para a elaboração deste estudo.

Com o objetivo de realizar uma discussão com bases consistentes, intercala-se a leitura do referencial teórico ao cruzamento de informações obtidas nos bancos de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI).

Para obter informações específicas sobre a COMASFE, no primeiro momento realizou-se uma análise dos arquivos (atas e estatuto) dessa organização social, que forneceu subsídios referentes ao seu processo de criação, área de abrangência, objetivo e desenvolvimento da cooperativa no município. Ademais, foram formados dois grupos focais com associados e associadas da COMASFE¹ a fim de obter uma primeira impressão da percepção, anseio e posicionamento desses com relação à cooperativa. Afinal, “os grupos focais podem ser usados para melhor averiguação e compreensão das causas que estão por trás de tal evento, a partir da interpretação dos relatos de pessoas escolhidas”, como pontua Merton *apud* Gomes (2005, p. 280).

O grupo focal é uma técnica qualitativa de coleta de dados que visa promover uma discussão de um grupo em torno de determinado assunto. Para Gomes (2005), sua principal finalidade é extrair das atitudes e respostas dos participantes do grupo sentimentos e reações que resultariam em um novo conhecimento. Essa técnica pode desvendar problemas bastante complexos e facilitar a tomada de decisões através do fornecimento de informações.

Posteriormente foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 sócios fundadores da COMASFE, 4 membros da equipe da Secretaria de Agricultura do Município de São Felipe, 2 representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe (STR) e 1 representante do poder público municipal com o propósito de compreender o processo de fundação da COMASFE, sua importância para o desenvolvimento local e os impasses que estimularam a paralisação de suas atividades, bem como a percepção de diversos agentes sociais acerca da cooperativa. Também se entrevistou uma representante do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia (CEPED)², órgão responsável pela execução do projeto que deu origem à

¹ O grupo focal dos cooperados foi formado por sete participantes e o das cooperadas por seis. Sobre a composição dos grupos focais, Gomes (2005) orienta que o tamanho do grupo deve variar entre seis e dez participantes.

² A entrevistada fazia parte da equipe do CEPED na época da execução do Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca que deu origem a COMASFE. Ressalva-se que o CEPED foi criado em julho de 1970 como um centro multidisciplinar, concentrando suas atividades essencialmente em cinco áreas do conhecimento: química e petroquímica, mineração e metalurgia, materiais cerâmicos e poliméricos, meio ambiente e alimentos. Em 2003, esse órgão integra-se à estrutura da UNEB como órgão suplementar, na perspectiva de ampliar a promoção do conhecimento por meio do intercâmbio de saberes, do estímulo à pesquisa científica, da ampliação e divulgação dos trabalhos à comunidade científica em geral. Disponível em: <http://www.ceped.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=191>. Acesso em: 10 abr 2010.

COMASFE, com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o processo de constituição da cooperativa. Ainda se usou, como instrumento de coleta de dados, questionários que foram aplicados a cooperados e a não-cooperados residentes nas comunidades da área de abrangência da COMASFE (Sapezinho, Cangalheiro, Retiro, Pequi, Terrão, Jaqueira, Jenipapo, Ferreira, Sobradinho e Fazenda Velha). Logo, todas as vezes que se fizer referência a não-cooperados trata-se de moradores dessas localidades.

No início da pesquisa de campo, a meta era aplicar questionários a todos os associados da COMASFE, exceto aqueles que seriam entrevistados, mas isso não foi possível, porque a cooperativa integra 95 cooperados³ e apenas 71 foram identificados. Desse universo, aplicou-se questionários a 50, tendo em vista que não se conseguiu contatar com 4, mesmo após várias tentativas em suas residências, e 5 migraram para os municípios de Feira de Santana, Maragogipe e Sapeçu, segundo os familiares e vizinhos. Com os 12 restantes realizou-se entrevistas, como mencionado anteriormente.

Tratando-se dos moradores da área de ação da COMASFE, foram aplicados 40 questionários com o intuito de verificar a percepção de não-associados a respeito da atuação da cooperativa e averiguar se essa organização contribuiu com o desenvolvimento da comunidade local. No decorrer da aplicação de tais questionários, notou-se a ocorrência de repetição nas respostas, por conseguinte, considerou-se desnecessário a continuação dessa atividade. Para aplicar os 40 questionários, visitou-se 66 famílias. Destas, 26 afirmaram ter um conhecimento vago a respeito da cooperativa ou não a conhecer, atribuindo o desconhecimento ao fato de residirem nas localidades há pouco tempo.

Os questionários foram elaborados com base nas informações adquiridas nos grupos focais e aplicados pela autora, haja visto ter sido esse o método escolhido pelos participantes uma vez que democraticamente lhes foi dada opção de escolha. Antes da aplicação dos questionários, fez-se uma sondagem preliminar com os cooperados, a

³ Não foi encontrado o registro da evolução do quadro social da COMASFE, por isso o número atual de associados foi obtido no Relatório de Levantamento de Sócios, elaborado pela Secretaria de Agricultura do Município em 2010. Esse levantamento foi realizado por uma equipe interessada na reativação da COMASFE em 2009 e será detalhado posteriormente.

qual se desdobrou na aplicação de 8 questionários com a pretensão de analisar a necessidade de modificações nas questões para torná-las mais claras e objetivas.

Ademais, é relevante pontuar que, no primeiro momento, colocou-se o objetivo da pesquisa para os entrevistados e foi solicitada a autorização para publicação dos depoimentos com as identificações. E assim se procedeu a autorização por meio de um termo de consentimento.

Por fim, foram tecidos comentários e discussões a partir do conhecimento e dos dados obtidos, intercalando a compreensão da análise teórica ao cruzamento das informações adquiridas por meio da articulação entre grupos focais e entrevistas (pesquisa qualitativa) e questionários (pesquisa quantitativa).

O presente trabalho constitui-se de três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, discute-se o contexto em que surge a concepção de desenvolvimento local, as visões e as tendências inerentes a esse conceito, bem como a importância dessa nova estratégia de desenvolvimento na sociedade global. Na sequência, aborda-se o papel da sociedade civil e do poder público no processo de elaboração e execução de alternativas de desenvolvimento local, destacando a relevância da participação popular efetiva e do setor público como articulador e facilitador de ações locais. Reflete-se sobre a proeminência e os desafios de propostas de desenvolvimento local para o espaço rural, geralmente identificado como mais frágil e com maior dificuldade para enfrentar os impactos da racionalidade capitalista.

No segundo capítulo, propõe-se um debate em torno da origem e dos pressupostos do cooperativismo. Assim, destaca-se o cooperativismo brasileiro, enfatizando sua evolução, a trajetória da legislação que o regulamenta e sua espacialização pelo território nacional, bem como as premissas basilares do cooperativismo agropecuário. Em seguida, discute-se o panorama do cooperativismo na Bahia, enfocando o desencadeamento dessa forma de articulação social no estado. Além disso, faz-se uma breve reflexão sobre exemplos de cooperativas de sucesso na Bahia e em mais alguns estados brasileiros.

No terceiro capítulo, reflete-se acerca do cooperativismo no município de São Felipe, ressaltando a experiência da primeira cooperativa - COMASFE. Para tanto,

inicialmente, discorre-se sobre o processo de fundação dessa organização social, sublinhando os pressupostos do projeto que lhe deu origem e os agentes sociais envolvidos. A seguir, analisa-se as implicações socioeconômicas causadas pela COMASFE no desenvolvimento local e os impasses que impulsionaram a paralisação de suas atividades, bem como a situação atual da COMASFE e dos cooperados.

1 DESENVOLVIMENTO LOCAL: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS

Analisando a conjuntura mundial da atualidade em termos sociais, econômicos e ambientais pode-se afirmar que tem se ampliado em muitas sociedades a exclusão e a desigualdade, que podem ser observadas na incidência de desemprego, fome, violência, miséria, espaços de participação popular “ilusórios”, centralização do poder pelo Estado, uso intensivo e irracional dos recursos naturais, pobreza de muitos e opulência de poucos. São problemas sociais antigos e novos que se aglomeram em diversas partes do planeta e vêm se intensificando após a década de 1970, momento em que o processo de globalização se acelerou e seus efeitos se ampliaram, sobretudo, nas nações mais pobres.

Notadamente, a partir dessa década, a humanidade vem passando por um período de crises social, econômica, ambiental e política, ou seja, por uma crise civilizatória, conforme alerta Leff (2002). Nesse momento de sobreposição de crises, torna-se emergencial a reformulação de conceitos, metodologias, valores, concepções e ideias, na perspectiva de construir um novo modelo de desenvolvimento. Até então, predominava a crença de que o paradigma de desenvolvimento fundamentado na racionalidade capitalista era capaz de garantir qualidade de vida, crescimento econômico e conservação do meio ambiente.

Durante muito tempo esse modelo foi visto como ideal e parecia solidamente inabalável, fundado sobre o tripé da abundância de recursos naturais, aumento da produtividade do trabalho e da presença do estado de Bem-Estar (ou Estado desenvolvimentista, no caso brasileiro), como menciona Buarque (2002). Porém, o sistema capitalista contemplava apenas a vertente economicista, e essa restrição trouxe graves problemas sociais e ambientais, revelando sua insustentabilidade.

Diante de tais circunstâncias, nas últimas décadas, o conceito de desenvolvimento passou a fazer parte da agenda de discussão das comunidades científica e acadêmica, do setor público, da sociedade civil e das organizações não-governamentais. A adesão a esse tipo de debate surgiu em decorrência do anseio de parcela da sociedade por uma vida digna. Desse modo, a população mais carente

“aspira a um desenvolvimento humano e sustentável que fortaleça a capacidade local de organização social, ativando, ao mesmo tempo, um crescente processo de autonomia decisória e inclusão social”, conforme Jara (1998, p. 79).

Na tentativa de elaborar novas estratégias de desenvolvimento que respondam as intensas mudanças e rupturas inerentes à sociedade pós-moderna⁴, diversos pesquisadores debatem, refletem e formulam novas concepções, dentre elas: ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento humano, desenvolvimento como liberdade e desenvolvimento local. Essa última interessa de forma específica a este estudo que se propõe a investigar as implicações e os impasses de uma experiência que utiliza um instrumento de desenvolvimento local - o cooperativismo. Esse mecanismo tem como objetivo principal a organização econômica e a promoção social, segundo estudiosos dessa temática.

O discurso sobre desenvolvimento local se insere no contexto da globalização, já que esse sistema “cria a necessidade de formação de identidades e de diferenciação entre regiões e comunidades, para que possam enfrentar um mundo de extrema competitividade”, como indicam Martinelli & Joyal (2004, p. 2). Nota-se que a sociedade global exige reflexões sobre as relações entre as dimensões econômica e ambiental, a efetivação da democracia, a redefinição do papel do Estado e da sociedade civil e, nesse sentido, essa concepção de desenvolvimento pode contribuir para a equacionalização das crescentes demandas sociais.

A busca de melhores condições de vida a partir de ações locais possibilita a valorização de espaços tanto urbanos como rurais, pois se observa as especificidades e as potencialidades de cada local. O meio rural sempre se mostrou favorável à

⁴ Na contemporaneidade, as mudanças e rupturas são constantes, dinâmicas e complexas, estão visíveis nas esferas social, ambiental, econômica, política e cultural e se caracterizam pela compressão tempo-espço, dinamicidade da reestruturação espacial e produtiva, acumulação flexível do capital, pressão da concorrência, estímulo ao consumo exacerbado, emergência de novas tecnologias da comunicação e informação, descartabilidade das coisas, manipulação de opinião, gosto e comportamento, volatilidade e efemeridade de modas, ideias e valores, dentre outros. Logo, tem-se uma sociedade consumista, com modelos de desenvolvimento extremamente economicistas, intensificação e aceleração da degradação ambiental, perdas de ideologias, sentimentos de solidariedade e afetividade, etc. Os reflexos de tais transformações implicam na multiplicação das mazelas sociais, pois têm como objetivo basilar o fortalecimento do capitalismo, que por sua vez prima essencialmente pelo crescimento econômico. Para Harvey (1992, p. 8), “as mudanças que se assisti estão vinculadas à presença de uma acumulação mais flexível do capital e a um novo ciclo de compressão do tempo-espço na organização do capitalismo”.

elaboração e implementação de propostas nessas dimensões, uma vez que normalmente oferece uma diversidade natural e cultural bastante peculiar e promissora. No entanto, não é essa visão que, geralmente, se tem acerca desse espaço, o que tem impossibilitado o seu desenvolvimento.

Cabe ressaltar que as necessidades substantivas no campo são relativamente maiores, principalmente, em virtude da inexistência e/ou precariedade de investimentos do governo e de políticas públicas. Além disso, o modelo de modernização da agricultura brasileira colaborou para intensificar o empobrecimento rural, o que reforça a importância e, ao mesmo tempo, a emergência de alternativas de desenvolvimento local nesses espaços.

Em algumas partes do mundo as transformações sociais já são evidentes, para tanto se priorizou a satisfação das necessidades básicas, as potencialidades e especificidades locais, a participação da sociedade civil como agente ativo e do setor público como facilitador na formulação de políticas públicas. Nesse sentido, observa-se a existência de experiências de desenvolvimento local bem sucedidas, as quais consideram esse conjunto de fatores fundamentais no processo de elaboração e execução de qualquer ação dentro desses parâmetros.

A construção do paradigma de desenvolvimento que norteia o rumo da conjuntura social atual reflete os diversos acontecimentos históricos que impuseram regras, estimularam conflitos, inibiram comportamentos e normatizaram ações governamentais e sociais. Portanto, diversos episódios que marcaram a sociedade global inferem no fenômeno do desenvolvimento, logo é necessário refletir sobre esse fenômeno, no sentido de entender o processo de desencadeamento do desenvolvimento local.

1.1 REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO: A EMERGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Na sociedade contemporânea, a organização socioespacial é fruto de múltiplas ações impostas por agentes sociais nacionais e internacionais dominantes que circundam a economia global. Tal forma de organização é marcada pela globalização, que se caracteriza pela nova divisão internacional do trabalho, pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, pelas grandes corporações transnacionais e pela flexibilização dos sistemas produtivos. Essa realidade tem agravado a situação social e econômica de grande parcela da população e, conseqüentemente, milhares de pessoas se encontram excluídas do processo de produção e distribuição de bens e serviços. Nesse sentido, Benko (1999, p. 86) considera que

O processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países. Eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Seria preciso debruçar-se sobre as interações entre lógica econômica e instituições políticas tanto em nível local como global.

Sobretudo a partir dos anos de 1970, o contexto mundial tem apresentado elementos de profundas transformações de ordem social, econômica, cultural, política e ambiental em virtude do modelo de desenvolvimento adotado. Tais mudanças configuram uma estrutura político-econômica global que contribui para a eclosão da desigualdade social. Fato contraditório, pois é exatamente nesse período que a sociedade obteve maiores avanços científicos e tecnológicos, mas nem sempre esses avanços são condizentes com as necessidades de cunho ambiental e social.

O modelo de desenvolvimento capitalista se configurou no espaço geográfico por meio da hegemonia alcançada pelas doutrinas neoliberais, que se apresentam através do meio técnico-científico-informacional⁵ e se caracteriza pela busca desenfreada de industrialização e pela preocupação em obter lucro e poder imediatos.

⁵ Santos (1994) utiliza o termo meio técnico-científico-informacional para caracterizar o espaço global da contemporaneidade, afirmando que tal meio é a nova face do espaço e do tempo, onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação.

Essa forma de atuação deu uma nova visão ao conceito de desenvolvimento, que passou a ser sinônimo de crescimento econômico. Nessa perspectiva, Santos (2004, p. 31) pontua que

Efetivamente, nas condições atuais da divisão internacional do trabalho, a industrialização nem sempre é capaz de criar um 'crescimento' com 'desenvolvimento', mas apenas um 'pseudodesenvolvimento', devido à ausência de articulação local das atividades e da redistribuição regressiva da renda.

Contudo, já na década de 1950, inicia-se no mundo a crença de que apenas a industrialização planejada pelo Estado seria capaz de assegurar crescimento econômico e bem-estar social, como adverte Cardoso (2007). Todavia, o que ocorreu não foi exatamente isso, pois apenas a dimensão econômica era contemplada; e a visão pluridimensional que considera os fatores sociais, políticos, culturais e ambientais não se fazia presente nas pautas do padrão de desenvolvimento dominante, conforme Sachs (2007).

Segundo Franco (2000, p. 20), o Brasil é um exemplo clássico dessa realidade, visto que

Foi um dos países que experimentou o maior crescimento econômico em passado recente e, no entanto, foi também um dos países do mundo que mais aumentou a distância entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Aliás, somos os campeões mundiais nesta matéria de concentração de renda e de desigualdade.

Vale salientar que o paradigma de desenvolvimento adotado no Brasil é produto de uma série de transformações marcadas por fases históricas, as quais se desdobram desde o intervencionismo econômico-quantitativo que se inicia em 1930, passando pela emergência do movimento a favor do desenvolvimento sustentável no início dos anos de 1970, com a crise do petróleo, até o surgimento dos princípios da sustentabilidade⁶ a partir da década de 1990, momento que sinaliza a intensa necessidade de um padrão de desenvolvimento mais equitativo e humano.

⁶ De acordo com Sachs *apud* Barbieri (2001), tratando-se do conceito de sustentabilidade, é necessário considerar simultaneamente as seguintes dimensões: sustentabilidade social, com o intuito de melhorar a qualidade de vida das populações e reduzir a diferença entre os padrões de vida dos grupos sociais;

Cardoso (2007) enfoca que o desenvolvimento brasileiro perpassa por uma trajetória temporal com características singulares nos diversos períodos, e os historiadores ressaltam quatro fases distintas: a primeira fase denominada primário-exportador (1500-1930); a segunda etapa que se concentrava na busca de um desenvolvimento nacional e autônomo, baseando-se na industrialização através do sistema de substituição de importações (1930-1964); a terceira fase que se caracteriza pela busca de um desenvolvimento associado e dependente (1964-1990); e, por fim, a quarta fase que prioriza a inserção da economia global (a partir de 1990).

Nota-se que em todo período desenvolvimentista o Estado se estabelece como garantidor, regulador, financiador, enfim, capaz de formular os mecanismos necessários para a reprodução e acumulação do capital, fomentando intensas mudanças na estrutura econômica, que passa de uma base agrícola para uma base industrial.

Em meio a esse período, diversos acontecimentos, a exemplo da crise de 1929 e do rompimento da política do café-com-leite, foram fundamentais para que o modelo de intervenção estatal brasileiro se tornasse autoritário e centralizador. Tais acontecimentos estimularam alterações na postura da sociedade, posto que contribuíram para o fim do fornecimento de capital e bens de consumo para o povo brasileiro, gerando insatisfação das camadas médias e populares e, conseqüentemente, ocasionando conflitos entre os diversos segmentos da população e o Estado. Diante dessa situação, a alternativa encontrada pelo governo para manter o método de industrialização utilizado foi o autoritarismo, que se consolidou e ajudou o governo na redução da inflação sob pesadas determinações econômicas.

No início dos anos 1980, os indícios de esgotamento do modelo desenvolvimentista tornaram-se ainda mais evidentes em decorrência, principalmente, da crise da legitimidade do Estado autoritário e do endividamento estatal perante as

sustentabilidade econômica, em vista de uma gestão eficiente dos recursos naturais; sustentabilidade ecológica, envolvendo medidas para diminuir o consumo e a produção de resíduos; sustentabilidade espacial, contemplando uma configuração racional e equilibrada da questão campo-cidade e um planejamento territorial que favoreça uma melhor distribuição do território; e sustentabilidade cultural, para se elaborar propostas de desenvolvimento que respeite as peculiaridades de cada local. Sobre passos atuais em direção à sustentabilidade ver PROOPS, J. *et al.* Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999, p. 104-111.

instituições internacionais. Além disso, as crises do petróleo (1973 e 1979/80), que elevaram significativamente os preços dos combustíveis fósseis, apontam um esgotamento das matérias-primas e fontes energéticas essenciais para o crescimento econômico, como assegura Cardoso (2007). Até então, predominava a concepção tradicional de que os recursos naturais eram inesgotáveis.

Refletindo sobre a história do desenvolvimento brasileiro, é possível apreender os porquês de uma sociedade tão desigual, de um povo tão oprimido e de uma natureza tão destruída. São diferenças regionais gritantes, diferenças de classe assustadoras, já que sempre se privilegiou uma minoria em detrimento da maioria, o que faz com que parcela significativa da população do Brasil sobreviva em condições desumanas, especialmente no Nordeste que apresenta a maior concentração nacional de pobreza.

Dessa forma, os fatos históricos que marcaram a crise social indicam que o modelo de desenvolvimento capitalista não tem contribuído com a construção de uma sociedade sustentável. É notório que esse padrão prima pelo viés econômico, o que leva a se concluir que seu objetivo é exclusivamente o crescimento econômico, privilegiando-se apenas as questões relacionadas à renda e acumulação de riqueza. Nessa perspectiva, Oliveira G. (2006, p. 29) alerta que

É preciso pensar um novo cenário que favoreça o conjunto da população e não apenas pequenos grupos sociais. É preciso pensar uma economia social, a serviço de todos, em favor da melhoria dos indicadores de qualidade de vida. Ao que parece, pensar o contrário seria como andar na contramão da história.

A partir da compreensão da complexidade da crise civilizatória do século XXI e de reflexões como a de Oliveira G. (2006), a comunidade científica, parcela da sociedade civil e do poder público buscam a elaboração de um modelo de desenvolvimento mais favorável à vida e que contribua para efetivas melhorias nos aspectos sociais, ambientais e culturais.

Nos anos de 1990, emerge, de forma mais intensa, a necessidade de um modelo de desenvolvimento que propicie a harmonia entre o binômio meio ambiente/crescimento econômico. Desde 1970, ao perceberem a possibilidade de

esgotabilidade dos recursos naturais, refletiam-se sobre o modelo economicista-quantitativo, entretanto, a ânsia momentânea pelo lucro não permitia mudanças na estratégia desenvolvimentista.

Na busca por alternativas de desenvolvimento que se contraponha aos impactos da globalização, nas últimas décadas, autores como Jara (1998), Brose (1999), Buarque (1999; 2002), Sen (2000), Franco (2000; 2002), Oliveira (2001), Vázquez Barquero (2001), Moura *et al* (2002), Martinelli & Joyal (2004), Castro (2006), Dowbor (2006), Oliveira G. (2006), Cardoso (2007) e Sachs (2007), dentre outros, discutem questões relacionadas a novas propostas de desenvolvimento opostas à premissa economicista do crescimento econômico. De imediato, tais reflexões servem para acentuar a insatisfação em relação ao capitalismo e à emergência de modificações na atual conjuntura social.

Todos esses pesquisadores advertem que o desenvolvimento deve ser compreendido sob a ótica de todas as esferas humanas, integrando aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. Logo, o desenvolvimento de uma população deve ser fundamentado na qualidade de vida, que apreende indicadores relacionados à educação, saúde, lazer, longevidade, ambiente saudável e direito de participação social.

Corroborando nessa perspectiva, o economista indiano Amartya Sen (2000) ressalta que uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além do acúmulo de riqueza e de outras variáveis relacionadas à renda. A reflexão desenvolvida por esse autor contrasta com visões mais “limitadas”, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento da renda *per capita*, industrialização, urbanização e modernização. Sen (2000) defende a ideia de desenvolvimento centrado na liberdade, que deve ocorrer através de um processo de escolhas do indivíduo, assim, cada ser humano necessitaria de um conjunto cada vez maior de oportunidades e liberdades para estruturar sua vida.

De acordo com a abordagem defendida por Sen (2000), a expansão das liberdades reais é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento e apreendê-lo a partir desse ângulo proporciona uma visão mais ampla dos modos e possibilidades de fazê-lo acontecer. Franco (2000, p. 15) comunga com esse pensamento e declara que

Durante muito tempo acreditamos que o fator econômico era o único determinante do desenvolvimento. Hoje sabemos que o desenvolvimento tem muitas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica, que mantêm, umas em relação às outras, relativo grau de autonomia. Todas essas dimensões comparecem no processo de desenvolvimento, em conjunto, determinando-o ou, em particular, condicionando-o.

Também nessa perspectiva, Oliveira G. (2006) traz elementos que reforçam a discussão de Sen (2000) e Franco (2000). Ele ressalta que a busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a concentrar seus esforços na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deixando o bem-estar social em segundo plano, uma vez que o crescimento econômico era “confundido” com progresso humanitário.

Muitas são os pontos de vista sobre desenvolvimento defendidos por economistas, sociólogos, administradores, ambientalistas e outros pesquisadores interessados nessa temática. São estudiosos de diversas partes do mundo e das diversas áreas do saber que se dedicam a debater e a refletir acerca desse tema, exercendo papel preponderante ao questionar o caráter alienador e excludente do modelo de desenvolvimento vigente.

Na presente análise, é pertinente destacar que pesquisadores como Jara (1998), Buarque (1999; 2002), Franco (2000; 2002), Vázquez Barquero (2001), Moura *et al* (2002), Martinelli & Joyal (2004), Dowbor (2006) e Cardoso (2007), dentre outros, suscitam discussões em torno da concepção de desenvolvimento local. Tal conceito pressupõe que desenvolvimento consiste em mudanças internas, capazes de promover a dinâmica econômica e social através da valorização das potencialidades locais e da organização e mobilização da própria comunidade.

Portanto, este estudo propõe uma reflexão a respeito da ideia de desenvolvimento local diante da complexidade do processo de modernização da economia global e do conseqüente aumento das desigualdades sociais, pois essa visão se apresenta como a estratégia mais eficiente para a implementação de uma nova proposta de desenvolvimento fundada em bases mais sustentáveis, com destaque para a participação social, como aponta Cardoso (2007).

Assim o presente trabalho propõe uma discussão abrangente sobre o cooperativismo, posto que esse mecanismo vem contribuindo de forma singular para a promoção do desenvolvimento local. Nesta discussão o debate em torno da organização cooperativista tem como foco de análise a experiência da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA.

Desse modo, esta pesquisa pretende refletir acerca da concepção de desenvolvimento local, entendida como um processo dinamizador de transformações sociais que têm exigido a elaboração e implementação de novas alternativas de desenvolvimento capazes de contribuir com uma sociedade mais igualitária e menos segregada. Afinal, o desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo, em termos concretos, se sua ação promover a melhoria de vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que vivem hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável), conforme mencionam Franco (2000) e Martinelli & Joyal (2004).

1.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTRATÉGIA PARA UMA SOCIEDADE JUSTA E EQUITATIVA

As condições que se configuram no espaço geográfico contemporâneo demandam novas concepções de desenvolvimento que reorganizem a sociedade e sejam capazes de fazer face aos novos desafios e às mudanças atuais, aceleradas e “desordenadas”. Se a economia global vem ganhando espaço nos diversos setores sociais, logo a modernização das estruturas socioeconômicas, impulsionada pelos processos de industrialização e urbanização, fomenta a configuração de “espaços luminosos” e “espaços opacos”⁷, aprofundando para a segregação socioterritorial. É assim que, no início da década de 1980, surge a concepção de desenvolvimento local como uma estratégia que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento capitalista em

⁷ Para Santos & Silveira (2001, p. 264), “espaços luminosos são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos”.

vista da evidente necessidade de novos mecanismos para se enfrentar realidades mais complexas e dinâmicas, capazes de proporcionar melhorias sociais.

O conceito de desenvolvimento local tem como pressupostos a valorização das relações do ser humano com o local, a satisfação de suas necessidades básicas e sua autossustentação, centrada em ideias construídas pela própria comunidade através de suas potencialidades. Essa estratégia contempla alguns elementos basilares como inovação, criatividade, mobilização e iniciativas coletivas. É inegável que as experiências de desenvolvimento local que obtêm êxito decorrem, geralmente, de ambientes políticos e sociais favoráveis, organizados pela mobilização e integração dos agentes sociais em torno de objetivos comuns.

Segundo Buarque (2002, p. 25), o desenvolvimento local pode ser concebido como:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

As potencialidades e a cultura do local devem ser observadas, haja visto que as especificidades e as prioridades de uma comunidade, região, cidade, município, ou seja, de uma unidade socioterritorial delimitada, são as que irão induzir ao dinamismo socioeconômico, promovendo a geração de emprego e renda e a inclusão social. Desse modo, a política de desenvolvimento a partir do local visa potencializar suas possibilidades e equacionar os obstáculos, sinalizando caminhos para a superação dos desafios. E seu objetivo está voltado para o desenvolvimento sustentável e duradouro, razão pela qual as dimensões econômica, social e ambiental tornam-se indissociáveis, como argumenta Vázquez Barquero (2001).

Atualmente, a concepção de desenvolvimento local tem suscitado frequentes debates e análises em âmbito mundial, muitas vezes vista como uma nova política social, outras defendida como prática de inovação socioespacial e definida como um

novo paradigma socioeconômico. Tenório *et al* (2004, p.11) alerta que isso tem ocorrido “devido ao fracasso das abordagens macroestruturais em romper, no plano social com a desigualdade, no plano econômico com a concentração do poder e no plano político com a declarada insuficiência dos mecanismos e processos da democracia representativa [...]”. Além disso, esse tipo de debate tem se reforçado em virtude de diversas experiências, baseadas nos pressupostos dessa visão de desenvolvimento, terem obtido resultados satisfatórios em vários países.

Deve-se se ter claro que as raízes do desenvolvimento local brotam a partir de agentes endógenos, porque sua essência está na intervenção socioeconômica de representantes locais da esfera pública, privada ou social que conhecem profundamente a realidade da comunidade e, portanto, devem ter capacidade de elaborar um diagnóstico das reais demandas sociais e de estruturar as melhores alternativas para solucioná-las. Franco (2000, p. 40) afirma que

[...] o desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que abarca várias dimensões⁸ e leva em conta o papel de vários fatores - econômicos e extra-econômicos - para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando focalizamos as atenções e os esforços numa unidade socioterritorial delimitada.

Já Martinelli & Joyal (2004) acrescentam que as políticas de fortalecimento das estruturas internas dedicadas à materialização de um desenvolvimento estão pautadas nas competências e habilidades da sociedade em liderar e gerir o seu próprio destino em vista de uma vida saudável para todos. Alicerçados nessa visão todos os povos deveriam criar metas de desenvolvimento que tivessem como premissas a erradicação da pobreza e a preservação dos recursos naturais a fim de assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento.

Essa discussão nos leva a compreender a concepção de desenvolvimento local como uma nova estratégia que visa a melhoria das condições de vida da sociedade, especialmente da população mais carente. Contudo, para que qualquer prática de

⁸ Franco (2000, p. 40) esclarece que “as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e fisicoterritorial, político-institucional e científico-tecnológica determinam, em conjunto, o processo de desenvolvimento, não se podendo derivar automaticamente umas das outras e, menos ainda, de uma delas todas as demais, como sugeria a velha crença economicista”.

transformação social dentro dessa perspectiva obtenha sucesso, segundo Moura *et al* (2002), é necessário haver: capacitação para mobilização e participação da comunidade; cooperação e construção de parcerias; visão abrangente e integrada de desenvolvimento, considerando aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais; e monitoramento/avaliação do processo.

Martinelli & Joyal (2004) ratificam esse pensamento de Moura *et al* e pontuam que para um desenvolvimento local capaz de reforçar as comunidades faz-se necessário a reunião de vários fatores: investimento no grau de educação da população; participação do poder local e dos diferentes níveis de governo; capacidade de atração de investimentos externos; e participação ativa da sociedade. Todos esses elementos são imprescindíveis para que cada comunidade reconheça suas peculiaridades e capacidades.

Através do conhecimento e da participação efetiva dos diversos setores da sociedade, os instrumentos de mudanças sociais poderão ser criados e/ou inovados com maior facilidade e eficácia, e possibilitar, assim, a estruturação de propostas eficientes, a ponto de contribuir com o aumento da renda, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Tratando-se dos cortes espaciais do local, Buarque (2002, p. 32) esclarece que “o conceito de desenvolvimento local pode ser aplicado a diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido, bacias ou ecossistemas”. Cardoso (2007, p. 110), por sua vez, afirma que “o local é comumente apresentado como o entorno econômico-sócio-territorial (município ou Região) onde, aproveitando-se as vantagens competitivas locais, busca-se construir as múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável [...]”. Enquanto que Franco *apud* Martinelli & Joyal (2004, p. 53), por sua parte, ressalta que

Todo desenvolvimento é local, seja ele um distrito, uma localidade, um município, uma região, um país ou uma parte do mundo. A palavra local não é sinônimo de pequeno e não se refere necessariamente à diminuição ou redução. Assim, o conceito de local adquire uma conotação sócio-territorial para o processo de desenvolvimento, quando esse processo é pensado, planejado, promovido ou induzido.

Assim, pode se perceber que não existe um consenso quanto aos cortes espaciais do local. Alguns estudiosos explicitam que seriam apenas espaços de pequena escala, outros afirmam que não importa a extensão territorial, podendo ser desde um distrito até um país. Portanto, é importante destacar que o conceito de local adotado neste trabalho parte da concepção de que o local se define como um conjunto de fatores ambientais, econômicos e culturais que induz à delimitação de uma unidade socioterritorial. Os agentes sociais locais se integram e conduzem à formação de um espaço homogêneo com afinidade e identidade socioeconômica e cultural comum. Nesse sentido, Lobato, citado por Martinelli & Joyal (2004, p. 62), acentua que “o ‘local’ e seus limites não correspondem a um espaço geográfico predefinido, e sim a uma construção social; estão ali envolvidos simultaneamente laços territoriais, econômicos e culturais”.

O debate sobre desenvolvimento local como alternativa de transformação econômica, social, política, ambiental, cultural e institucional passa pela ótica da descentralização como uma possível resposta à fragmentação espacial ocasionada pelo sistema global. Por meio desse processo, a instância local passa a ter autonomia, a gestão democrática ganha maior expressividade e a sociedade civil tem maior facilidade de diálogo com outros agentes sociais. De acordo com Buarque (1999, p. 2), “desenvolvimento local e descentralização são processos distintos e relativamente independentes, embora quase sempre interligados e complementares”. Segundo Tenório *et al* (2004, p. 2),

A descentralização, a crise econômica e a exigência crescente de transparência e eficácia obrigaram às administrações municipais a procurar uma multiplicidade de parceiros (quer do setor público quer do setor privado) para o financiamento e gestão dos seus empreendimentos. Isso modifica radicalmente as formas de fazer as políticas públicas.

A valorização do local como instância privilegiada para planejar e implementar programas e projetos sociais sinaliza a importância da descentralização político-administrativa. Segundo Martinelli & Joyal (2004, p. 6), “a descentralização política se converte, assim, em uma ferramenta determinante para o desenvolvimento local, ao

facilitar a criação de espaços de negociação estratégica com o setor privado empresarial e com os demais atores sociais regionais”.

A ideia de descentralização está intrinsecamente vinculada à democratização, posto que implica em aumentar a autonomia nas vias de decisão, a distribuição dos poderes sobre as ações e os recursos, bem como a divisão das responsabilidades nos níveis subnacionais e setores sociais. Dessa maneira, a descentralização constitui-se um passo fundamental para a democratização do Estado, visto que facilita a participação social nos processos decisórios e fortalece o poder local, expandindo as possibilidades de escolhas do cidadão em relação às alternativas de desenvolvimento local, conforme destaca Buarque (2002).

Em vários países, as experiências de desenvolvimento local têm obtido resultados positivos. O município de Pintadas⁹, por exemplo, conseguiu um desenvolvimento dinâmico por meio da articulação dos agentes sociais. Tal articulação começou a “nascer” nas práticas de mutirão¹⁰, que se tornou um instrumento de resistência coletiva à marginalização social. Assim, a partir da década de 1980, a Pastoral da Terra buscou fortalecer o espírito de solidariedade entre os produtores agrícolas. E, no período de 1985 a 1987, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, juntamente com a igreja, organizou um movimento comunitário com o intuito de recuperar um terreno do qual 16 famílias de posseiros estavam sendo expulsas por um caso de grilagem, como frisa Moura *et al* (2002). Essa luta obteve sucesso, tornando-se uma conquista que serviu de estímulo a tantas outras, pois os trabalhadores rurais descobriram as vantagens e os potenciais de ações coletivas.

Após esse episódio foi criado o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP) e surgiram vários projetos de desenvolvimento local, o que contribuiu para a

⁹ O Município de Pintadas está localizado no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, a cerca de 255 km a oeste de Salvador. Possui uma área de 530km² e uma população estimada em 10.812 habitantes, segundo estimativa do IBGE de 2009. Sua emancipação política ocorreu em 9 de Maio de 1985, desvinculando-se do município de Ipirá.

¹⁰ Conforme Moura *et al* (2002), em Pintadas o mutirão se constituiu na primeira forma de trabalho solidário, denominado ‘roubar o boi’, sendo que o agricultor beneficiado com a atividade coletiva oferecia um almoço matando um boi. O mutirão se constitui um espaço concreto da prática de solidariedade entre a população mais carente, em virtude dos problemas sociais e econômicos inerentes à realidade do sertão nordestino.

constituição da Rede Pintadas¹¹. Essa rede surge da articulação de diversos segmentos sociais: sindicato, universidade, prefeitura, escola, paróquia, ONGs e associações nacionais e internacionais. O sistema de articulação da Rede Pintadas vem reforçar a ideia de que o desenvolvimento local almeja dinamizar as dimensões sociais e econômicas por meio da constituição de parcerias.

A Rede Pintadas vem colaborando com o fortalecimento do movimento Pintadas e, conseqüentemente, com a constituição de uma sociedade mais igualitária e participativa. Isto tem acontecido devido à consciência de cidadania ter se formado aos poucos e a liderança ter emergido dentro da própria comunidade, ou seja, o processo de desenvolvimento deu-se de “baixo para cima”.

A experiência da comunidade de Pintadas vem (re)afirmar que os determinantes e os condicionantes do desenvolvimento devem partir dos moradores locais. Não importa a localização geográfica, as condições climáticas, a extensão territorial, mas sim o espírito de solidariedade, cooperação e determinação da comunidade na busca por mecanismos proporcionadores de qualidade de vida. Os pintadenses “acharam que o desenvolvimento não se espera, se faz”, como indica Dowbor (2006, p. 3).

Acredita-se que essa discussão traz alguns elementos que servem para elucidar a permanência da temática do desenvolvimento local nas pautas contemporâneas. Franco (2000), de forma sintética, ressalta que isso vem ocorrendo porque o desenvolvimento local promove um desenvolvimento que abarca diversas dimensões - econômica, social, política, cultural, ambiental; objetiva melhorar a vida das pessoas - desenvolvimento humano, social e sustentável; e tem como estratégia de conquista a sustentabilidade.

A proposta de desenvolvimento local tem sua essência na valorização das potencialidades endógenas, no entanto está inserida em um cenário mais amplo, complexo e dinâmico do espaço global, tendo que enfrentar as pressões, influências e tensões da globalização. Desse modo, faz-se necessário alterações sociais para que a

¹¹ Fischer & Nascimento (2003, p. 3) apontam que “a Rede Pintadas é uma organização informal instituída em 1999 que reúne 11 entidades do Município de Pintadas. Congrega organizações sociais, projetos de autogestão, organizações produtivas, culturais e religiosas. De forma representativa, tem como funções principais avaliar, propor, planejar e implementar políticas públicas, além de empreender esforços e iniciativas de geração de emprego e renda”.

gestão pública aconteça de forma a favorecer a coletividade. Portanto, a gestão local de desenvolvimento deve partir da articulação entre o setor público e a sociedade civil a fim de que cada agente social assuma suas responsabilidades e atue em prol de um único objetivo – a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

1.3 O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL E DO PODER PÚBLICO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A década de 1970, no Brasil, foi marcada por profundas transformações que contribuíram para a intensificação de novas demandas sociais. O regime autoritário e burocrático, estabelecido com a ditadura militar (1964-1985), fechou os mínimos canais de expressão existentes até então. Tais acontecimentos impulsionaram o surgimento de novos movimentos sociais¹², os quais fomentaram a emergência da cultura participativa. Nessa perspectiva, Albuquerque (2004, p. 25) destaca a importância da mobilização social na conquista da participação democrática nas situações de decisões que definem os destinos da sociedade brasileira:

Sem a forte presença dos movimentos sociais não se pode explicar uma visível mudança cultural, que se opõe aos velhos padrões da política clientelista, elitista e corrupta e que contribuiu para a conformação de uma sociedade que, em diversas de suas atitudes recentes, enfatiza a representatividade nas ações governamentais.

Nota-se, no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, o surgimento de movimentos de contestação da política ditatorial então vigente. De acordo com Oliveira (2004, p. 90), pode-se apontar como momentos de participação política marcante entre os anos de 80 e 90 no Brasil: “o processo de redemocratização política do país, em fins dos anos 70 até meados da década de 80; as Campanhas pelas Diretas Já, na primeira

¹² Segundo Albuquerque (2004, p.20), “temos, nos anos 70 e 80, uma ‘fase’ de emergência muito vigorosa do que temos chamado de ‘novos movimento sociais’; movimentos que se organizam como espaços de ação reivindicativa, que recusam relações subordinadas, de tutela ou de cooptação por parte do Estado, dos partidos ou de outras instituições”.

metade de 80 (1984-1985); a Assembléia Nacional Constituinte (1986 a 1988); a mobilização nacional pró-impeachment do Presidente Collor em 1992”.

Em decorrência do processo de redemocratização, a participação da sociedade civil tornou-se uma prática crescente, já que nesse período os movimentos populares obtiveram maior expressividade, fortalecendo, assim, o tecido social. No entanto, ainda segundo Albuquerque (2004, p. 21), apenas no final da década de 1980, deu-se o reconhecimento “do direito a ter direitos, do direito a participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade” com a promulgação da Constituição de 1988, considerada por muitos como a “Constituição Cidadã”, por reconhecer, ampliar e garantir os direitos civis, políticos e sociais.

Dessa forma, a Constituição de 1988 representa a culminância da conquista dos movimentos sociais e o marco formal que assegura a participação popular nos processos decisórios. Contudo, mesmo após a aprovação dessa Constituição ainda se enfrenta inúmeros obstáculos que limitam a participação social efetiva nas deliberações de interesse público.

Dentro desse contexto, observa-se que, em virtude da política neoliberal do Estado, são cada vez mais exigidas respostas aos problemas sociais e ambientais. Entretanto, ele tem se mostrado incapaz de garantir vida digna para grande parcela da população, por conseguinte, as consequências da crise socioambiental têm se ampliado.

No Brasil, a situação tem se agravado devido às crises da democracia representativa e de ideologia política¹³; e tais crises têm feito com que o Estado perca sua confiabilidade. Tanto esse fator como o aumento dos impactos da globalização revelam a emergência de mudanças na gestão pública. Evidencia-se a necessidade de uma gestão que insira a participação popular em sua dinâmica como agente crítico e ativo a fim de que as necessidades das classes marginalizadas sejam priorizadas.

Diante de tais circunstâncias, a sociedade civil é convocada a participar de forma efetiva da vida social e política da comunidade. Segundo Castro (2005, p. 224),

¹³ A ausência de substância ideológica dos partidos políticos foi um dos fatores que ocasionaram a crise de ideologia política. Os partidos perderam os princípios de sua essência e o cidadão deixou de depositar a esperança de melhorias de condições de vida em grupos partidários, findando na desintegração dos ideais socialistas.

No nível subnacional, a sociedade civil é chamada cada vez mais a se organizar e tentar criar soluções para problemas imediatos, reorganizando seus espaços do cotidiano, reconfigurando politicamente os lugares, criando novas escalas e alterando a própria agenda política do Estado [...].

A estratégia de desenvolvimento local surge nesse contexto visando a promoção de melhores condições de vida por meio da inserção da sociedade civil como protagonista de todo dinamismo de organização social e econômica. Oliveira (2001, p.15) considera que “a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o ‘governo local’ [...]”.

A sociedade civil tem papel preponderante na dinâmica socioespacial, devendo atuar nos ambientes de decisões não apenas para controlar e fiscalizar o Estado, mas para ser e fazer parte do processo, atuando efetivamente do começo, meio e fim de toda e qualquer proposta de desenvolvimento social. Afinal, “a participação popular se transforma no referencial de ampliação das possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil”, como afirma Jacobi (1996, p. 8), tendo, assim, a responsabilidade de defender os direitos do cidadão comum. Para Franco (2002, p. 29),

As organizações da nova sociedade civil têm uma função própria no processo de desenvolvimento social, e não apenas um papel que possa ser definido a partir da ótica do Estado, ou seja, pensado a partir do que o Estado faz ou deixa de fazer. Existem razões para isso. Como todo desenvolvimento é social (uma vez que o conceito de desenvolvimento se aplica propriamente a sociedades humanas), o terceiro setor tem um papel necessário, insubstituível, imprescindível mesmo – embora não suficiente – no desenvolvimento (em todas as suas dimensões: social, econômica, cultural, ambiental e físico-territorial, político- institucional e científico-tecnológica).

A sociedade civil é capaz de mobilizar recursos, criar oportunidades e promover parcerias em prol do desenvolvimento local sustentável. Caso exemplar, como já mencionado, é o desenvolvimento dinâmico do município de Pintadas/BA, onde os agentes sociais mostraram a força mobilizadora e associativista da comunidade pintadense, conforme frisa Moura *et al* (2002). A conquista da prefeitura de Pintadas em

1996, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), evidencia o dinamismo social e a relevância da mobilização dos moradores¹⁴. Tal fato repercutiu positivamente no desenvolvimento local, incentivando outras ações comunitárias e proporcionando, assim, mudanças significativas na conjuntura municipal.

Percebe-se que os espaços e canais de participação, tais como conselhos gestores, orçamento participativo, fóruns de debates, comitês, sindicatos, associações, cooperativas, audiências e consultas públicas, vêm se ampliando consideravelmente. O número de municípios que têm buscado instrumentos de gestão participativa e democrática tem se elevado e a sociedade civil tem se revelado mais consciente da força de uma população organizada.

Tratando-se das organizações cooperativistas, observa-se uma tendência de crescimento que pode ser verificada ao se analisar os números de cooperativas filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras. No ano de 1990, a OCB possuía 3.440 cooperativas afiliadas, número que saltou para 7.261 cooperativas em 2009, apresentando um crescimento de 111,07% nesse período (OCB, 2010).

É notório que inúmeras iniciativas de gestão participativa continuam relativamente pouco conhecidas, o que tem dificultado um impacto maior no incremento de políticas públicas e, conseqüentemente, na ampliação dos espaços de cidadania.

Ao abordar a proeminência da participação popular na definição das políticas públicas, Grau (2005, p. 5) salienta que “hoje, a ideia da participação social no planejamento, desenho, monitoramento, avaliação e, mesmo, na própria implementação das ações governamentais é condição fundamental para o alcance da sustentabilidade”. Contudo, a participação democrática vem sendo dura e lentamente conquistada pelos agentes sociais por meio da luta contra um Estado caracterizado por atitudes autoritárias, burocráticas, assistencialistas e corporativistas. Nessa perspectiva, Teixeira (1997, p. 205) afirma que

O fenômeno da participação é bastante complexo e contraditório. Sua efetivação depende de condições objetivas decorrentes da estrutura econômico-social e política, da cultura política que se constrói

¹⁴ Para saber mais ver FISCHER, F; NASCIMENTO, A. Projeto Rede Pintadas. In: LOTTA, G. S. *et al* (Org.). **20 experiências de Gestão Pública e Cidadania**. 1ª ed. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003, p. 3-19.

historicamente e de condições subjetivas em termos da organização e mobilização da sociedade civil.

O dinamismo da participação popular depende de um conjunto diverso de fatores, desde o nível de conscientização e mobilização social até a coerência político-ideológica da administração, por isso torna-se complicado e limitado. Diante dessa realidade, Tenório (2004, p. 18) argumenta:

Há, entretanto, que se considerar as inúmeras dificuldades na promoção do desenvolvimento local. A mais importante delas talvez seja a participação popular que, no Brasil, ainda é muito restrita, salvo algumas poucas exceções, muito embora, se verifique uma tendência de crescimento da participação nas decisões municipais desde a redemocratização do país.

O grande desafio para a construção e efetivação da participação popular implica na superação das relações culturais patrimonialista e clientelista e no aprendizado do diálogo entre iguais a fim de que se construa um desenvolvimento local em prol de todas as comunidades e de seus integrantes, conforme menciona Castro (2006). Essas culturas não podem ser consideradas traços de uma política do passado, visto que ainda inibem uma participação popular efetiva e têm conduzido, na maioria das vezes, à configuração de cenários onde a participação popular significa apenas constituição legal de espaços formais.

Jacobi (1996, p. 254), ao discutir os mecanismos de consolidação da cidadania, aborda a relevância do abandono das heranças culturais para a constituição de uma gestão participativa:

A constituição de cidadãos, enquanto sujeitos sociais ativos, se consubstancia a partir da transformação das práticas sociais existentes e na sua substituição pela construção de novas formas de relação que tem na participação um componente essencial. O enfrentamento do patrimonialismo político é uma tarefa complexa e demorada em virtude do enraizamento das práticas de instrumentalização. O desafio que se coloca é o de construir novos hábitos, de neutralizar o clientelismo e de aproximar o cidadão do processo decisório.

A construção democrática no Brasil ainda passa por dificuldades de raízes históricas - políticas, culturais e sociais - dentro de uma tradição autoritária e excludente

que ainda hoje impõe sérios obstáculos ao desenvolvimento compreendido sob o viés da justiça e da equidade. Assim, torna-se necessário uma inversão cultural que possibilite a visualização do ser humano como um cidadão, pois a democracia participativa se concretiza a partir da inclusão da população na gestão pública. Desse modo, as bases da estrutura social devem ser revestidas e constituídas por práticas verdadeiramente democráticas, para tanto é imprescindível que a participação popular não seja apenas consultiva, mas, sim, um exercício da cidadania ativa que não se limita à participação periódica no processo eleitoral nem ao ato de homologar decisões.

Na conjuntura da contemporaneidade, cabe, tanto à sociedade civil como ao poder público, a defesa dos interesses coletivos por meio de uma participação pautada nas premissas da gestão democrática e da cooperação. Segundo Tenório *et al* (2004, p. 1),

Os processos de desenvolvimento local implicam esforços articulados de atores estatais e da sociedade civil, dispostos a levar adiante projetos que surjam da negociação de interesses, inclusive divergentes e em conflito. Assim, a lógica do desenvolvimento local necessita do surgimento e fortalecimento de atores inscritos em seus territórios e com capacidade de iniciativa e propostas sócio-econômica que capitalizem as potencialidades locais.

Não se pode esquecer que a ampliação dos espaços de cidadania é uma condição ímpar no contexto do desenvolvimento local, uma vez que as ações devem acontecer por meio da integração entre a sociedade civil e o poder público, para que se construam políticas públicas que atendam aos interesses coletivos e produzam resultados satisfatórios para toda a população. Como enfatiza Teixeira (1997, p. 179), a participação cidadã se efetiva quando “diferentes atores sociais assumem deveres e responsabilidades políticas, criam e exercitam direitos, inclusive o de controle social do Estado e do mercado”.

O poder público com o exercício da cidadania se configura num sistema inovativo que (re) define a forma de gerir o espaço, inserindo as pessoas como agentes participativos da vida pública. De acordo com Cardoso (2007), a proposta de desenvolvimento local traz o cidadão para participar como sujeito ativo na construção de estratégias mais sustentáveis para si e para a sociedade. Dessa forma, compete ao

Estado exercer um novo papel não mais de planejador isolado, concentrador e autoritário, porém de articulador e facilitador de ações locais.

O setor público assume um papel de estimulador de inovações, em busca de novas oportunidades de desenvolvimento dentro dos interesses e das vocações da comunidade local, conforme destacam Martinelli & Joyal (2004). Para pensar em respostas políticas para a crise social da atualidade, precisa-se pensar em governos ativos e dinâmicos, que garantam a segurança dos cidadãos e ampliem os espaços de participação.

O modelo de gestão pública que prioriza a interlocução da sociedade com o poder público torna-se a cada dia mais necessário, pois os problemas sociais se intensificam constantemente e a parceria entre esses setores é extremamente importante para a elaboração e implementação de políticas públicas capazes de mitigar esses problemas. Assim, os conselhos estaduais e municipais foram criados com a finalidade de promover uma maior integração entre o setor público e o terceiro setor, e facilitar o envolvimento de todos os agentes na gestão e planejamento públicos. Tratando-se dos conselhos municipais, segundo Castro (2006, p. 22), eles surgem no Brasil como

Consequência do poder outorgado aos municípios no processo de descentralização, que se inicia a partir da Constituição de 1988. Este processo incentiva a criação de parcerias Sociedade Civil-Estado mediante canais e foros de debate definidos como paritários, no sentido de assegurar a participação da comunidade, com equidade em relação às forças governamentais para a elaboração e fiscalização de políticas sociais que atendam às necessidades locais.

A emergência desses novos espaços de participação popular, através dos quais as questões relacionadas às políticas sociais são debatidas de forma pública e democrática, representa um considerável avanço no que diz respeito às políticas públicas no Brasil, conforme Bulla & Leal (2004).

Os conselhos são propostos como espaços de discussões propícios à formulação e ao controle de políticas públicas. No entanto, na maioria das vezes, acabam se transformando em meros espaços burocráticos. O poder público assume o centro das decisões, por isso, os conselhos têm enfrentado muitas dificuldades para

desempenhar um autêntico papel de democracia participativa, cidadania e desenvolvimento local integrado, como frisa Castro (2006). É pertinente lembrar que “estas instâncias de participação, paritárias e deliberativas, geralmente, são ‘prefeiturizadas’, significando que se tornam instrumentos das esferas administrativas do governo local”, como destaca Jara (1998, p. 276).

De fato, o fenômeno da “prefeiturização”, definido por Abromaway e citado por Castro (2006), tem se tornado evidente em diversos municípios brasileiros, principalmente na Bahia, pois a elite, herdeira dos senhores patrimonialistas, ainda hoje, desenvolve habilidades para conservar o poder e usufruir de privilégios e regalias. Desse modo, o caráter burocrático e autoritário da gestão pública continua impregnando na sociedade atual, e os espaços de participação findam em meros espaços de formalidades, logo “alguns” acabam monopolizando o controle das decisões.

Assim sendo, as alternativas de desenvolvimento local requerem ações conjuntas, parcerias entre o setor público e a sociedade civil, para que os agentes sociais locais passem a protagonizar a construção do seu próprio destino. Entretanto, isso só se efetivará à medida que a democracia representativa for substituída pela democracia participativa e, enfim, aconteça o fortalecimento da cultura participativa.

Convém destacar que a cultura participativa está atrelada à história de cada sociedade e relaciona-se com o desenvolvimento. Essa reflexão suscita algumas questões sobre o meio rural – espaço historicamente marcado pelas facetas das relações culturais assistencialista, elitista, patrimonialista e clientelista, e caracterizado pela ausência de reais investimentos públicos e, conseqüentemente, pela pobreza. Essas culturas arraigadas nesses espaços se tornaram o grande empecilho para o desenvolvimento rural, já que, como destaca Brose (1999), o desenvolvimento local surge do fortalecimento da democracia, de decisões políticas das lideranças comunitárias e dos agentes sociais envolvidos.

Portanto, é primordial que ocorram profundas mudanças nos canais e espaços de diálogo no campo, visando o fomento da participação popular e a superação dessas heranças culturais, para que, dessa maneira, o espaço rural que detém diversas potencialidades, demonstrando-se favorável ao desenvolvimento local, passe a ser

valorizado e se transforme em palco de políticas públicas condizentes com a realidade atual.

1.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ESPAÇO RURAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Nas últimas décadas, o meio rural tem sofrido intensas transformações com o desaparecimento do campesinato, a modernização da agricultura e o desenvolvimento do capitalismo. As alterações das relações sociais no campo significaram a substituição de uma sociedade agrária e tradicional por uma sociedade moderna e industrializada, impulsionada, principalmente, pelas modificações tecnológicas.

O processo de modernização da agricultura brasileira¹⁵ – conservador, excludente e desigual - que se iniciou a partir da década de 1960, atuou como fator determinante na estrutura social, posto que ocasionou: renovação dos mecanismos de produção; intensificação da competitividade e do êxodo rural; substituição de produtos; dependência de sistemas econômicos não-rurais; e aparecimento de atividades não-agrícolas. Além disso, manteve o caráter concentrador de terra e renda. Tal modelo de modernização é produto de uma exploração capitalista que visa assegurar a eficácia e a rentabilidade da produção. Para Granziroli *et al apud* Carneiro (2008, p. 29),

A opção do governo de modernização agrícola com base em setores de grande produção, tendo como justificativa a maior eficiência técnica e econômica, resultou, na verdade, além de ineficiência social, em ineficiência econômica, pela subutilização de fatores abundantes (mão-de-obra) e intensa utilização de fatores escassos (capital), de forma subsidiada.

¹⁵ A agricultura brasileira inicia seu processo de modernização com o advento da “Revolução Verde”. Segundo Balsan (2006, p. 24), “a partir de meados da década de 1960, vários países latino-americanos engajaram-se na chamada “Revolução Verde”, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização”.

Essa situação ocasionou a queda na qualidade de vida de grande parcela da população rural, exigindo respostas cada vez mais eficientes por parte das organizações e movimentos sociais e do Estado. O avanço dos movimentos sociais no campo tem enfatizado a necessidade de uma proposta de desenvolvimento que proporcione mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito desse espaço com a finalidade de melhorar as condições de vida de seus habitantes.

O atual debate em torno das transformações verificadas no campo, decorrentes do seu processo de modernização, e que são bastante complexas, leva a se repensar o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil e, ao mesmo tempo, convida a se discutir novas estratégias de desenvolvimento para o espaço rural, pois, como ressalta Veiga (2001, p. 101), “o Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento”.

Essa discussão é extremamente importante, haja visto que, para muitos estudiosos comprometidos com essa temática, a superação das desigualdades sociais que marca a sociedade brasileira passa obrigatoriamente pela definição de políticas de valorização do campo, conforme Marques (2002). Entretanto, a atual realidade rural demonstra um modelo de desenvolvimento insustentável, que não tem favorecido a maior parcela da população - o pequeno produtor. Ainda predomina um modelo de desenvolvimento focado apenas no aspecto econômico e não prioriza as dimensões social, ambiental e cultural. Ainda segundo Marques (2002, p. 96),

O projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no país tem como principal objetivo a expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos sobretudo em relação ao aumento de produtividade e à geração de divisas para o país via exportações. No entanto, esta opção tem implicado custos sociais e ambientais crescentes.

Tais circunstâncias contribuem para a intensificação da concentração fundiária e de renda, ampliando as desigualdades regionais e a exclusão social. As disparidades socioeconômicas na Região Nordeste ratificam bem essa situação. Nessa região, a concentração fundiária é o principal fator de geração de exclusão social, apresentando a maior concentração de renda do país desde o seu surgimento, como argumenta Cardoso (2007). Esse panorama deve-se, sobretudo, ao processo de ocupação do território desde o período colonial, marcado pela economia escravista e pela

predominância de grandes propriedades pastoris do sertão. Essa situação tem conduzido a maioria dos nordestinos a viver num espaço de intensa precariedade social.

Na Bahia é perceptível os elevados níveis de concentração fundiária¹⁶. Estudos mostram a intensificação do grau de concentração de terras nesse estado nas últimas décadas, revelado pelo aumento de 4,74%, no índice de Gini¹⁷, no período de 1970 a 2006, conforme Quadro 1. Por conseguinte, a concentração de renda aumenta¹⁸ e tem sido a grande responsável pela persistência dos problemas sociais no país.

| Ano | Índice de Gini |
|------|----------------|
| 1970 | 0,802 |
| 1975 | 0,812 |
| 1980 | 0,826 |
| 1985 | 0,841 |
| 1995 | 0,834 |
| 2006 | 0,840 |

QUADRO 1 – Bahia: índice de Gini -1970-2006.
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970-2006. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Com base nesses parâmetros, pode-se afirmar que o modelo de desenvolvimento adotado no campo brasileiro tem impulsionado o aumento da pobreza e da desigualdade social. O espaço rural vivencia uma diversidade de problemas relacionados à ausência e/ou ineficiência de sistemas de saúde, educação, infra-

¹⁶ Para Mendes & Silva (1998, p. 59), “a concentração de terras no Estado da Bahia, assim como no Brasil, data do processo de colonização e ocupação do território, ocorrido a partir do descobrimento do Brasil no século XVI. A colonização baiana e ocupação progressiva do território sempre se constituiu em um empreendimento mercantil, baseado na grande propriedade. Tem-se o aspecto da exploração econômica como importante na determinação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. Outros aspectos são os fatores naturais (clima, recursos hídricos, relevo, solo, fauna e flora), históricos e socioculturais”.

¹⁷ É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de 0 a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e quanto mais próximo de 0, menor é a desigualdade.

¹⁸ No contexto dessa análise, vale pontuar que o município de São Felipe/BA apresentou índices de Gini, nesse caso referindo-se à desigualdade da distribuição de renda, de 0,49 em 1991 e de 0,56 em 2000, verificando-se, assim, um aumento da disparidade de renda nesse período, conforme ADHB (2003).

estrutura¹⁹, entre outros. No campo, a pobreza é proporcionalmente muito maior do que na cidade, atingindo 39% da população rural em 1990, como consta no banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 1996). É também nesse espaço onde são identificados os menores índices de escolaridade e as maiores taxas de analfabetismo do país, como menciona Marques (2002).

Essa situação tem mobilizado uma atenção crescente da comunidade científica e da opinião pública em todo o território brasileiro sobre o modelo de desenvolvimento rural. Estudiosos destacam que, apesar dos recordes²⁰ alcançados pela modernização da agricultura, a problemática no campo só tem se agravado. Isso vem ocorrendo porque as transformações agrícolas no Brasil se basearam no modelo euro-americano, não respeitando as especificidades locais. Dessa forma, esse modelo de modernização tem sido alvo de constantes críticas, sejam elas econômicas, destacando o déficit do sistema de produção (queda dos preços e aumento dos custos), sejam ecológicas, devido ao aumento da degradação do meio ambiente, sejam sociais, chamando atenção que a modernização do campo é um dos motivos da exclusão social, como destaca Tonneau & Teixeira (2002).

Nessa perspectiva, Veiga (2001) propõe uma análise que fornece subsídios para o entendimento do insucesso das tentativas de formulação de uma nova agenda de desenvolvimento para o país: permanência do mito de um Brasil hiperurbanizado²¹;

¹⁹ De acordo Aquino & Santos (2002), no Brasil, apenas 12% dos domicílios rurais, em 1996, tinham acesso à coleta de lixo; mais da metade da população rural não tinha acesso a filtro de água; e quase um terço da população era analfabeta. Dentre os problemas vivenciados pela população residente na área rural do Brasil, pode-se citar a mortalidade infantil de crianças menores de um ano, que em 2000 era superior à urbana em todas as regiões brasileiras e unidades da federação, com exceção dos estados de Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá. A mortalidade infantil rural era superior a 30% para o país como um todo, refletindo principalmente os níveis elevados observados nas áreas rurais do Nordeste, segundo dados do IBGE de 2000.

²⁰ Nos últimos anos, de acordo com o ex-Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, citado por Tonneau & Teixeira (2002, p. 295), “o Brasil bateu todos seus recordes: a produtividade da agricultura aumentou, desde 1992, em 71%; a produção atual de grãos é de 100.000.000 de toneladas; em 2001, as exportações agrícolas totalizaram US\$ 24 bilhões; em 8 anos, a produção de carne aumentou em 97% na avicultura, em 67% na suinocultura e em 30% na bovinocultura brasileiras; o Brasil tornou-se o primeiro produtor mundial de café, de laranjas e de cana-de-açúcar”.

²¹ Segundo Veiga J. (2003, p. 32), “de um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil habitantes, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate, segundo o qual, o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000”.

ausência de empreendedorismo que estimule a criação de redes de pequenas e médias empresas, e aproveite a biodiversidade de forma sustentável; e carência de arranjo institucional que auxilie as articulações intermunicipais.

Além dos elementos citados, percebe-se que a dicotomia rural/urbano constitui-se um entrave para o desenvolvimento, que deve ser visto na sua integridade e interdependência, conforme Castro (2006). A relação campo/cidade faz parte de um único processo, portanto esses dois espaços não podem ser analisados separadamente.

O meio rural brasileiro exige um “novo olhar”, ou seja, uma reorientação do modelo de desenvolvimento para que se priorizem a eliminação da pobreza, a redistribuição da renda e possibilite a promoção de alternativas socioeconômicas apropriadas para a realidade local. Schneider (2004, p. 88) chama atenção que

É preciso repensar o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil e, mais do que isto, reorientar as formas de intervenção do Estado e as políticas públicas. Sobretudo, através, do incremento do papel das recém criadas agências de regulação e da descentralização de algumas políticas públicas federais.

O campo, geralmente, apresenta características bastante propulsoras ao desenvolvimento rural sustentável: relações interpessoais e afetivas, espírito de coletividade, ajuda mútua, solidariedade, forte sentimento de identidade, diversidade cultural, patrimônio natural, entre outras. Contudo, para que esse tipo de desenvolvimento se efetive, faz-se necessário ações conjuntas, que devem partir da comunidade local e ser apoiadas pelo poder público com a finalidade de suscitar potencialidades adormecidas nas populações rurais.

Bianchini (2001 p. 89) salienta que

O rural não é percebido como inferior ou complementar ao urbano, mas como um espaço onde limites e potencialidades são analisados e propostos a partir de objetivos locais, ainda que pensados em suas limitações mais amplas. Essa noção aponta para o reconhecimento do local e dos atores locais como parâmetros de ações de desenvolvimento [...].

O meio rural necessita de políticas de desenvolvimento integrado que contemplem a complexidade da atualidade, considerem sua história política e social, apreciem as prioridades e diversidades culturais e assegurem o direito de uma vida saudável para seus habitantes, já que, como orienta Santos, citado por Aquino & Santos (2002, p. 140),

[...] não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito a autodeterminação dos povos indígenas e a preservação do meio ambiente. [Assim sendo] as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras pela terra, política agrícola diferenciada, políticas sociais e direitos trabalhistas se inserem, portanto, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, baseado na expansão e no fortalecimento da agricultura, em regime da economia familiar.

Para esse autor, a agricultura familiar representa um modelo produtivo crucial para o dinamismo socioeconômico rural. Em vista da intensificação das dificuldades sociais e ambientais no campo, esse segmento agrícola vem se revelando como um dos caminhos mais viáveis para a reversão desse quadro.

Diversos estudos, realizados em diferentes partes do mundo, mostram que a agricultura familiar tem grande potencial de gerar emprego e renda, de atender melhor aos interesses sociais dos pequenos produtores, de assegurar a preservação do meio ambiente e colaborar com o desenvolvimento local. Buainain *et al* (2003, p. 313) enfatiza que “o desenvolvimento com equidade, no meio rural brasileiro, passa pelo fortalecimento da agricultura familiar”.

Buainain *et al* (2003) salienta ainda que o sistema de produção familiar caracteriza-se pela policultura, mão-de-obra predominantemente familiar, excedente comercializável e tecnologia própria e/ou desenvolvida socialmente. Tais singularidades tornam-no um sistema detentor de vantagens e potencialidades, como: diversidade de produção, o que reduz riscos e incertezas; maior possibilidade de utilização da adubação orgânica de forma intensiva, elevando o valor agregado dos produtos; e necessidade de pouco capital fixo e baixo nível de investimento, o que diminui a dependência de insumos e serviços e o custo de produção.

Essas características confirmam a viabilidade e sustentabilidade desse modelo de produção e tornam-no bastante vantajoso em relação ao patronal. Dados do censo agropecuário de 2006²² revelam que agricultores familiares produzem de forma mais eficiente, apesar de deterem menor quantidade de terra e de financiamento, produzem e empregam mais que os patronais e apresentam grande capacidade de geração de emprego e renda.

A agricultura familiar exerce um papel essencial no desenvolvimento rural, porém ainda enfrenta muitas dificuldades, principalmente nas regiões mais pobres do Brasil: falta de créditos para se obter recursos de terceiros; restrições de acesso aos mercados de serviços em geral; má distribuição da propriedade da terra; falta de assistência técnica, etc.

Há, portanto, a necessidade de reflexões sobre como se processam as políticas públicas no meio rural, procurando rever quem são os verdadeiros beneficiários e as reais melhorias trazidas por essas políticas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)²³, por exemplo, é uma política pública direcionada à agricultura familiar; entretanto a disponibilidade de financiamentos é feita de forma heterogênea, ou seja, de forma proporcional à renda da propriedade, logo os grandes proprietários são os maiores beneficiados.

Neste contexto, Schneider *et al* (2004, p. 2) faz uma ressalva a respeito da origem do PRONAF, ressaltando que esse Programa

Foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas

²² De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, “foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Esse numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Esses resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares” (IBGE, 2006, p. 19). Apesar dessa disparidade, a agricultura familiar foi responsável por 38,0% do valor total da produção agropecuária nacional, conforme IBGE (2006).

²³ Para um maior aprofundamento ver GRANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois**: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 45, nº 2, 2007, p. 301-328.

públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo.

Pode se considerar que o PRONAF é uma política pública de grande relevância para o desenvolvimento do espaço rural brasileiro, visto que até o início da década de 1990 não existia nenhuma política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das carências da categoria social – agricultores familiares, como argumenta Schneider *et al* (2004). No entanto, alguns aspectos desse Programa requerem mudanças no seu processo de elaboração e consolidação, a fim de que a gestão dessa política beneficie efetivamente o pequeno produtor, priorizando suas reais necessidades.

Nessa discussão, cabe sublinhar que apesar do maior direcionamento do PRONAF, nos últimos anos, a capacitação e a profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos ainda não têm sido suficiente em vista da demanda desse segmento social em relação a essas questões. Portanto, é preciso que se dispense uma atenção mais efetiva à promoção de conhecimentos a fim de proporcionar a independência e a autonomia dos produtores familiares, tendo como base, por exemplo, o planejamento local.

Essa análise vai ao encontro do que Jara (1998, p. 73), no contexto da presente discussão, entende por desenvolvimento local sustentável:

Quando falamos de desenvolvimento local sustentável, por conseguinte, estamos falando de agricultores organizados e capacitados, ou seja, dotados de conhecimentos, habilidades e destrezas para que eles mesmos saibam e possam gerenciar e orientar seus assuntos, partindo dos recursos que realmente possuem. Estamos falando de um modelo mais endógeno, auto-gestionário, participativo, eficiente e mais sustentável do ponto de vista ambiental. Estamos falando de novos espaços (*Conselhos*) de diálogo, de deliberação, de controle.

Tratando-se de alternativas socioeconômicas de desenvolvimento local em ambientes rurais, vale ressaltar a importância da organização social. Para Silva (2001, p. 24), “o enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares”.

Nessa perspectiva, o cooperativismo e o associativismo têm se apresentado como importantes mecanismos no fortalecimento do meio rural, colaborando significativamente com a ampliação da produção familiar e de atividades não-agrícolas, a exemplo do artesanato. Além disso, tais formas de organização podem possibilitar o “renascimento” de elementos, imprescindíveis para a melhoria da vida no campo, que se encontram adormecidos: fortalecimento das relações familiares, resgate cultural, estímulo ao pertencimento, dentre outros.

O cooperativismo e o associativismo surgem no campo como fortes instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar. Por meio da união e do trabalho coletivo o pequeno produtor pode conseguir o desdobramento de políticas públicas que permitam sua inserção nos espaços econômicos e sociais dos quais estiveram historicamente excluídos. Para tanto, é preciso que os governos estadual e municipal e os pequenos proprietários de terra se organizem, montem cooperativas e associações, a fim de que o desenvolvimento rural sustentável se configure em todos os territórios do país e alcance a todos.

Veiga (2001, p. 111) aponta o papel dos municípios rurais nessas ações:

Trata-se de encorajar os municípios rurais a se associarem com o objetivo de valorizar o território que compartilham, fornecendo às associações os meios necessários ao desencadeamento do processo. Ou seja, o papel dos governos federal e estaduais deve ser o de estimular iniciativas que no futuro poderão ser autofinanciadas, mas que dificilmente surgirão, ou demorarão muito para surgir, se não houver o indispensável empurrão inicial.

No entanto, para que as organizações cooperativistas e associativistas sejam criadas e desenvolvam suas atividades com êxito, é crucial a participação efetiva da população. Silva (2001, p. 23-24) acrescenta que “a falta de organização social [...] tem se mostrado uma barreira tão ou mais forte que a miséria das populações rurais, especialmente no momento em que a globalização revaloriza os espaços locais como arenas de participação política, econômica e social para os grupos organizados”.

Urge, portanto, “novos olhares” do setor público e da sociedade civil sobre a problemática rural. É imprescindível a elaboração de políticas públicas integradas que estabeleçam uma visão geral da realidade, pois as políticas sociais compensatórias e

setoriais não são suficientes. Nesse sentido, é relevante que tais políticas estimulem iniciativas fundadas na cooperação entre os pequenos agricultores, posto que esse aspecto ainda é uma grande limitação no Brasil, especificamente na Bahia, e o cooperativismo se delinea como um caminho socioeconômico viável para o desenvolvimento rural.

Dessa forma, é importante discutir a respeito da organização social cooperativista, atentando para o panorama do cooperativismo brasileiro, suas repercussões e perspectivas, bem como sua espacialização, com o intuito de entender sua origem, princípios, peculiaridades, conflitos, impasses e implicações, principalmente no que se refere à gestão local de desenvolvimento.

2 COOPERATIVISMO: ORIGEM E PRESSUPOSTOS

O cooperativismo surge em reação à Revolução Industrial que intensifica os problemas sociais, principalmente relacionados à esfera do trabalho. Cria-se um ambiente de forte competitividade, desemprego crescente, exploração da jornada de trabalho (crianças, jovens e adultos), exclusão social e concentração de renda e concomitantemente crescem as incertezas e os desafios impostos pela globalização da economia. Diante desse quadro, um grupo de trabalhadores resolve se organizar em cooperativas com o objetivo de criar mecanismos capazes de atenuar os efeitos de um modelo econômico que marginaliza e exclui parcelas consideráveis da população da economia de mercado e, conseqüentemente, da vida em sociedade.

Nesse sentido, Rocha *et al* (2004, p. 2) menciona que “o cooperativismo é, pois, uma das alternativas para resgatar a cidadania e possibilitar especialmente aos trabalhadores desempregados viabilizar um projeto de geração de renda e inclusão social”. Portanto, o cooperativismo emerge como uma possibilidade de desenvolvimento com o intuito de promover a transformação social a partir da vida dos trabalhadores, os quais são vítimas dos efeitos mais danosos do sistema econômico neoliberal.

O cooperativismo tem seu marco inicial com a criação da cooperativa de consumo no distrito de Rochdale, na Inglaterra, no ano de 1844, registrada como a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Essa entidade foi fundada com a participação de 28 operários tecelões que lutavam por uma situação mais igualitária e contra o desemprego e a exclusão social, segundo Higuchi *et al* (2006). Apesar dos relatos históricos de outras organizações de cooperação e processos de ajuda mútua entre seus participantes, essa cooperativa é considerada a referência para todo o movimento cooperativista mundial, conforme ressalta Rech (2000).

Essa experiência serviu de incentivo ao desenvolvimento de milhares de cooperativas em todo o mundo. Hoje, esse tipo de organização se disseminou pelos mais distintos países. Rios (1987) esclarece que existem cooperativas nas mais diversas formações econômicas e culturais.

Os idealizadores do cooperativismo inspiraram-se em pensadores antigos, a exemplo do filósofo Platão²⁴ (428-347 a.C.), e em personalidades do pensamento moderno dos campos da filosofia e da política, tais como Thomas Morus (1478-1535) e Francis Bacon (1561-1626). Entre os precursores da doutrina cooperativista pode-se destacar: Robert Ower, considerado o pai do cooperativismo, que sempre buscou combater o lucro e a concorrência; Willian King, tornou-se médico de grande cultura e sensibilidade social, dedicando-se ao cooperativismo de consumo; Charles Fourier, idealizador das cooperativas integrais de produção, criando comunidades onde os associados tinham muito em comum; Louis Blanc, grande político que se preocupou com o direito ao trabalho, defendendo a liberdade baseada na educação geral e na formação moral da sociedade; Charles Gide, conhecido mundialmente por suas obras sobre economia, política e cooperativismo; John Bellers, buscou organizar cooperativas de trabalho, com a finalidade de acabar com o lucro e as indústrias inúteis; e Philippe Buchez, criador de um cooperativismo autogestionado, independente do governo ou de ajuda externa, como sintetiza Kreutz (2004).

O cooperativismo é uma doutrina com fins socioeconômicos que emerge historicamente junto com o capitalismo a fim de superar seus impactos, inspirado no ideário do socialismo utópico²⁵ da época. Esse sistema de cooperação é constituído pela associação espontânea de pessoas em busca de ideais comuns, logo sua filosofia requer uma dinâmica participativa, democrática e coletiva. De acordo com Salanek Filho & Silva (2006, p. 151), o 10º Congresso Brasileiro de Cooperativismo define a cooperativa como “uma organização de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática com objetivos econômicos e sociais comuns cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades”. Já Rech (2000, p. 22) complementa essa compreensão, apontando que

²⁴ Cenzi (2009, p. 13) frisa que “através da obra *A República* (Politeia), escrita provavelmente entre 380 e 370 a.C., Platão utilizou-se do método do diálogo para expor suas ideias sobre a sociedade ideal. Nela, passa ideias de uma vida harmônica, fraterna, com domínio sobre as dificuldades, sobre o caos e que essas ideias fossem a inspiração para a maioria dos movimentos de reforma social”.

²⁵ Conforme Paul Hugon *apud* Valadares (2005), o socialismo utópico surge com o advento da grande indústria e desenvolve-se do final do século XVIII até metade do século XIX, principalmente na França e na Inglaterra. O socialismo utópico tem como características principais os fundamentos de justiça e de fraternidade voltados à melhoria do meio econômico, à organização social equitativa e mais justa repartição da riqueza.

A cooperativa é uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo do fato de ser simultaneamente uma *entidade social* (um grupo organizado de pessoas) e uma *unidade econômica* (uma empresa financiada, administrada e controlada comunitariamente), tendo como objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio de promover bens e serviços necessários que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes.

Os pressupostos do cooperativismo centram-se na defesa de duas questões básicas - organização econômica e promoção social - pois esse tipo de unidade tem como objetivo contribuir com a qualidade de vida de seus cooperados por meio de uma gestão democrática e de ajuda mútua. De fato, o cooperativismo vem sendo identificado como uma opção importante nas dimensões econômica e social, associado às políticas de desenvolvimento local, assumindo, assim, um papel relevante na emancipação de uma sociedade mais humana e equitativa. Segundo Veiga & Fonseca (2001, p. 17),

[...] o cooperativismo é uma filosofia do homem na sociedade em que vive, um pensamento que procura construir uma nova maneira de processar a economia baseando-se no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição; nos valores e necessidades humanas e não na acumulação individual do dinheiro e na exploração do trabalho de outras mulheres e homens. Para tanto, o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões [...] preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável.

É perceptível que várias experiências cooperativistas têm proporcionado o desenvolvimento humano e social do indivíduo por meio do coletivo, visto ser um processo que tem como premissa o abandono da perspectiva individual e a internalização da valorização do trabalho coletivo. Desse modo, a base do sistema cooperativista é constituída de valores e princípios. Os valores balizadores da ação cooperativa são ajuda mútua, autogestão, democracia, equidade e solidariedade, ao lado dos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os seus semelhantes, como mencionam Veiga S. (2003) e Silva (2008).

Os princípios cooperativistas têm sua origem com os Pioneiros de Rochdale, porém após diversos congressos da Aliança Cooperativista Internacional (ACI) foram

debatidos, adaptados e reformulados em decorrência das exigências da sociedade moderna. As últimas atualizações nos princípios cooperativistas foram feitas no congresso da ACI em 1995, na cidade de Manchester, Inglaterra, onde, segundo Alves (2002), Kreutz (2004) e Silva (2008), passaram a ser definidos da seguinte forma: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos cooperados; autonomia e independência; promoção da educação, formação e informação; intercooperação, através de ações articuladas com outras cooperativas; e interesse pela comunidade visando efetivamente o seu desenvolvimento.

Essas são as diretrizes básicas que devem nortear a criação e a atuação de uma cooperativa independente do setor econômico de ação e do país no qual esteja localizada. A fidelidade aos princípios cooperativistas é imprescindível para que qualquer experiência nesses parâmetros consiga obter sucesso. Ao discutir sobre a relevância da fidelidade a tais princípios, Rocha *et al* (2004, p. 2) alerta que “na conquista de sua dimensão humana e inserção no mercado, o trabalhador cooperado necessita, portanto, compreender e vivenciar os princípios fundamentais do cooperativismo e consolidar a democracia no interior da cooperativa”.

O cooperativismo mundial é representado e organizado pela Aliança Cooperativista Internacional, sediada, hoje, em Genebra, na Suíça. Cada continente tem sua organização, como a Organização das Cooperativas das Américas (OCA), e cada país também. No caso do Brasil, a Organização das Cooperativas Brasileiras²⁶, criada em 1969 e reconhecida pela Lei Nº 5.764/71, é o órgão de cúpula da representação do sistema, como ressalta Rodrigues (2008). Cada estado brasileiro também possui a sua unidade representativa, vinculada à OCB, na Bahia, por exemplo, a Organização das Cooperativas do Estado da Bahia é a responsável pelas entidades cooperativas.

Nessa discussão, cabe destacar que no contexto da organização social permeiam frequentes dúvidas em relação às características de uma associação e de uma cooperativa. A diferença basilar entre essas organizações está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações que têm como premissa a

²⁶ Para Salanek Filho & Silva (2006, p. 143), “a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais, buscando preservar e aprimorar o sistema, assim como incentivar e orientar as sociedades cooperativas”.

promoção social através da assistência à cultura, educação, política e defesa de interesses de classes; as cooperativas têm finalidade econômica, na perspectiva de viabilizar a produção e a comercialização, ou seja, de organizar e consolidar o sistema produtivo de seus membros junto ao mercado.

É importante que se tenha claro as diferenças entre cooperativa e associação, como se pode observar no Quadro 2, pois é essa compreensão que determina a melhor adequação de um ou outro modelo.

| CRITÉRIO | ASSOCIAÇÃO | COOPERATIVA |
|---------------------------|--|--|
| Conceito | Sociedade de pessoas sem fins lucrativos. | Sociedade de pessoas sem fins lucrativos, porém com fins econômicos. |
| Finalidade | Representar e defender os interesses dos associados; estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados; realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social. | Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados; atuar no mercado; formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade. |
| Constituição | Mínimo de duas pessoas. | Concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo (Novo Código Civil, Lei Nº 10.406, de 10/01/2002, art. 1.094, Inciso II). |
| Legislação | Constituição (art. 5º, XVII a XXI, e art 174, par. 2º). Código Civil. | Lei 5.764/71. Constituição (art. 5º, XVII a XXI, e art. 174, par 2º.) Código Civil. |
| Legalização | Aprovação do estatuto em assembléia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) na Receita Federal. Registro no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e no Ministério do trabalho. | Aprovação do estatuto em assembléia geral pelos associados. Eleição do conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição na junta comercial. CNPJ na Receita Federal. Inscrição Estadual. Registro no INSS e no Ministério do trabalho. Alvará na prefeitura. |
| Forma de Gestão | Nas decisões em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto. | Nas decisões em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto. |
| Abrangência/ Área de Ação | Área de atuação limita-se aos seus objetivos, podendo ter abrangência nacional. | Área de atuação limita-se aos seus objetivos e possibilidade de reuniões, podendo ter abrangência nacional. |
| Operações | A associação não tem como finalidade realizar atividades de comércio, podendo realizá-las para a implementação de seus objetivos sociais. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais. | Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse. |

| | | |
|--------------|---|---|
| Remuneração | Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos. | Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembléia, além do reembolso de suas despesas. |
| Tributação | Deve fazer, anualmente, uma declaração de isenção de imposto de renda. | Não paga Imposto de Renda sobre suas operações com seus associados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais. |
| Fiscalização | Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual, pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal. | Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual (nas operações de comércio), pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal. |
| Dissolução | Definida em assembléia geral ou mediante intervenção judicial, realizada pelo Ministério Público. | Definida em assembléia geral. No caso de intervenção judicial, ocorre a liquidação, não podendo ser proposta a falência. |

QUADRO 2 – Principais diferenças entre associação e cooperativa. Fonte: Veiga & Fonseca (2001); Veiga S. (2003). Adaptado por: Gilvânia Nunes Chaves.

Percebe-se que a crise civilizatória do século XXI, decorrente do liberalismo econômico, demanda alternativas de organização social, seja por meio de sindicatos, associações ou cooperativas. A organização da sociedade civil é algo constantemente exigido no processo de elaboração e efetivação de estratégias de transformações sociais, principalmente nos países onde a desigualdade social impera. Nesse sentido, Rodrigues (2008) ressalva que a capacidade de organização de uma sociedade é fator determinante para seu grau de desenvolvimento. Logo, quanto mais organizada ela for, mais desenvolvida será, na medida em que os diferentes setores se fazem representar e se articulam, dando maior vigor à democracia.

Nesse debate é válido refletir sobre os “desvios” da organização social cooperativista. De acordo com Pereira (2008), diversas unidades cooperativas reproduzem o modelo de gestão do capitalismo – hierárquico e autoritário. Nessas unidades, que poderíamos chamar ‘pseudocooperativas’, observa-se o controle de um pequeno grupo de pessoas mais influentes entre os sócios, que, na maioria das vezes, ocupam cargos de liderança e ditam os rumos do empreendimento em vista de seus interesses pessoais.

Nesse contexto, convém ressaltar aspectos do cooperativismo brasileiro, especificamente na região Nordeste, por refletir as heranças culturais - patrimonialista, clientelista, autoritarista e individualista – engendradas historicamente, fato que deriva

de múltiplos fatores, dentre eles a falta de educação cooperativista e, conseqüentemente, de pessoas preparadas para a gestão desse sistema. Por conseguinte, muitas cooperativas são construídas sem planejamento adequado, mão-de-obra pouco qualificada e sistemas de gestão ineficientes, redundando em baixa captação de recursos e baixa competitividade, conforme frisa Pereira (2008). Logo, o dinamismo dessas entidades prevalece por um curto período e findam na paralisação de suas atividades. Esse é o caso da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe, que, segundo os cooperados, por algum tempo contribuiu com o desenvolvimento local; porém deixou de funcionar por motivos analisados de forma minuciosa no próximo capítulo e que certamente se enquadram na reflexão desse autor. O panorama do cooperativismo na região Nordeste, como nas demais regiões brasileiras, será melhor discutido posteriormente.

Estudos comprovam que, apesar dos problemas enfrentados pelo sistema cooperativista, ele vem atuando como vetor de geração de emprego e renda em diversas partes do mundo. Nessa perspectiva, Martins *et al* (2008, p. 9-10) explicita que

O cooperativismo é muito forte mundialmente. Segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional - ACI (2007), o movimento cooperativo envolve hoje cerca de 800 milhões de pessoas em todo o mundo, gerando 100 milhões de empregos, número 20% maior do que o gerado por empresas multinacionais. É possível constatar que os países com maior proporção de cooperados são também os mais desenvolvidos.

No Brasil, o cooperativismo reuniu 8,2 milhões de associados em 2009, apresentando um crescimento de 4,62% em relação ao ano anterior; o número de empregados em empreendimentos cooperativos também evoluiu no período de 2008 a 2009, com aumento de 7,71% (OCB, 2010). Tais evoluções enfatizam o papel das organizações cooperativistas no processo de inclusão socioeconômica. Para compreender o delineamento das cooperativas no país, é preciso refletir a respeito de seu processo de formação, entender sua história social, econômica e política, bem como consultar os artigos dos Decretos e Leis que regulamentaram e regulamentam esse sistema social.

2.1 COOPERATIVISMO NO BRASIL: REPERCUSSÕES E PERSPECTIVAS

A prática cooperativista foi introduzida no Brasil no final do século XIX, como tentativa de mitigar os conflitos sociais advindos, sobretudo, da precariedade das relações trabalhistas, fruto do modelo econômico caracterizado pela cobiça material, competitividade, lucro imediato, produção e consumo excessivos. Desde então, o cooperativismo começou a ser vislumbrado, especialmente, pela classe trabalhista, como instrumento de superação dos abismos geradores de desigualdades sociais e de exclusão social.

Segundo Pinho *apud* Oliveira B. (2006), a primeira experiência do cooperativismo brasileiro surge em 1891 com a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, no estado de São Paulo. Em 1894, surgiu a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro; em 1895, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe ou Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, em Pernambuco; e em 1897, emergiu a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas. Aos poucos, o cooperativismo foi se proliferando pelo país e hoje já abrange todos os estados do território nacional.

Nota-se que até 1930 o cooperativismo no Brasil não se apresentava com expressividade, uma vez que o governo não oferecia o amparo jurídico necessário. A crise mundial de 1929 criou condições para que o cooperativismo fosse reconhecido como uma necessidade nacional, como enfatiza Veiga & Fonseca (2001). Com base em Culti (2002), pode-se afirmar que foi a partir de 1932, com a implantação do Decreto nº 22.239, do governo Getúlio Vargas, que se regulamentou a constituição e o funcionamento das cooperativas, favorecendo um aumento considerável desse tipo de organização no Brasil nessa época. Em 1945, o governo passa a oferecer vários incentivos materiais e fiscais às cooperativas e, em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), extinto no governo de Fernando Collor de Melo.

A expansão do sistema cooperativo no Brasil se tornou mais dinâmica a partir de 1971 com a promulgação da Lei Nº 5.764, que significou seu marco legal, e reconheceu a Organização das Cooperativas Brasileiras, considerada por diversos

autores e adeptos do cooperativismo um importante órgão para o desenvolvimento desse sistema. Portanto, o cooperativismo brasileiro sobrevive em meio aos condicionantes históricos decorrentes da ideologia e da cultura política de cada época.

É notório que no período analisado nesta pesquisa - 1995 a 2009 - houve um incremento expressivo no número de cooperativas no Brasil, havendo assim um aumento de 84,85%, como se pode observar no Gráfico 1. No entanto, conforme Rodrigues (2008), o número de cooperativas ainda é pequeno, quando comparado com outros países desenvolvidos. No Canadá, na Alemanha, na Noruega e no Japão, uma em cada três pessoas é associada a uma cooperativa; nos Estados Unidos e no Reino Unido, uma em cada quatro.

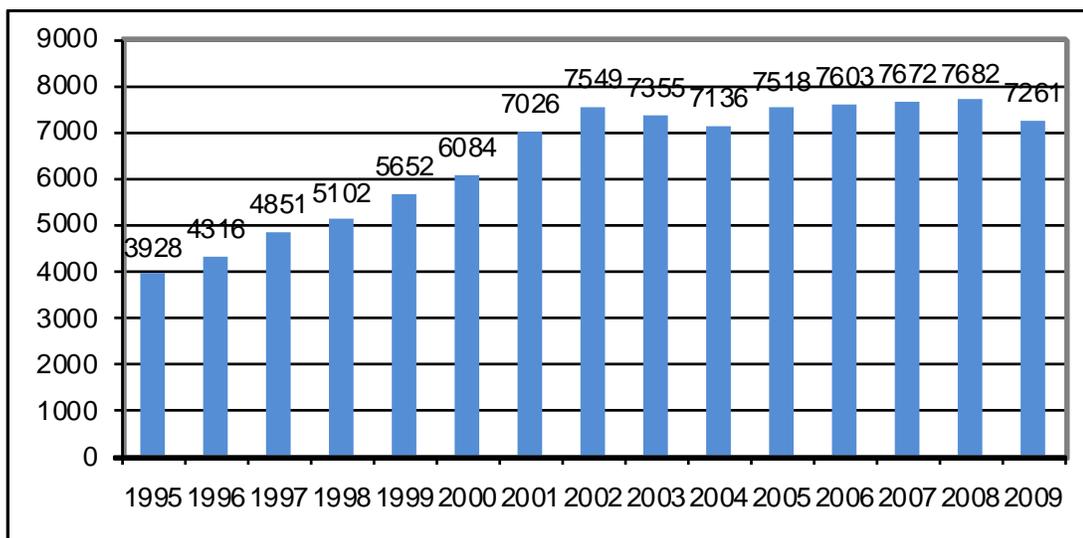


GRÁFICO 1 – Brasil: evolução do número de cooperativas - 1995-2009.
Fonte: OCB (2010). Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Segundo dados da OCB (2010), em 2009 existiam 7.261 organizações cooperativas, com 8.252.410 associados e 274.190 empregados. O faturamento das cooperativas brasileiras foi de R\$ 88,50 bilhões; e as exportações diretas no acumulado de janeiro a dezembro de 2009 somaram US\$ 3,62 bilhões, como se pode verificar na Tabela 1.

TABELA 1

Brasil: evolução do faturamento e exportação das cooperativas - 2006 - 2009

| ESPECIFICAÇÃO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|-----------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Faturamento (R\$ 1 bilhão) | 68,02 | 72,20 | 88,73 | 88,50 |
| Exportações (US\$ 1 bilhão) | 2,83 | 3,30 | 4,01 | 3,62 |

Fonte: OCB (2010).

Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Ao se analisar as variações, no período de 2006 a 2009, observa-se que o faturamento cresceu 30,10% e as exportações aumentaram 27,91%. Entretanto, ao se verificar a variação de 2008 para 2009, tem-se uma queda de 0,26% no faturamento e de 10,77% nas exportações, conforme Tabela 1. Depreende-se que tais ocorrências sejam consequências da queda de 5,8% no número de cooperativas nesse período, de acordo com dados do Gráfico 1. Salienta-se que, apesar da redução do número de cooperativas, mais brasileiros aderiram ao cooperativismo em 2009 seja como associado, seja como empregado, como mencionado anteriormente.

Nesse sentido, Nasciutti *et al* (2003, p. 2) frisa que “o crescimento vertiginoso no número de cooperativas no Brasil, nos últimos dez anos, parece apontar esse tipo de organização como alternativa viável ao desemprego crescente e às mudanças no sistema de produção econômica”. A análise dessa autora remete ao ponto de vista de Oliveira B. (2006, p. 18) quando aborda que “recolocar o cooperativismo no debate sobre a busca de alternativas ao desemprego e à exclusão social, na atualidade, pode significar relacioná-lo com as práticas de economia solidária no Brasil”; e acentua, ainda, que as práticas cooperativistas estão dando uma grande contribuição à economia solidária.

Com base em Lima (2007), pode-se aferir que a economia solidária como instrumento da gestão democrática vem agindo na configuração de redes de solidariedades através de novas formas de organização nas quais são respeitados os interesses sociais, coletivos, difusos e de caráter pessoal. Silva *et al* (2007, p. 2) complementa essa reflexão acrescentando que

A economia solidária vem constituindo-se já há alguns anos²⁷ como uma possível forma de organização do trabalho e da produção para a geração de uma renda digna a uma grande massa de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho assalariado. Suas iniciativas podem ser voltadas para fomentar o desenvolvimento local e comunitário onde as mazelas do capitalismo contemporâneo são mais latentes.

O cooperativismo está fortemente relacionado com a economia solidária, visto que as cooperativas têm sido um instrumento significativo no combate às desigualdades sociais. Desse modo, as empresas cooperativas fazem parte dos mecanismos utilizados pela denominada economia solidária, que objetiva a geração de trabalho e renda em vista da redução da exclusão social.

Nessa perspectiva, Guerra *et al* (2008) chama atenção que o cooperativismo popular é entendido como uma forma de expressão da economia solidária, já que as cooperativas populares constituem um fenômeno social no Brasil e objetivam superar o desemprego e organizar a sociedade em novas bases de relações sociais de produção: a autogestão²⁸. Parte-se do pressuposto de que a autogestão pode desencadear um processo de independência e emancipação, e que o cooperado pode torna-se um gestor consciente e capacitado para o exercício dos direitos e deveres.

Ao tratar de cooperativas populares, Cançado (2007) alerta para o fato de que além das dimensões econômica e social, inerentes às cooperativas tradicionais, esse tipo de organização tem uma dimensão política. Tal dimensão se destaca através do rompimento com a economia capitalista e da procura de práticas coletivas democráticas que impulsionem a transformação social. Desse modo, as cooperativas populares são instrumentos fundamentais para o fortalecimento da economia solidária no Brasil.

Guerra *et al* (2008, p. 6-7) ainda destaca que o cooperativismo popular surge

²⁷ De acordo com a concepção de um dos grandes estudiosos do tema, Singer (2000, p. 25), “a economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990”.

²⁸ Guerra (2008, p. 47) ressalta que “o termo ‘autogestão’ surgiu na Europa Industrial do século XIX, reaparecendo por meio dos anarquistas durante o processo da Revolução Russa e da Guerra Civil Espanhola. A autogestão, entretanto, ganhou um significado ‘oficial’ com as práticas de gestão fabril pelos trabalhadores na Iugoslávia de Tito”. Enquanto que Koslovski, citado por Salanek Filho & Silva (2006, p. 156), declara que “a autogestão deve ser entendida como uma gama de ações políticas e técnicas a serem desenvolvidas pelas cooperativas, que têm como escopo o aperfeiçoamento das ações do cooperativismo, na busca de melhores resultados para o cooperado”.

No início do século XX, no sul do Brasil, através do trabalho de padres jesuítas junto a pequenos agricultores [...] visando a melhoria nas condições de vida das famílias desses agricultores. Esse trabalho, desenvolvido com os pequenos agricultores da região possibilitou além de uma melhoria de qualidade de vida, a organização de grupos em outras regiões do país. Na região urbana o processo se deu mais recentemente. Na década de 80, com a lei de parcelamento do solo e o fechamento do Banco Nacional de Habitação, houve um aprofundamento da crise habitacional, que fez com que movimentos de luta pelo direito à habitação adotassem o modelo de mutirão, como principal ferramenta de construção habitacional e organização política. Com o seu crescimento, e com a possibilidade de ampliação da perspectiva desta luta, foram criadas cooperativas populares habitacionais, garantindo o acesso a financiamentos públicos (onde havia políticas públicas de habitação popular) e buscando o fortalecimento do movimento.

O cooperativismo popular foi consideravelmente fortalecido com a emergência da denominada Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), um programa de extensão universitária que tem como objetivo principal disseminar conhecimentos sobre cooperativismo, visando contribuir com a formação e qualificação dos trabalhadores, e, conseqüentemente, colaborar com a organização e consolidação de cooperativas autogestionárias, capazes de gerar trabalho e renda. Tal programa foi criado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (COPPE) em 1995 e, posteriormente, foi adotado por outras instituições do país, como pontua Pereira (2008).

É perceptível que “o sucesso da ITCP/COPPE/UFRJ serviu de inspiração para a implantação de outras incubadoras, neste mesmo molde, em várias universidades brasileiras”, conforme Guerra (2008, p. 23). Essa autora ainda destaca que em 2008 existiam 37 incubadoras presentes nas instituições brasileiras de ensino superior, em diferentes regiões do Brasil, com maior predominância no Sudeste e no Sul. O incremento do número de ITCPs deve-se, em parte, ao programa público criado em 1998 pelo Governo Federal, com o intuito de incentivar o desenvolvimento e o aprimoramento das metodologias propostas pelas ITCPs, denominado Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC)²⁹.

²⁹ É notório que “no âmbito das incubadoras, o PRONINC oferece subsídios para o desenvolvimento de atividades, tais como apoio à formação e desenvolvimento de cooperativas ou associações populares e a

Tudo isso leva a uma leitura de que as experiências de economia solidária vêm ganhado espaço na economia brasileira. Nesse processo nascem iniciativas de economia solidária que atuam como gestora de uma sociedade mais justa, democrática e participativa. É evidente que o avanço de tal tipo de economia está intrinsecamente ligado à disseminação de cooperativas. Nessa perspectiva, é pertinente sublinhar que a expansão do cooperativismo no Brasil associa-se às mudanças do sistema legislativo que o regulamenta.

2.1.1 Legislação cooperativista brasileira

Ao analisar a história do cooperativismo brasileiro, percebe-se que sua trajetória foi acompanhada pela evolução legislativa, com a promulgação de leis e decretos no decorrer do processo. Os primeiros indícios no sistema legislativo a respeito de parâmetros que contemplam a essência do cooperativismo foram observados em 1891 na Constituição Federal que assegura a todos o direito de associarem-se e reunirem-se livremente. Entretanto, vários autores, a exemplo de Alves (2002) e Cenzi (2009), geralmente, citam o Decreto N° 979, de 06 de janeiro de 1906, como a referência legislativa sobre cooperativas no Brasil, pois esse Decreto trata de forma mais explícita dessas entidades. Desde então, vários decretos foram instituídos até a promulgação da Lei N° 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo.

A referida Lei foi criada durante o governo militar do General Médici e disciplina a constituição de cooperativas, estabelecendo princípios e normas de apoio e fomento ao cooperativismo, e está vigente até hoje. De acordo com a Lei N° 5.764/71 (art. 4º, cap. II), as cooperativas são definidas como "sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]".

realização de pesquisas que visem produzir conhecimentos relevantes para a consolidação da metodologia de incubação", como frisa Guerra (2008, p. 24).

A partir da aprovação da Constituição de 1988, o sistema cooperativo se desvincula do Estado. Dessa forma, as cooperativas não precisam mais de autorização estatal para funcionar e não é mais permitido interferência dessa instância em seu funcionamento. A “Constituição Cidadã” procurou acentuar o caráter autogestionário das cooperativas, por meio do qual os próprios sócios democraticamente definem o rumo da organização.

Desde então, surgiram diversos projetos de lei que passaram a tramitar pelo Congresso Nacional com o propósito de alterar a legislação em vigor. As atuais propostas de reforma na legislação que rege as cooperativas visam um processo de adequação aos desafios da globalização. Em 1998, por exemplo, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) através da Medida Provisória Nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, aprovada em 1999, pelo Decreto Nº 3.017. Essa instituição tem como missão basilar “promover o cooperativismo, a capacitação, a formação profissional, a autogestão e desenvolvimento social nas cooperativas”³⁰.

Nesse sentido, Pereira (2008, p. 57) aborda que o Novo Código Civil Brasileiro (NCC), de 11 de janeiro de 2003, assinala algumas modificações na legislação e abre novas possibilidades para as organizações cooperativistas:

A possibilidade de ser regida por contrato e não mais por estatuto; a possibilidade de criação de cooperativas sem a formação de capital social; a diminuição do número mínimo de cooperados na sua formação, sendo o suficiente para que seja formada sua administração; a necessidade de aprovação unânime dos sócios para a modificação do contrato.

No âmbito dessa reflexão, Cenzi (2009) lembra que existe um Projeto de Lei - 003/2007, que formula uma nova proposta para o sistema cooperativista brasileiro e alerta que há muito a ser revisto e melhorado em face da globalização. Levando isso em consideração, as bases cooperativistas elaboraram um trabalho que hoje é Projeto de Lei no Senado. Tal projeto apresenta propostas de alterações: possibilidade de não delimitação da área de atuação da cooperativa; redução do número mínimo de

³⁰ Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/sescoop/index.asp>>. Acesso em: 02 set 2009.

cooperados para constituir uma unidade cooperativa passando de vinte, como definido pela lei vigente, para sete; e permissão do ingresso de pessoas jurídicas, sem qualquer restrição, entre outras.

A cronologia das leis e decretos que contemplaram e contemplam o cooperativismo no país, e que delinea seu desenvolvimento no contexto de sua história, pode ser verificada no Quadro 3.

| PERÍODO HISTÓRICO | LEI E DATA DA PROMULGAÇÃO | REGULAMENTAÇÃO |
|---------------------------------------|---|--|
| Primeira República ou República Velha | Constituição Federal de 1891 | Artigo 72, & 8º - garante a todos o direito de associarem-se e reunirem-se livremente. |
| | Decreto Nº 979, de 06 de janeiro de 1903 | Artigo 1º - faculta aos profissionais da agricultura e industriais rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo e defesa dos seus interesses. |
| | Decreto Nº 1.637 de 5 de janeiro de 1907 | Artigo 10 – estabelece que as sociedades cooperativas, poderão ser anônimas, em nome coletivo ou em comandita; cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. |
| Era Vargas | Decreto Nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932 | Estabelece a ampliação da liberdade para a constituição e o funcionamento de cooperativas no Brasil. |
| Era Vargas/Estado Novo | Decreto Nº 926 de 5 de dezembro de 1938 | Dispõe sobre a constituição, funcionamento e fiscalização das sociedades cooperativas de seguros. |
| | Decreto Nº 1.836 de 5 de dezembro de 1939 | Artigo 1º - estabelece que nas cooperativas de indústrias extrativas é permitida a admissão, como associados, de pessoas jurídicas. |
| | Decreto Nº 6.980 de 19 de março de 1941 | Artigo 1º - estabelece que a fiscalização das sociedades cooperativas será exercida pelos Ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio, de acordo com a natureza da Sociedade. |
| | Decreto Nº 5.154 de 31 de dezembro de 1942 | Trata sobre a intervenção nas sociedades cooperativas. Artigo 1º - o Ministério da Agricultura, pelo Serviço de Economia Rural, poderá intervir nas sociedades cooperativas sob sua fiscalização, ex-officio ou a requerimento dos órgãos administrativos ou fiscais das mesmas. |
| | Decreto Nº 5.893 de 19 de outubro de 1943 | Dispõe sobre a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas. |
| | Decreto Nº 6.274 de 14 de fevereiro de 1944 | Altera disposições do Decreto nº 5.893, de 19 de outubro de 1943. |
| Regime Militar | Decreto Nº 59 de 21 de novembro de 1966 | Define a política nacional de cooperativismo; cria o Conselho Nacional do Cooperativismo. |
| | Decreto Nº 60.597 de 19 de | Regulamenta o Decreto nº 59, de 21 de |

| | | |
|----------------|--|---|
| | abril de 1967 | novembro de 1966. |
| | Lei Nº 5.764 de 16 dezembro de 1971 | Define a Política Nacional de Cooperativismo; institui o regime jurídico das sociedades cooperativas |
| Nova República | Constituição Federal de 1988 (art. 5º, XVII-XXI; art. 146; art. 174, §§ 2º a 4º; art. 187; art. 192) | Artigo 5º, Inciso XVIII – estabelece que a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. |
| | Medida Provisória Nº 1.715, de 3 de setembro de 1998 | Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP); autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. |
| | Decreto Nº 3.017 de 6 de abril de 1999 | Estabelece a aprovação do regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. |
| | Lei Nº 9.867 de 10 de novembro de 1999 | Estabelece a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico*. |
| | Código Civil - Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002** (do Art. 1093 ao 1096) | Trata da sociedade cooperativa, assinalando mudanças relacionadas às suas características e responsabilidade dos sócios. |

QUADRO 3 – Brasil: legislação do cooperativismo.

Fonte: Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/legislacao.asp>>. Acesso em: 03 set 2009; Veiga & Fonseca (2001); Alves (2002); Cenzi (2009).

Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves. *Conforme artigo 3º, consideram-se pessoas em desvantagem, para os efeitos desta Lei: os deficientes físicos e sensoriais; os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos; os dependentes químicos; os egressos de prisões. **Este Código passou a vigorar a partir de 11 de janeiro de 2003.

O cooperativismo no Brasil caminha em meio a dificuldades oriundas de fatores históricos, socioeconômicos e políticos; mas, apesar dos obstáculos que impossibilitam seu desenvolvimento de forma eficiente, o processo de evolução da legislação vem facilitando a sua expansão em âmbito nacional. Dessa maneira, é importante discutir como se desencadeou a difusão do cooperativismo, bem como atentar para a sua espacialização pelo país, no sentido de compreender as particularidades e os contrastes em cada região.

2.1.2 Espacialização do cooperativismo no Brasil

Ao se discutir a espacialização do cooperativismo pelo território brasileiro, é pertinente destacar que o Brasil apresenta uma ampla extensão territorial, subdividido em cinco regiões geográficas com características culturais, econômicas e políticas distintas. Tais características fundamentam a organização estrutural de cada região de forma diversificada, revelando um processo complexo e desigual que envolve fatores históricos e geográficos.

Sobre esse aspecto, Silva *et al* (2004) considera que, em decorrência da grande dimensão territorial e de uma política que acentuou as desigualdades regionais, não se pode falar de um único cooperativismo no Brasil. Assim, verifica-se a configuração em alguns estados de um cooperativismo eficaz, construído sobre bases sólidas, dinâmicas e competitivas; e, em muitos outros, um cooperativismo frágil e insustentável. Cabe ressaltar, entretanto, ainda de acordo com Silva *et al* (2004), que

A diferença regional do cooperativismo brasileiro foi motivada, dentre outros fatores, pela forte influência de imigrantes - alemães, italianos e japoneses - instalados nas regiões Sul e Sudeste, muitos dos quais já traziam algumas experiências no campo do associativismo, servindo de base para a estruturação do cooperativismo em bases competitivas.

Percebe-se que as contradições inerentes às cooperativas são reflexos do sistema no qual elas estão inseridas. As desigualdades regionais no Brasil se reproduzem no cooperativismo, posto que predomina uma distribuição desigual da presença e da relevância econômica, variando conforme o padrão socioeconômico e de desenvolvimento de cada região.

Na região Norte, que compreende cerca de 45% do território brasileiro, devido suas características peculiares, o movimento cooperativista se expande por meio de cooperativas extrativistas de borracha, madeira e mineral. O desenvolvimento desse movimento nessa região enfrentou diversas dificuldades relacionadas a questões de infraestrutura de transporte e de mercado consumidor, em virtude da vasta extensão

territorial e da baixa densidade demográfica, acompanhadas pela ausência de uma política governamental direcionada para esse setor, segundo Silva *et al* (2004).

Entretanto, com base em Duarte & Wehrmann (2006), pode-se afirmar que a partir da década de 1970 com a presença das políticas de integração governamental, que contribuíram para o desenvolvimento de infraestrutura para região e diversificação das atividades econômicas, emergem novas cooperativas ligadas a outros ramos de atuação. Contudo, os problemas nas cooperativas ainda são frequentes, especialmente nas unidades pequenas, as quais enfrentam uma série de obstáculos para ter acesso a recursos financeiros e equipamentos. Desse modo, a região Norte conta com apenas aproximadamente 11% das cooperativas brasileiras, conforme Gráfico 2.

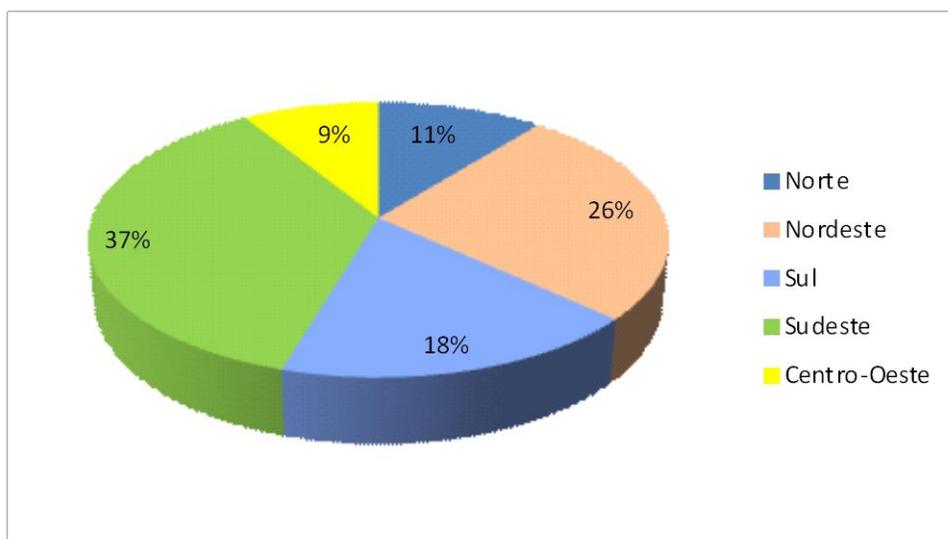


GRÁFICO 2 – Brasil: incidência de cooperativas por região - 2009
Fonte: OCB (2010). Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Conforme se mencionou anteriormente, a história do cooperativismo nordestino iniciou-se em 1895 com a constituição da Cooperativa de Consumo dos Operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, em Pernambuco. É notório que a economia nordestina baseou suas atividades no setor agroexportador, mas, a partir da década de 1950, iniciou seu processo de busca por alternativas econômicas ligadas ao segmento industrial, o que tem incentivado o avanço de outros ramos cooperativistas. Não obstante, ainda predominam nos municípios nordestinos as cooperativas de pequenos produtores rurais.

A região Nordeste concentra 1889 cooperativas, o que corresponde a 26% do total das organizações do gênero do país, apresentando o segundo maior número de cooperativas registradas entre as regiões brasileiras, como se pode verificar no Gráfico 2. No entanto, isso ocorre, sobretudo, devido a sua concentração populacional - aproximadamente 28% do total da população brasileira, segundo estimativa do IBGE 2009 e não por possuir uma cultura de organização social, como se poderia imaginar. Nota-se que, se a região Nordeste possuísse a cultura de organização social presente no Sul, por exemplo, pelo diferencial populacional que apresenta em relação a essa região - cerca de 13,5% a mais - quase o dobro, o número de cooperativas, provavelmente, seria bem maior. No entanto, registra apenas 8% a mais do que o Sul.

O sistema cooperativista na região Nordeste revela traços da desigualdade social intrínseca a essa região, uma vez que reproduz um modelo concentrador e excludente, que sempre privilegiou uma estrutura agrária voltada para o latifúndio e para o setor agroexportador, como aborda Silva *et al* (2004). Por esta razão, predominam cooperativas lideradas pelos grandes proprietários e políticos locais que controlam as decisões, beneficiando pessoas e grupos específicos, o que evidencia o não cumprimento dos princípios básicos do cooperativismo.

Segundo Pereira (2008), com o intuito de superar esses entraves, as entidades representativas do cooperativismo na região Nordeste têm efetuado parcerias com universidades, órgãos governamentais e ONGs de assessoria rural, para capacitar o homem do campo e estimular a participação e diálogo com o poder local. Na realidade diversas instituições brasileiras de ensino superior têm desenvolvido um importante trabalho, tanto no espaço rural como no urbano, com a finalidade de fornecer subsídios para a expansão e consolidação de cooperativas promotoras de qualidade de vida.

O movimento cooperativista na região Centro-Oeste teve seu marco de crescimento e representatividade nacional a partir dos anos de 1960, após a fundação de Brasília. Desde então, inicia-se um processo de desenvolvimento regional incentivado por políticas públicas de ocupação do cerrado brasileiro, as quais impulsionaram a criação de cooperativas agrícolas, como pontua Silva *et al* (2004). Na década de 1980, houve um dinamismo na região ainda maior, pois se criou o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) e o

Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Mato Grosso (PRODEAGRO). Tais programas estimularam a emergência de uma gama de cooperativas tanto urbanas como rurais, com atuação, notadamente, nos ramos de habitação, educação e agrícola, como enfatizam Silva *et al* (2004) e Pereira (2008).

A região Sudeste, berço do cooperativismo brasileiro, concentra 42,26% da população do país (IBGE, 2009) e aproximadamente 37% das cooperativas (OCB, 2010). As primeiras experiências foram influenciadas por imigrantes, principalmente italianos e japoneses, que incentivaram a construção de unidades cooperativas sob “alicerces” sustentáveis, visto que traziam de seus países de origem a bagagem cultural do trabalho associativo e a experiência em atividades coletivas.

O sistema cooperativista no Sudeste tem sua raiz no processo de expansão da economia cafeeira, sobretudo no estado de São Paulo, predominando até os anos de 1970 o cooperativismo agrícola. Segundo Duarte & Wehrmann (2006), essa dinâmica mudou a partir da década de 1980 com o fortalecimento do cooperativismo de trabalho em decorrência da intensificação do processo de urbanização e industrialização e em função das demandas socioeconômicas daí provenientes. Assim, o cooperativismo urbano passa a ser o mais representativo na região.

Na região Sul, o cooperativismo surge no início do século XX, no estado do Rio Grande do Sul. As estruturas delineadas nas primeiras cooperativas também manifestam a influência de alemães e italianos. A articulação dos sulistas com os imigrantes no processo de constituição de cooperativas foi essencial para que “nascesse” e se consolidasse a cultura de participação e organização social na região. O espírito de coletividade presente nas experiências dos imigrantes passou a adentrar este ambiente, favorecendo o fortalecimento do trabalho coletivo entre eles. Desse modo, os habitantes dessa região começaram a pensar a economia a partir da cooperação.

Os ramos cooperativistas que mais se desenvolveram no Sul foram os de trabalho, crédito, produção e infraestrutura. O cooperativismo nessa região “começou a se diversificar na década de 1990, momento em que o movimento deixou a condicionante das políticas estatais e adquiriu mais liberdade de ação, multiplicando

iniciativas cooperativistas mais diversificadas”, de acordo com Silva *et al*, citado por Pereira (2008, p. 54).

No que concerne aos ramos que compõem o perfil cooperativista das regiões brasileiras, percebe-se que a diversificação e a predominância de determinados ramos de atuação traduzem o dinamismo econômico de cada região no decorrer de sua história. Portanto, o incremento do número de cooperativas de determinado ramo, a estagnação e o surgimento de outros dependem do desenvolvimento da economia nacional. Assim, as transformações socioeconômicas no meio rural e urbano brasileiro, ao longo das últimas décadas, que impulsionaram a migração do campo para a cidade e, por conseguinte, o aumento da população urbana³¹, também estimularam o surgimento de outros ramos, além do agropecuário: consumo, crédito, educacional, especial (para pessoas com necessidades especiais), habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo, lazer e transporte, conforme Tabela 2.

TABELA 2
Brasil: números do cooperativismo por ramo de atividade - 2009

| Ramo | Cooperativas | Associados | Empregados |
|-----------------|--------------|------------------|----------------|
| Agropecuário | 1.615 | 942.147 | 138.829 |
| Consumo | 128 | 2.304.830 | 9.702 |
| Crédito | 1.100 | 3.497.735 | 42.802 |
| Educacional | 304 | 55.838 | 3.716 |
| Especial | 15 | 469 | 9 |
| Habitacional | 253 | 108.695 | 1.406 |
| Infraestrutura | 154 | 715.800 | 6.045 |
| Mineral | 58 | 20.031 | 103 |
| Produção | 226 | 11.396 | 2.936 |
| Saúde | 871 | 225.980 | 55.709 |
| Trabalho | 1.408 | 260.891 | 4.243 |
| Transporte | 1.100 | 107.109 | 8.660 |
| Turismo e Lazer | 29 | 1.489 | 30 |
| Totais | 7.261 | 8.252.410 | 274.190 |

Fonte: OCB (2010).

Adaptado por: Gilvânia Nunes Chaves.

³¹ De acordo com os dados dos censos demográficos do IBGE, em 1950 a população urbana brasileira era de 18.782.891 hab., sendo a taxa de urbanização de 36,1%. Com a urbanização crescente da população brasileira a taxa de urbanização em 1970 era de 55,9%. Em cinquenta anos, entre 1950 e 2000, a população urbana aumentou 633,4% e em 2000 era de 137.755.550 hab., o que corresponde a uma taxa de urbanização de 81,2%. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm>. Acesso em: 28 set 2009.

O cooperativismo agropecuário, hoje, é considerado o segmento economicamente mais forte do cooperativismo nacional. Tal setor contém a maior quantidade de empreendimentos, seguido dos ramos de trabalho, crédito e transporte. As cooperativas de crédito são as que apresentam o maior número de associados e as agropecuárias são as que mais empregam, como se pode constatar na Tabela 2. Martins *et al* (2008) afirma que no Brasil as cooperativas agropecuárias são as que geram o maior número de empregos e divisas para o país.

De acordo com a OCB³², o cooperativismo agropecuário é constituído por

Cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social.

O cooperativismo agrícola no Brasil surge em 1907 em Minas Gerais, e pode ser considerado como uma importante ferramenta de organização social capaz de viabilizar a permanência de pequenos produtores no campo e de promover o desenvolvimento contemplando as dimensões econômica, social e humana. Nesse sentido, Martinez & Pires (2002, p. 106), ao tratarem das cooperativas enquanto instrumento de revitalização dos espaços rurais, consideram que

A importância do cooperativismo agrícola reforça a idéia que atribui a agricultura o principal eixo do desenvolvimento rural, especialmente a partir da capacidade de se constituir como a principal fonte de ocupação da população rural. Essa perspectiva ganha força pelo fato de o cooperativismo possibilitar a organização da produção, a diversificação das atividades agrárias e a agregação de valor às commodities agrícolas. Desse modo, a viabilidade econômico-social das comunidades rurais está fortemente associada à presença de uma agricultura competitiva e diversificada [...].

Os números consolidados pela OCB confirmam o crescimento do número de cooperativas do setor agropecuário, que apresentou um aumento de 17,20% no período

³² Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuaria_conceito.asp>. Acesso em: 30 set 2009.

de 1995 a 2009, de acordo com o Gráfico 3. É notório que esse segmento vem ganhando espaço na economia nacional, notadamente, nas últimas décadas.

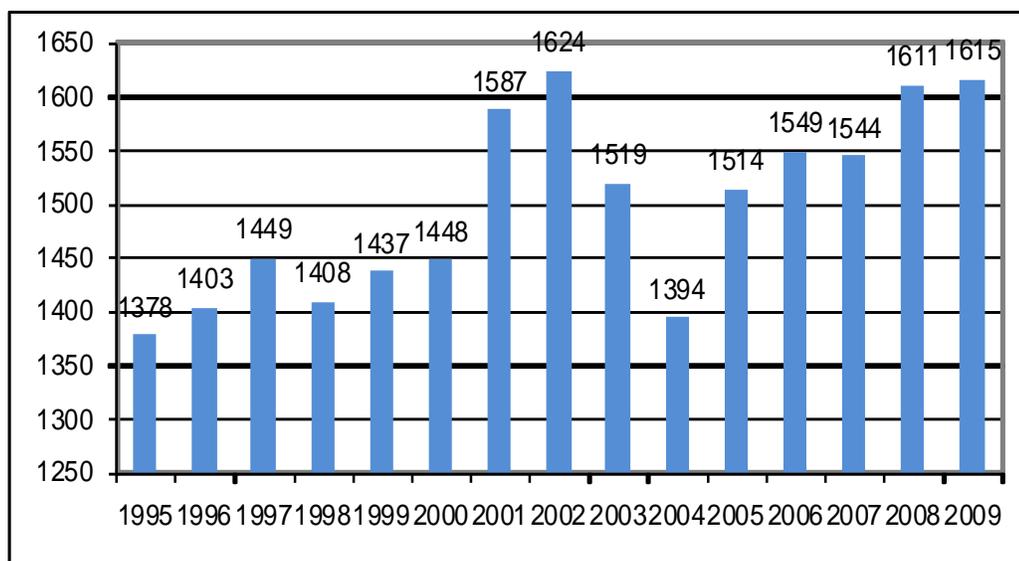


GRÁFICO 3 – Brasil: evolução do cooperativismo agropecuário - 1995-2009.
Fonte: OCB (2010). Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Nessa perspectiva, Zurita *et al* (2006) acrescenta que a agricultura brasileira tem se desenvolvido e conquistado posição de destaque internacional. As cooperativas agropecuárias, que reúnem milhares de agricultores em todo o país, acompanham a evolução desse setor que alavanca a economia. Com um contingente superior a um milhão de agropecuaristas, as cooperativas agrícolas são responsáveis por boa parte da produção de trigo, leite, carne, mel, hortifrutigranjeiros, aguardente, milho, soja e seus derivados. Duarte & Wehrmann (2006), por sua vez, complementam que “o cooperativismo constituiu-se em um importante instrumento de política agrícola. No final dos anos 1950, com o objetivo de modernizar a agricultura, o forte estímulo estatal transformou-o em um dos principais indutores do desenvolvimento rural”.

Portanto, o cooperativismo agropecuário tem fomentado a economia nas regiões brasileiras, contribuindo, principalmente, com a qualidade de vida da população rural. Nesse contexto, vale destacar a região Nordeste, que concentra mais de 50% da pobreza rural brasileira e o maior percentual de agricultores familiares descapitalizados do país, como comentam Aquino & Santos (2002); e as cooperativas agropecuárias têm se revelado uma possibilidade de reversão desse quadro. Na Bahia, por exemplo, esse

ramo é o segundo maior em número de cooperativas e vem atuando no desenvolvimento socioeconômico do espaço rural de forma significativa.

2.2 O COOPERATIVISMO NA BAHIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O cooperativismo no estado da Bahia tem sua origem em 1914, ano que em foi constituída a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda - Caixa Econômica Popular - primeira cooperativa registrada na junta comercial. No entanto, o interesse maior pelo cooperativismo no estado ocorreu na década de 30 do século XX, no Governo Landolfo Alves (1938-1942). Após esse período o cooperativismo passou por uma fase de pouco incremento, vindo a melhorar sua eficiência em 1960 com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que estruturou um departamento exclusivo para atender as unidades cooperativas (OCEB)³³.

A Bahia é um estado importante no contexto da economia nacional, possui enorme potencial agrícola, turístico e cultural, oferecendo boas condições naturais e econômicas para o desenvolvimento local. Nesse sentido, o cooperativismo tem se apresentado como uma alternativa eficaz na dinâmica socioeconômica dos municípios, especialmente no meio rural, um ambiente marcado pela forte competitividade e pela ausência de políticas públicas específicas.

Pelo que se pode perceber, nos últimos anos, houve um aumento significativo no número de cooperativas na Bahia, com um crescimento de 206,2%, no período de 1998 a 2009, conforme Gráfico 4. As organizações cooperativistas vêm operando como importante instrumento de dinamização da economia baiana com atuação em diversos segmentos.

³³ Disponível em: <<http://www.polisystem.com.br/oceb/cooperativismo/historia.html>>. Acesso em: 03 out 2009.

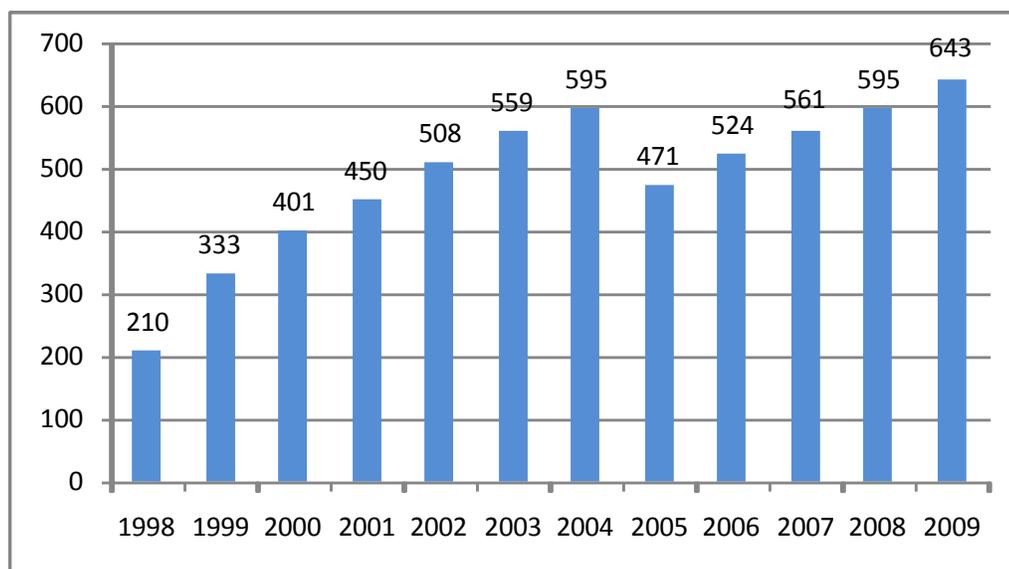


GRÁFICO 4 – Bahia: evolução do número de cooperativas ativas - 1998-2009.
 Fonte: OCEB³⁴. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Atualmente, os ramos cooperativistas que mais se destacam na Bahia são os de trabalho, agropecuário, transporte, saúde e crédito, como se pode verificar na Tabela 3. Os setores agropecuário e de trabalho correspondiam a aproximadamente 50% do total das cooperativas baianas no final do ano de 2009. Analisando-se a evolução das cooperativas baianas por ramo de atividade, no período de 2008 a 2009, percebe-se que o ramo que mais se expandiu foi o de transporte com um aumento de 28,57%, seguido do ramo de mineração que cresceu 22,22%.

No que se refere aos órgãos de representação do cooperativismo na Bahia, a OCEB é a entidade responsável pelo sistema. Fundada em 1970, objetiva assegurar a constituição, consolidação e expansão das cooperativas baianas. O sistema conta também com o SESCOOP, que se vincula ao sindicato e à OCEB, e atua no viés da educação e capacitação profissional.

³⁴ As informações contidas no Gráfico 4 e na Tabela 3 ainda não foram publicadas oficialmente, apesar de disponibilizadas pelo superintendente da OCEB em 04 de maio de 2010. Cabe salientar que o superintendente dessa entidade ressaltou que a OCEB apresenta o total de 824 cooperativas com registro até 31/12/2009, estando em análise à suspensão de registro de 181 cooperativas por motivos diversos, inferindo-se, portanto, o total de 643 cooperativas ativas.

TABELA 3
Bahia: número de cooperativas ativas por ramo de atividade - 2008/2009

| Ramo | Cooperativas | | % |
|---------------|--------------|------|-------|
| | 2008 | 2009 | |
| Trabalho | 193 | 196 | 1,55 |
| Agropecuário | 118 | 125 | 5,93 |
| Transporte | 91 | 117 | 28,57 |
| Saúde | 81 | 86 | 6,17 |
| Crédito | 61 | 63 | 3,28 |
| Educacional | 28 | 30 | 7,14 |
| Mineração | 09 | 11 | 22,22 |
| Turismo/lazer | 08 | 09 | 12,5 |
| Habitacional | 04 | 04 | 0 |
| Consumo | 02 | 02 | 0 |
| Total | 595 | 643 | 8,06 |

Fonte: OCEB.

Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

No início do ano de 2009 as perspectivas de fortalecimento do cooperativismo baiano se ampliaram, quando foi sancionada a Lei Nº 11.362 de 26 de janeiro de 2009, que institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Essa política visa, conforme artigo 1º, parágrafos de I a IV,

Incentivar a atividade cooperativista e contribuir para o seu desenvolvimento no Estado da Bahia; fomentar e apoiar a constituição, a consolidação e a expansão de cooperativas no Estado; estimular a captação e a disponibilização de recursos financeiros destinados a apoiar ações desta Política; apoiar técnica e operacionalmente o cooperativismo no Estado, promovendo as parcerias necessárias ao seu desenvolvimento.

Essa lei criou o Conselho Estadual de Cooperativismo (CECOOP), “um órgão de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de planejar e avaliar as ações desenvolvidas no âmbito da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo”, como consta em seu artigo 11. Desse modo, esse conselho almeja contribuir para o desenvolvimento do cooperativismo no território baiano, no sentido de orientar e analisar as práticas cooperativistas.

Nesse contexto, destaca-se o importante papel de universidades baianas no processo de fortalecimento e avanço das unidades cooperativas. Algumas entidades, a exemplo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Católica de Salvador (UCSAL),

Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Salvador (UNIFACS), participam da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, desenvolvendo diversos projetos que têm contribuído com a formação e a sustentação de cooperativas populares autogestionárias. Além disso, a UFRB oferece o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, no campus de Cruz das Almas, que visa “formar profissionais capazes de promover a otimização de recursos organizacionais e o bem-estar social por meio de sua atuação profissional, seja como empreendedor ou gestor”, como destaca Almassy Júnior *et al* (2008, p. 9).

É fundamental que as parcerias entre a sociedade civil, o poder público e as instituições governamentais e privadas se ampliem e se fortaleçam, na Bahia e em todo território nacional, pois a organização social exige a integração de forças e conhecimentos. A Bahia apresenta um enorme potencial para a expansão do cooperativismo. Contudo, esse mecanismo precisa ser mais valorizado e disseminado nas diversas regiões, em especial nas mais carentes. Assim, as discussões acerca de experiências de cooperativas que têm se tornado referências para o sistema cooperativista brasileiro se apresentam como relevante instrumento nesse processo. Portanto, propõe-se uma reflexão sobre alguns exemplos de cooperativas que têm se destacado e se constituído mecanismos de desenvolvimento local, na Bahia e em mais alguns estados do país.

2.3 O COOPERATIVISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: EXPERIÊNCIAS PROMISSORAS

O movimento cooperativista tem se revelado forte instrumento para enfrentar a marginalização social, o desemprego e a pobreza decorrentes, sobretudo, da Revolução Industrial. É perceptível que as organizações cooperativistas têm possibilitado a inclusão socioeconômica de milhares de brasileiros, proporcionando, tanto ao meio urbano como ao rural, mudanças estruturais em favor da qualidade de vida e da configuração de um ambiente sustentável.

No entanto, o número de pesquisas que tecem abordagens sobre experiências de cooperativas de sucesso no país é bastante reduzido. Considerando-se a importância desse tipo de discussão no contexto deste trabalho, selecionou-se alguns estudos que tratam de tais cooperativas com o intuito de promover uma reflexão, ainda que breve, no sentido de enfatizar o relevante papel dos empreendimentos cooperativos na sociedade contemporânea.

Desse modo, no processo de seleção das cooperativas priorizou-se aquelas que já se constituíram objetos de pesquisas e cuja análise enfoca sua relevância na promoção do desenvolvimento local. No conjunto das cooperativas escolhidas estão: Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas Ltda (SICCOOB Sertão)³⁵, Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão (COOPERAFIS), Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro (COOPAMSP), C Vale Cooperativa Agroindustrial e Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus Ltda.

Na Bahia, algumas cooperativas se delineiam como meio estratégico de promoção de qualidade de vida, pois apresentam as condições necessárias ao desenvolvimento local. Neste debate, aborda-se as experiências da SICCOOB Sertão e da COOPERAFIS, ambas situadas no semiárido baiano, uma das áreas mais carentes do estado.

A SICCOOB Sertão foi criada em 1997 com o propósito de atender o produtor rural do município de Pintadas/BA, porém, em função da credibilidade conquistada ao longo do tempo, expandiu-se e hoje atua nos municípios de Capela do Alto Alegre, Ipirá e Várzea da Roça, localizados no Território de Identidade Bacia do Jacuípe. Essa empresa nasceu a partir da necessidade de uma instituição financeira na cidade, posto que em 1996 o único agente financeiro local, Banco do Estado da Bahia (BANEB), deixou de operar por divergências político-partidárias entre o poder executivo municipal e estadual, como aponta Pereira (2008). Portanto, a referida cooperativa é fruto da mobilização social em Pintadas com a finalidade de superar tal dificuldade.

Ainda com base em Pereira (2008), pode-se afirmar que através dessa iniciativa vários projetos econômicos foram viabilizados, criando empregos e aumentando a

³⁵ Essa cooperativa, quando foi fundada, recebeu a denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas Ltda (CREDIPINTADAS), mas em 2000, em função de sua expansão para municípios vizinhos, passou a usar o nome "SICCOOB Sertão".

renda da população local. Além disso, a SICOOB Sertão desenvolve atividades socioeducativas e culturais, realizando cursos sobre cooperativismo de crédito para os cooperados e seus familiares, além de oficinas e cursos de formação de lideranças para os membros das comunidades. Essa cooperativa também atua na área ambiental com o apoio a ações de educação ambiental. Ao que parece suas técnicas de trabalho envolvem as diversas dimensões necessárias ao desenvolvimento local sustentável e, por conseguinte, vem servindo de modelo para diversas outras práticas dessa natureza.

A dinâmica positiva da cooperativa em análise foi impulsionada por dois fatores: o primeiro refere-se à mobilização da sociedade no processo de formação da cooperativa, lembrando que Pintadas é um município que possui tradição em mobilização comunitária e participação popular³⁶; o segundo, trata-se da marcante articulação com outras instituições nacionais e internacionais, a exemplo da Rede Pintadas, prefeitura, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB) e Movimento de Organização Comunitária (MOC), entre outros. A capacidade de tecer articulações favorece a superação de diversos tipos de obstáculos, desde aspectos técnicos até financeiros, ampliando e fortalecendo os caminhos rumo à sustentabilidade.

A COOPERAFIS, por sua vez, também vem traçando uma caminhada de sucesso e, conseqüentemente, tem contribuído para a melhoria das condições de vida da comunidade local. Trata-se de uma organização de mulheres artesãs dos municípios de Valente, Araci e São Domingos, situados no Território de Identidade Sisal, constituída em 2002 e que tem como objetivo a geração de trabalho e renda, para as mulheres sertanejas, a partir do artesanato tradicional de fibras naturais, de forma solidária e sustentável, conforme Velloso (2007).

A COOPERAFIS tem promovido ações estratégicas visando o fortalecimento de sua base social e a estruturação de seu processo de comercialização. Para tanto,

³⁶ Para saber mais sobre o processo de participação popular em Pintadas e seus desfechos, ver os trabalhos de FISCHER, F.; NASCIMENTO, A. **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. Projeto Redes Pintadas. LOTTA, G. S. *et al* (Org.). São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003 e MOURA, M. S. S. *et al*. *Gestão do Desenvolvimento Local, Tempos e Ritmos de Construção - o que Sinalizam as Práticas*. In: **Revista Brasileira de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro, v. 36, p. 609-626, jul./ago, 2002.

organizaram-se ações voltadas para os seguintes temas: diagnósticos participativos, relações de gênero e família, cooperativismo e associativismo, informática, meio ambiente e convivência com o semiárido, planejamento estratégico, relações interpessoais, construção do estatuto social e regimento interno, entre outros, como frisa Velloso (2007).

Segundo Araújo (2007), os trabalhos desenvolvidos pela COOPERAFIS têm contado com o apoio de diversos parceiros, como: MOC, Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), dentre outros. Tais parcerias têm sido fundamentais para a consolidação e expansão desse empreendimento.

Outra questão que merece destaque na dinâmica da COOPERAFIS, refere-se à prática de gestão democrática e participativa, que tem permitido o envolvimento de todas as associadas na vida da cooperativa, não se restringindo apenas a dirigentes e gestoras. Essas ações são importantes, haja visto que fortalecem o sentimento de pertencimento à medida que cada artesã passa a conhecer e fazer parte de forma ativa da cooperativa, assumindo compromissos e dividindo responsabilidades. Velloso (2007, p. 16) ressalta ainda que

A COOPERAFIS tem sido um instrumento permanente de aprendizado para o sistema cooperativista do sertão nordestino porque, além de incentivar e qualificar as habilidades das mulheres sertanejas, preocupa-se com a valorização das artesãs e suas comunidades, reafirmando a cultura sisaleira e ressaltando os saberes locais, buscando o desenvolvimento territorial sustentável.

Desse modo, a COOPERAFIS, com a produção e comercialização de bolsas, chapéus, porta-CDs, porta-canetas, jogos americanos etc, tem colaborado com o desenvolvimento local por meio da valorização das mulheres artesãs, geração de emprego e renda familiar. A experiência dessa unidade cooperativa traduz a força da economia solidária na conjuntura social contemporânea.

Enfocando-se a COOPAMSP, com base em Martins & Passador (2009), pode-se afirmar que se trata de mais uma experiência cooperativista que tem obtido êxito. Situa-se no município de São Pedro/SP e constitui-se de pequenos produtores que

utilizam apenas mão-de-obra familiar em suas propriedades. Essa cooperativa iniciou suas atividades como Associação dos Produtores Agropecuários do Município de São Pedro (APAMSP), em 1989, com a participação de 38 cooperados e em 1994 transformou-se em cooperativa.

A atuação da COOPAMSP está voltada para a pasteurização da produção de leite e para sua comercialização. O laticínio dessa entidade processa leite dos tipos B e C, além de produzir iogurtes de vários sabores. Ademais, a cooperativa contribui para facilitação da aquisição de insumos, assistência técnica e financiamentos rurais. Nessa perspectiva, Martins & Passador (2009, p. 15), em pesquisa acerca da COOPAMSP, concluem que

O caso da COOPAMSP mostrou que a relação do cooperativismo com o desenvolvimento local é realmente forte. Foi possível constatar, não só através de dados estatísticos descritivos, mas principalmente pela percepção dos cooperados, que, depois da construção da cooperativa, houve aumento da escolaridade dos filhos, melhorias na propriedade, na produção, na renda e na qualidade de vida em geral. E tudo isso é atribuído por eles a essa nova forma de se relacionarem e se organizarem chamada cooperativa.

Os efeitos das práticas bem-sucedidas da COOPAMSP ratificam que as cooperativas podem desempenhar função-chave no processo de desenvolvimento rural, uma vez que, por meio da organização, os pequenos produtores do município de São Pedro conseguiram melhorar sua produção, competir no mercado e, conseqüentemente, conquistar sua inclusão socioeconômica.

A C. Vale, em virtude do valioso trabalho desempenhado, também se enquadra no grupo das cooperativas com experiências exitosas. Essa empresa nasceu em 1963, trabalha no campo de produção agropecuária e atua no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraguai. Possui 65 unidades de recebimento de produção, suas atividades concentram-se no segmento agroindustrial, destacando-se a produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite e suínos, e opera na prestação de serviços com mais de 150 profissionais que dão assistência agrônômica e veterinária aos cooperados³⁷.

³⁷ Disponível em: <http://www.cvale.com.br/nossa_empresa.html>. Acesso em: 15 mar 2010.

Dados da pesquisa realizada por Silva *et al* (2008, p. 57) apontam que a C. Vale é “entendida como o principal agente de promoção de desenvolvimento econômico, pois promove a organização econômica dos produtores rurais da região, é a grande responsável na geração de impostos e emprego”. Esses autores enfatizam ainda que as ações da cooperativa em favor do desenvolvimento social têm se ampliado por meio de treinamentos e capacitações, cuja prática se estabelece através de dias de campo, palestras e cursos específicos que visam maior inserção da mulher no mercado de trabalho e a formação de jovens cooperados.

A C. Vale recebeu, em 2009, o reconhecimento pelos trabalhos efetuados em prol do bem-estar social com o prêmio “Cooperativa do ano”³⁸, classificada no ramo agropecuário e categoria educação, pela execução do programa “Núcleos Femininos da C.Vale”. Tal programa é direcionado a esposas de associados e tem três linhas de trabalho: geração de renda e emprego; qualidade de vida; e formação pessoal e profissional.

Silva *et al* (2008) considera ainda que esse empreendimento tem uma visão ampla em vista de um desenvolvimento integrado para a comunidade na qual está inserida, já que sua atuação ultrapassa a esfera econômica, destacando-se também na dimensão da responsabilidade socioambiental. Nesse sentido, a cooperativa criou um sistema de gestão ambiental com projetos para garantir a sustentabilidade do agronegócio com o uso racional dos recursos naturais.

Nessa discussão, é relevante destacar ainda a experiência da Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus Ltda, fundada em 1952, na região Centrosul do Paraná, com sede no município da Lapa e atuação em 22 municípios da região. Foi idealizada com o objetivo de acessar mercados para os agricultores e agregar quantidades. Dentre os serviços prestados pela Cooperativa Bom Jesus estão: transferência de tecnologia; assistência técnica dirigida; aquisição de insumos; beneficiamento da produção (armazenagem e secagem); e transporte, comercialização e produção de sementes, como mostram Salanek Filho & Silva (2006).

³⁸ Esse prêmio é uma iniciativa da OCB, do SESCOOP e da revista Globo Rural da editora Globo, como uma forma de reconhecimento das experiências bem-sucedidas de empreendimentos cooperativos. Além da C. Vale, mais 17 cooperativas sagraram-se vencedoras do prêmio “Cooperativa do ano”, em 2009.

O estudo realizado por Salanek Filho & Silva (2006, p. 159) evidencia a importância dessa cooperativa para o desenvolvimento socioeconômico da região ao explicitar que

A cooperativa é fiel à sua origem e aos anseios de seus cooperados, pois promove a inclusão econômica e social dos produtores regionais. Essa inclusão por meio de investimentos constantes em programas de aperfeiçoamento técnico e administrativo para os associados e empregados. Nesse particular, a cooperativa mantém programas educacionais, culturais, esportivos e recreativos direcionados, também, para toda a comunidade.

Para confirmar a proposição acima esses autores ressaltam que em toda sua área de abrangência, a cooperativa é responsável por 10 mil empregos diretos e indiretos que dinamizam a economia da região. Além disso, a cooperativa desenvolve ações para cultivar a relação social que envolve interação e confiança, a exemplo de: grupo de jovens, acompanhamento do nível de fidelidade de entrega da produção, treinamento contínuo, transparência e ética na troca de informação.

Percebe-se que os exemplos de cooperativas de sucesso apresentados corroboram o preponderante papel da sociedade organizada. Portanto, faz-se necessário a compreensão acerca dos mecanismos utilizados pelas cooperativas bem-sucedidas a fim de que, com base nesse entendimento, todos os envolvidos em organizações dessa natureza possam rever suas atitudes e, assim, colaborar com a consolidação e expansão de cooperativas sustentáveis.

Nesse contexto, vale ressaltar que o fato das cooperativas abordadas apresentarem resultados satisfatórios não quer dizer que elas não enfrentem desafios. Algumas delas já superaram dificuldades, outras estão em busca das melhores soluções; no entanto, conseguem se autossustentar, visto que foram criadas e se desenvolvem sob bases sólidas, ou seja, a partir do conhecimento e do exercício cotidiano dos princípios cooperativos.

Infelizmente, a história do cooperativismo brasileiro não se constitui apenas de casos de sucesso. Nessa perspectiva, é importante frisar a existência de cooperativas, especialmente na região Nordeste, que contribuem com o desenvolvimento local. Contudo, devido à influência de heranças culturais autoritárias e individualistas, que

impossibilitam a prática dos princípios e valores que regem o cooperativismo, muitas delas acabam paralisando suas ações. Essa realidade se aplica, por exemplo, à COMASFE, cujas atividades foram encerradas após mais de duas décadas de existência. Desse modo, propõe-se uma discussão acerca do cooperativismo no município de São Felipe, com foco nessa unidade cooperativa, a fim de compreender suas implicações socioeconômicas no desenvolvimento local e os impasses que dificultaram a continuação de suas atividades.

3 COOPERATIVISMO EM SÃO FELIPE: A EXPERIÊNCIA DA COMASFE

Considerando que o município de São Felipe é predominantemente agrícola e apresenta um grande número de estabelecimentos da agricultura familiar, como se pode constatar na Tabela 4, o cooperativismo pode delinear-se como uma estratégia promotora de desenvolvimento local. Foi, sobretudo, com esse intuito que surgiu a primeira experiência cooperativista nesse município - COMASFE -, em 31 de março de 1980, com o objetivo de estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades sociais, econômicas e culturais, bem como a venda, em comum, da sua produção agrícola tanto no mercado nacional quanto internacional, conforme consta no seu estatuto.

TABELA 4
Estabelecimento e área da agricultura familiar e não-familiar, segundo municípios do Território de Identidade Recôncavo/BA - 2006

| Municípios | Agricultura familiar- Lei nº 11.326 | | Não-familiar | |
|-------------------------|-------------------------------------|-----------|------------------|-----------|
| | Estabelecimentos | Área (ha) | Estabelecimentos | Área (ha) |
| Cabeceiras do Paraguaçu | 2 866 | 7 249 | 333 | 10 753 |
| Cachoeira | 2 191 | 6 721 | 124 | 15 214 |
| Castro Alves | 1 207 | 9 504 | 121 | 46 160 |
| Conceição do Almeida | 1 557 | 6 060 | 182 | 11 447 |
| Cruz das Almas | 1 322 | 3 398 | 103 | 2 614 |
| Dom Macedo Costa | 396 | 2 427 | 53 | 5 191 |
| Governador Mangabeira | 2 287 | 4 320 | 163 | 1 503 |
| Maragogipe | 4 192 | 14 043 | 183 | 8 910 |
| Muniz Ferreira | 729 | 4 117 | 106 | 5 150 |
| Muritiba | 1 656 | 3 116 | 75 | 2 218 |
| Nazaré | 358 | 3 945 | 53 | 13 954 |
| Santo Amaro | 791 | 4 347 | 117 | 24 164 |
| Santo Antonio de Jesus | 1 860 | 7 754 | 189 | 15 590 |
| São Felipe | 2 653 | 10 454 | 203 | 6 485 |
| São Félix | 900 | 4 406 | 91 | 4 317 |
| São Francisco do Conde | 282 | 450 | 49 | 99 072 |
| São Sebastião do Passé | 848 | 5 759 | 169 | 25 159 |
| Sapeaçu | 1 316 | 4 122 | 120 | 77 041 |
| Saubara | 49 | 331 | 14 | 872 |
| Varzedo | 1 082 | 7 542 | 113 | 6 643 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Adaptado por: Gilvânia Nunes Chaves.

Tradicionalmente a agricultura familiar no município de São Felipe estava voltada para o cultivo da mandioca, cuja prática se desdobrava em meio a problemas, a exemplo da baixa produtividade e limitação de terra para o plantio. Essas características inerentes ao sistema agrícola predominante no município, aliadas à situação de pobreza vivenciada pela população, motivaram a escolha de uma de suas comunidades rurais para a constituição da COMASFE. Convém ressaltar que, após quase três décadas, a produção de mandioca se mantém expressiva no conjunto das atividades desenvolvidas no espaço rural de São Felipe, como se pode verificar na Tabela 5.

TABELA 5
São Felipe: número de estabelecimentos agropecuários das principais culturas e quantidade produzida - 2006

| Cultura | Nº de estabelecimentos agropecuários* | Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários (t) | Valor (R\$ 1.000) |
|----------------|---------------------------------------|---|-------------------|
| mandioca | 2.121 | 17.998 | 2.972 |
| banana | 369 | 860 | 392 |
| cana-de-açúcar | 367 | 104.608 | 7.738 |
| milho em grão | 266 | 1781 | 531 |
| laranja | 230 | 2.621 | 2.426 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

*Tratando-se das culturas de banana e laranja o IBGE deixa claro que se refere aos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12/2005.

A Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe é fruto do projeto experimental Módulo Agroindustrial de Mandioca para Produtores de Baixa Renda, parte integrante do Projeto de Nutrição Brasil/BIRD (PNBB), coordenado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e executado pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Estado da Bahia (CEPED) através do Programa de Tecnologia Agroindustrial (PROAGRO), como menciona Carvalho (1982)³⁹.

Ao discutir acerca do Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca, Teresinha Gomes de Carvalho, socióloga, membro da equipe do CEPED na época do desenvolvimento do aludido projeto, faz uma ressalva sobre os fatores que

³⁹ As informações apresentadas com base em Carvalho (1982) são oriundas de um Relatório de Ação Comunitária do Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca que aborda a experiência do trabalho de conscientização e mobilização social dos moradores locais.

impulsionaram a seleção do município de São Felipe para implantação e execução do projeto:

Era um projeto piloto, ele acontece em quatro estados⁴⁰, a Bahia fica com a Mandioca. Dos municípios escolhidos, São Felipe é que está dentro das características da época, de uma comunidade com maior número de pequenos produtores, produzindo mandioca ainda naquele sistema de subsistência [...] é uma comunidade carente em termos alimentar⁴¹.

Inicialmente, o CEPED selecionou cinco municípios baianos: Inhambupe, Cachoeira, São Félix, Cruz das Almas e São Felipe. Destes, apenas um seria escolhido para a implementação do Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca. Após uma análise mais detalhada, optou-se pelo município de São Felipe e dele foi selecionada a comunidade do Sapezinho por se enquadrar melhor no contexto do projeto.

De acordo com as ponderações de Carvalho (1982), o Projeto Módulo Mandioca era um projeto eminentemente experimental, que visava de imediato definir as condicionantes de implantação de um módulo agroindustrial autossustentado e, na segunda fase, em interação com o INAN, difundir o modelo concebido e executado com a pretensão de disseminar seus efeitos. Além disso, segundo Carvalho (1982, p. 23-24), o projeto pretendia atingir, indiretamente e em médio prazo, objetivos adicionais, como:

- a) definir tecnologias apropriadas para produtores de baixa renda, capazes de estimular o desenvolvimento agroindustrial, a melhoria da produtividade, elevação de renda e aumento da oferta de alimentos básicos;
- b) fornecer parâmetros e informações para subsidiar o delineamento de políticas de desenvolvimento regional e de melhoria do estado nutricional da população;
- c) desenvolver formas de aprendizado junto a comunidades de pequenos produtores rurais, com vistas a permitir o crescimento econômico-social autossustentado;

⁴⁰ Além do estado da Bahia, esse projeto acontece em mais três estados da região Nordeste, mas se obteve informações apenas sobre dois deles: Pernambuco e Paraíba.

⁴¹ Entrevista concedida à autora em 30 de abril de 2010.

- d) obter, em consequência, a elevação da renda familiar e regional, a melhoria dos padrões de alimentação e da qualidade da vida em geral;
- e) adicionar a oferta regional (*sic*) alimentos de fácil aceitação do ponto de vista dos hábitos alimentares;
- f) elevar a produtividade dos segmentos primários e secundários, incrementando as quantidades e transformação com aproveitamento otimizado dos excedentes da produção agrícola e dos rejeitos do processo industrial;
- g) exercitar a desconcentração industrial através da implantação de unidades agroindustriais próximas às fontes de produção;
- h) propiciar o desenvolvimento de relações intermódulos, com intuito de fortalecer o relacionamento interindustrial em geral, contribuindo para a dinamização e integração setorial;
- i) e gerar capacitação para coordenação e atuação nos sistemas agroindustriais.

Ao tratar dos objetivos do projeto, a pesquisa de Pereira (1982), sobre a COMASFE, destaca que se esperava, agindo através de uma cooperativa agroindustrial de pequenos produtores de mandioca, contribuir para o abastecimento de alimentos básicos, uma vez que essas ações desencadeariam efeitos tanto sobre a produção quanto sobre a comercialização, agregando e distribuindo renda na área rural e tornando a oferta mais regular e acessível ao consumidor.

A execução do Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca foi de responsabilidade de uma equipe de especialistas do CEPED formada por sociólogo, agrônomo, técnico agrícola, bioquímico e engenheiro civil. Os primeiros esforços dessa equipe se concentraram no estabelecimento de contatos diretos com instituições, lideranças e famílias residentes na comunidade por meio de discussões em grupo⁴², reuniões informais, intervenção na comercialização e produção com o propósito de conhecer a realidade socioeconômica e cultural local, bem como estimular a

⁴² Pereira (1982) afirma que nessas discussões debatiam-se questões acerca de comercialização, alimentação básica, organização social (associativismo, cooperativismo, sindicato rural, etc), saúde, saneamento básico, crédito bancário, organização da produção agrícola, industrialização, localização e construção da unidade de transformação de mandioca.

participação da população no projeto, como esclarece Carvalho (1982). O depoimento de Teresinha Gomes de Carvalho corrobora com essa compreensão ao afirmar que:

Eu fui para comunidade, fui morar lá em São Felipe e a equipe semanalmente estava presente. A gente desenvolveu todo um trabalho de levantamento para conhecer a realidade. Depois que a gente terminou esse trabalho, que analisou, tabulou e refletiu, aí a gente introduziu os objetivos da pesquisa [...] a gente desenvolveu um trabalho de conscientização, comparando a situação que eles viviam com a situação que o projeto estava propondo [...] a gente fazia toda semana uma reunião envolvendo famílias de agricultores para discutir os objetivos do projeto. Durante a semana, a gente fazia visitas a domicílios, levantava as necessidades básicas; a gente fez, inclusive, um levantamento sobre aleitamento materno, porque a gente tinha uma preocupação maior, não era só implantar o projeto e deixar lá não, a gente queria saber de que eles se alimentavam, quais eram os problemas de nutrientes⁴³.

Dentre as técnicas utilizadas para motivar a comunidade a participar do projeto, destacam-se dramatizações⁴⁴ e visitas a órgãos de assistência técnica, cooperativas, supermercados, feiras-livres, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁴⁵, casas de farinha mecanizadas, entre outros, com a finalidade de acrescentar conhecimentos e cooperar no sentido de solucionar os problemas por eles detectados. Para a realização de tais visitas eram organizadas comissões, geralmente definidas pelos próprios agricultores, as quais eram acompanhadas por membros da equipe executora do projeto, como ainda expõe Carvalho (1982).

Ao que parece houve um trabalho de ação comunitária significativo. Procurou-se compreender a realidade da comunidade e, ao mesmo tempo, incentivá-la a participar do projeto. Esse trabalho durou dois anos (1978/1980). Nesse período,

⁴³ Entrevista concedida à autora em 30 de abril de 2010.

⁴⁴ Segundo Carvalho (1982), a técnica de dramatização surgiu no trabalho de discussão com o grupo como uma possibilidade de melhor apreender a realidade. A partir da ideia, iniciou-se o processo de organização de temas, os quais eram escolhidos e apresentados pelos próprios agricultores. Dentre os temas selecionados, pode-se citar: comercialização, trabalho coletivo e associativismo. Esse tipo de prática possibilitou a compreensão dos problemas existentes na localidade de forma mais objetiva, favorecendo discussões mais consistentes e, conseqüentemente, a implantação do projeto.

⁴⁵ As visitas a esse órgão eram realizadas tendo em vista que, segundo Salanek Filho & Silva (2006, p. 156), “antes da reforma constituinte de 1988, as cooperativas tinham uma forte tutela fiscalizadora governamental exercida pelo INCRA. Até esse período, as cooperativas recebiam sua influência e não participavam efetivamente como empresas de mercado, além de terem suas ações cercadas”. Dessa forma, tornava-se necessário um certo conhecimento a respeito do funcionamento do instituto.

realizaram-se 88 reuniões com a participação de homens, mulheres e crianças maiores de 12 anos⁴⁶. Notadamente, a partir da realização de ações comunitárias surgiu o interesse da comunidade pelo projeto. Tal assertiva pode ser ratificada pela declaração de Benedito Nascimento Costa, sócio da COMASFE:

O pessoal do CEPED fazia reunião no prédio dia de semana e até dia de domingo pra falar de tudo do projeto e de outras coisa boa pra gente. Também ia nas casas de cada um, perguntava algumas coisa e falava do projeto que era pra nós pequeno produtor. Foi indo, quase todo dia tinha reunião, e a gente achou que ia ser bom. Aí reuniu um grupo do governo junto com a gente e fundou a cooperativa⁴⁷.

Com base em Pereira (1982), pode-se afirmar que, após conhecer o projeto, em 1979 a comunidade aceitou sua implantação e, organizada em comissões, iniciou o trabalho preparatório para a construção da sede de uma cooperativa de beneficiamento e comercialização da farinha de mandioca, cuja prática se estabeleceria a partir da criação e adaptação de tecnologias apropriadas às condições locais.

Para a construção da estrutura física da COMASFE, o INAN arcou com as despesas com materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada, enquanto que a comunidade colaborou com mão-de-obra, realizando mutirões, como se pode observar na Fotografia 1. O terreno, onde foi construída a sede da cooperativa, foi doado pela Prefeitura Municipal de São Felipe.

Vale ressaltar que foi a própria comunidade que localizou o terreno e acionou a prefeitura local para efetuar a compra e posterior doação. Essas ações provinham da metodologia utilizada pelo CEPED a fim de assegurar a participação efetiva da comunidade nos processos decisórios relacionados ao projeto, uma vez que um dos seus objetivos era ser autossustentado.

⁴⁶ Carvalho (1982, p. 27) explicita que “a participação de todos os membros da família tornava-se necessária, pois um dos objetivos era a promoção do padrão de vida familiar. Observou-se que a mulher e jovens do sexo feminino, além de trabalharem na roça, eram encarregadas das tarefas domésticas (cuidados com crianças menores, limpeza, alimentação). Ora, como o projeto visava executar um trabalho educativo em nutrição e saúde, nada mais importante do que despertar o interesse desses elementos pela participação nas atividades a serem desenvolvidas”.

⁴⁷ Entrevista concedida à autora em 05 de março de 2010.



FOTOGRAFIA 1 – Sapezinho: pequenos produtores trabalhando na construção da sede da COMASFE - 1979. Fonte: Carvalho (1982, p. 70).

A sede da COMASFE foi estabelecida em Sapezinho, a 4 km do centro da cidade (Fig. 2). Inicialmente a cooperativa contava com 41 sócios⁴⁸ residentes nas comunidades do Sapezinho, Cangalheiro, Retiro, Pequi, Terrão, Jaqueira, Jenipapo, Ferreira, Sobradinho e Fazenda Velha⁴⁹. Todos os cooperados deveriam contribuir com cinco cotas no valor de cem cruzeiros cada uma, de acordo com o estatuto da COMASFE.

Segundo Pereira (1982, p. 30), a escolha da localidade do Sapezinho para o desenvolvimento do projeto

Apoiou-se em fatores como a tradição da cultura da mandioca, distância relativamente pequena do centro consumidor de Salvador e uma estrutura agrária em que predominam os pequenos proprietários (52% com área inferior a 5 ha.) e arrendatários (39%), todos eles produtores, a

⁴⁸ Dos 41 cooperados que participaram do processo de fundação da COMASFE apenas 16 estão vivos, representados hoje por suas esposas, companheiros ou filhos, conforme Relatório da Secretaria de Agricultura do Município de São Felipe (2010).

⁴⁹ Apesar da escolha da localidade do Sapezinho para o desenvolvimento do Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca, pequenos produtores de mandioca de comunidades vizinhas também poderiam se associar à cooperativa.

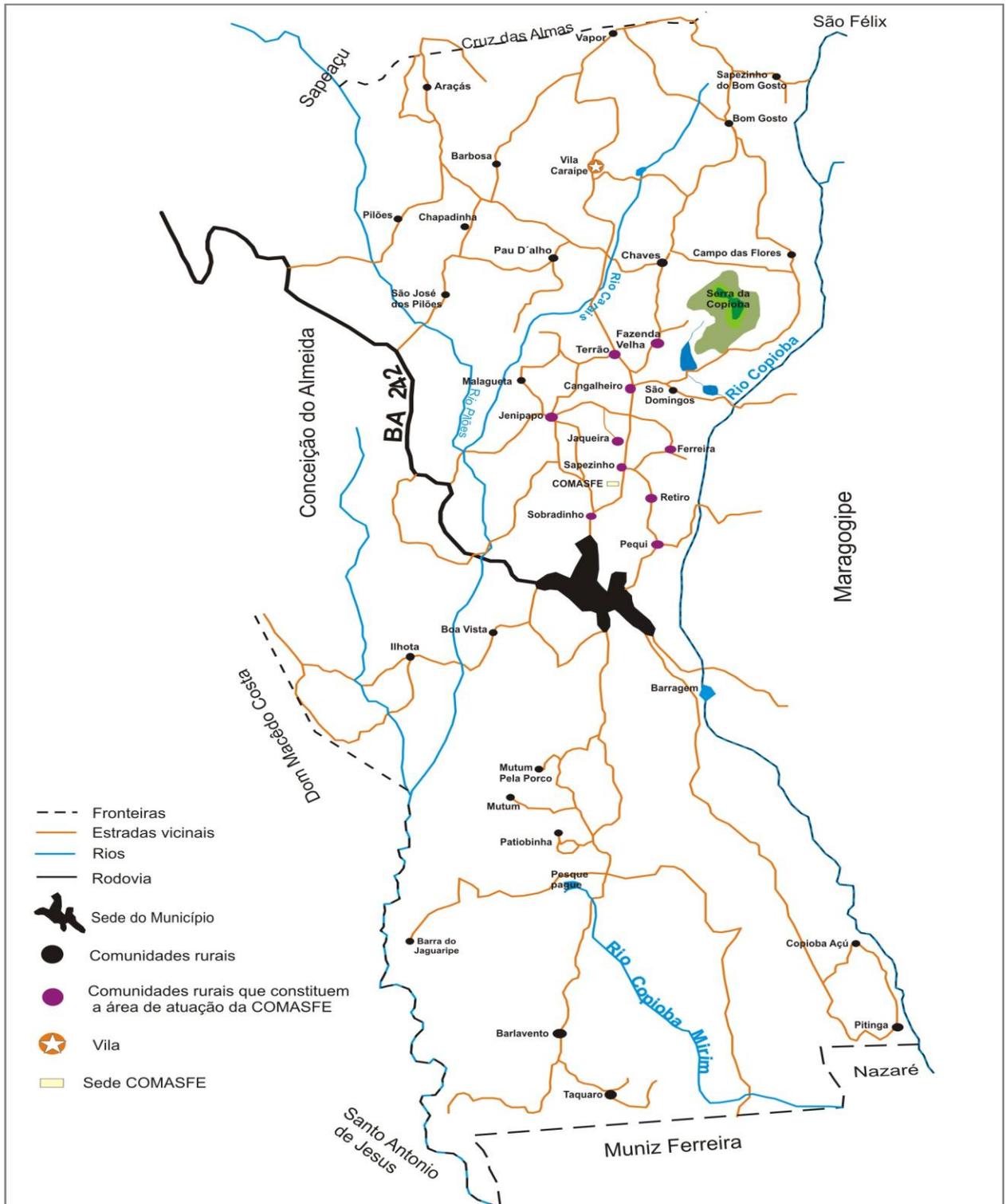


FIGURA 2 – São Felipe: localização da COMASFE e das comunidades que constituem sua área de atuação. Fonte: Disponível em: <<http://www.saofelipenet.com>>. Acesso em: 02 mar 2010. Adaptado por: Gilvânia Nunes Chaves.

partir de métodos tradicionais, de farinha de mesa. Sapezinho caracteriza-se por uma comunidade de baixa renda (70% da população rural tinham renda anual média inferior a Cr\$ 20.000,00 em 1978, sendo que 16% desta apresentavam uma renda média anual em torno de Cr\$ 5.000,00, na mesma época) [...] e com um grande potencial de associativismo pela tradição do 'adjutório' ou 'mutirão'. Enfim, uma comunidade de baixa renda, que poderia ser incluída em situação de absoluta pobreza.

Estudos revelam que a realidade socioeconômica da comunidade do Sapezinho há trinta anos era tão caótica que a enquadrava no grupo das mais carentes do município. O trabalho sobre o Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca desenvolvido por Rodrigues (1980, p. 58) confirmou essa proposição ao abordar que “da vida diária dos pequenos produtores de Sapezinho fazem parte a desnutrição, o analfabetismo, doenças, falta de hospitais, de dinheiro e de terras para o plantio de subsistência”. Em vista de tais dificuldades, esses agricultores visualizavam a COMASFE como uma alternativa promissora de qualidade de vida, uma esperança de dias melhores.

Neste debate, cabe destacar que além da COMASFE há mais duas cooperativas no município de São Felipe: Cooperativa Agroindustrial do Recôncavo da Bahia (COOPERRECÔNCAVO) e a Cooperativa da Agricultura Familiar do Território Recôncavo (COOAFATRE). É necessário esclarecer que não há aqui a intenção de analisá-las, todavia situá-las como unidades constituintes do sistema cooperativista no município.

A COOPERRECÔNCAVO foi fundada em 1997 com o objetivo de facilitar o acesso à linha de crédito do PRONAF e comercializar os produtos da agricultura familiar, especialmente o inhame. Quando iniciou suas atividades, essa cooperativa contava com 50 agricultores familiares associados, hoje são 312, dos municípios de Maragogipe, São Felipe, São Félix e Cruz das Almas, localizados no Território de Identidade Recôncavo. Sua sede se situa na comunidade rural do Batatan, no município de Maragogipe. Essa unidade cooperativa promoveu vários cursos técnicos de capacitação: curva de nível, análise de solo, cultura do inhame e da mandioca, capacitação do conselho fiscal, entre outros, conforme Nunes (2009). No entanto, suas atividades foram paralisadas em 2007.

Já a COOAFATRE foi criada em junho de 2007 com a participação de 26 associados. Atualmente, seu quadro social é composto por 59 sócios, residentes nos municípios de São Felipe, Maragogipe, Cruz das Almas e São Félix. Seu principal objetivo é fortalecer a produção e a comercialização da agricultura familiar na região. Dentre os trabalhos desenvolvidos por essa entidade, destaca-se o projeto de assistência técnica com o grupo Agro Vida, que tem o apoio da UFRB, como cita Conceição (2010).

Percebe-se que em São Felipe a tradição cooperativista ainda é algo recente e sua prática é bastante incipiente, já que, até o momento, não adquiriu força e reconhecimento por parte de grande parcela da população acerca de sua importância para a dinâmica municipal. Contudo, devido às características peculiares que esse município apresenta, mencionadas anteriormente, o cooperativismo se apresenta como uma estratégia de desenvolvimento local viável e necessária, posto que a inserção do pequeno agricultor no mercado torna-se cada dia mais difícil.

Nailson dos Santos Conceição, membro da equipe da Secretaria de Agricultura do Município de São Felipe, contribui com esse debate ao comentar que

O cooperativismo é uma alternativa de desenvolvimento para o município de São Felipe, pois o povo tem que estar organizado. O grande problema, hoje, para nós produtores, agricultores é a questão da comercialização e da organização, por isso é necessário que tenhamos uma entidade para nos representar com a finalidade de facilitar a compra de insumos e a venda dos produtos também.⁵⁰

Portanto, diante das questões levantadas, propõe-se uma reflexão em torno da dinâmica da COMASFE, primeira experiência cooperativista do município de São Felipe, uma organização que funcionou durante 22 anos e há oito anos suas atividades encontram-se paralisadas; todavia, cooperados estão se mobilizando no sentido de reativá-la. Assim, pretende-se promover uma discussão mais profunda e consistente acerca das implicações socioeconômicas dessa cooperativa no desenvolvimento local e dos impasses que a conduziram à atual situação.

⁵⁰ Entrevista concedida à autora em 25 de fevereiro de 2010.

3.1 REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DA COMASFE À LUZ DOS AGENTES SOCIAIS

O debate acerca da experiência da COMASFE se desdobra, sobretudo, a partir do “olhar” dos cooperados, os quais constituem o grupo social mais relevante⁵¹ deste estudo. Logo, torna-se crucial o conhecimento acerca do perfil sócio-cultural dos membros dessa organização social. A partir dos questionários aplicados, verificou-se que 72% dos cooperados pertencem ao sexo masculino e 28% ao sexo feminino. Tratando-se da idade, 66% se concentram na faixa acima de 60 anos e 34% na faixa de 50 a 60 anos, como se pode observar na Tabela 6.

TABELA 6
São Felipe: distribuição dos cooperados da COMASFE por sexo e idade - 2010

| SEXO | | | | IDADE | | | |
|-----------|--------------|----------|--------------|--------------|--------------|-----------|--------------|
| Masculino | | Feminino | | 50 a 60 anos | | > 60 anos | |
| Nº | Incidência % | Nº | Incidência % | Nº | Incidência % | Nº | Incidência % |
| 36 | 72 | 14 | 28 | 17 | 34 | 33 | 66 |

Fonte: Trabalho de campo, 2010.
Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Outro aspecto que merece destaque é o nível de escolaridade dos cooperados. Constatou-se que grande parte dos associados tem nível de escolaridade baixo, 86% são analfabetos ou tem o primário incompleto, 10% fizeram o primário completo e apenas 4% o Ensino Médio completo, conforme Gráfico 5.

⁵¹ Para Bijker *et al apud* Lima (2008, p. 26), grupo social relevante é uma expressão usada para “denotar instituições e organizações [...], como também grupos de indivíduos organizados ou não. A exigência fundamental é que todos os membros de um certo grupo social partilhem do mesmo conjunto de significados, próprios de um artefato específico”.

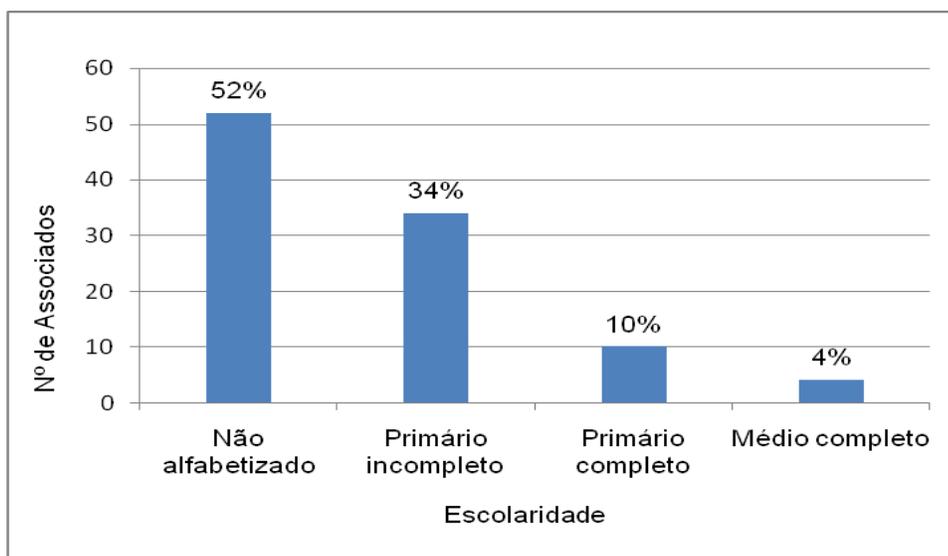


GRÁFICO 5 – São Felipe: distribuição dos associados da COMASFE por nível de escolaridade - 2010.

Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

A falta de instrução dos cooperados foi apontada, tanto por eles como pelos demais agentes sociais entrevistados, como um fator negativo para o bom funcionamento da COMASFE. É relevante lembrar que essas informações são recentes e a realidade educacional no município de São Felipe na década de 1980 apresentava indicadores ainda piores. Pesquisas revelam que houve um aumento de 26,74% no percentual de alfabetizados, no período de 1991 a 2000 no município, como se pode verificar no Quadro 4.

| Município/Estado | Taxa de alfabetização 1991 % | Taxa de alfabetização 2000 % |
|------------------|------------------------------|------------------------------|
| São Felipe | 54,60 | 69,20 |
| Estado da Bahia | 64,70 | 76,86 |

QUADRO 4 – São Felipe: taxa de alfabetização - 1991/2000.

Fonte: ADHB (2003). Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Os dados do ADHB (2003), referentes às décadas de 1991 e 2000, indicam que apesar do avanço nos índices de alfabetização nesse período, o município ainda se encontrava abaixo da média do Estado (Quadro 4). Ademais, dentre os municípios do Território de Identidade Recôncavo, em 1991, São Felipe era o 5º com a menor concentração de indivíduos alfabetizados, e em 2000 passa a ser o 3º, à frente apenas dos municípios de Cabeceiras do Paraguaçu (62,82%) e Castro Alves (69,00%).

No desenvolvimento da pesquisa encontrou-se algumas dificuldades em virtude das atividades da COMASFE estarem paralisadas há mais de oito anos. Não foi possível, por exemplo, obter informações importantes sobre a cooperativa, como a evolução do quadro social, o balanço patrimonial e o faturamento no decorrer dos anos, entre outros, haja visto que os documentos encontrados consistem apenas em alguns livros contábeis em estado precário, inutilizáveis, e algumas atas. Essa realidade impossibilitou uma reflexão mais ampla sobre aspectos importantes no sentido de enriquecer esta pesquisa. Diante dessa realidade, desenvolveu-se a discussão com base, principalmente, na análise das informações e dados obtidos através de entrevistas, grupos focais e questionários com os agentes sociais relevantes.

A reflexão em torno da experiência da COMASFE deve partir da compreensão de seu processo de fundação, já descrito anteriormente, pois não se trata de uma unidade cooperativa que surge dentro dos parâmetros comuns. A COMASFE emerge de um projeto piloto - Módulo Agroindustrial de Mandioca - financiado pelo INAN e executado pelo CEPED. Sua sede foi construída em Sapezinho (Fotografia 2), considerada uma das localidades mais carentes do município e que atendia aos critérios de seleção do projeto.



FOTOGRAFIA 2 – São Felipe: sede da COMASFE, comunidade do Sapezinho - 2010. Fonte: Acervo pessoal/Pesquisa de campo, 2010.

O projeto que deu origem a COMASFE tinha como foco sua autogestão e, uma vez que se pretendia organizar a comunidade para a constituição de uma cooperativa, essa postura não poderia ser diferente, pois a própria filosofia do cooperativismo orienta que toda sociedade cooperativa deve ser gerida pelos seus membros através de uma gestão democrática e participativa.

Desse modo, a equipe do INAN/CEPED atuou diretamente na comunidade durante dois anos e oito meses. Após esse período passou a colaborar apenas com a assessoria do conselho administrativo da cooperativa e a arcar com as despesas de um gerente⁵², contratado pelo projeto, como expõe Carvalho (1982). O autor destaca ainda que após a instituição da COMASFE foram imediatamente eleitos onze membros para compor os conselhos administrativo e fiscal por um período de um ano. Assim, a estrutura administrativa da COMASFE, no início de suas atividades⁵³, era composta da Assembleia Geral, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, comitês e assessoria técnica, como se pode verificar na Figura 3.

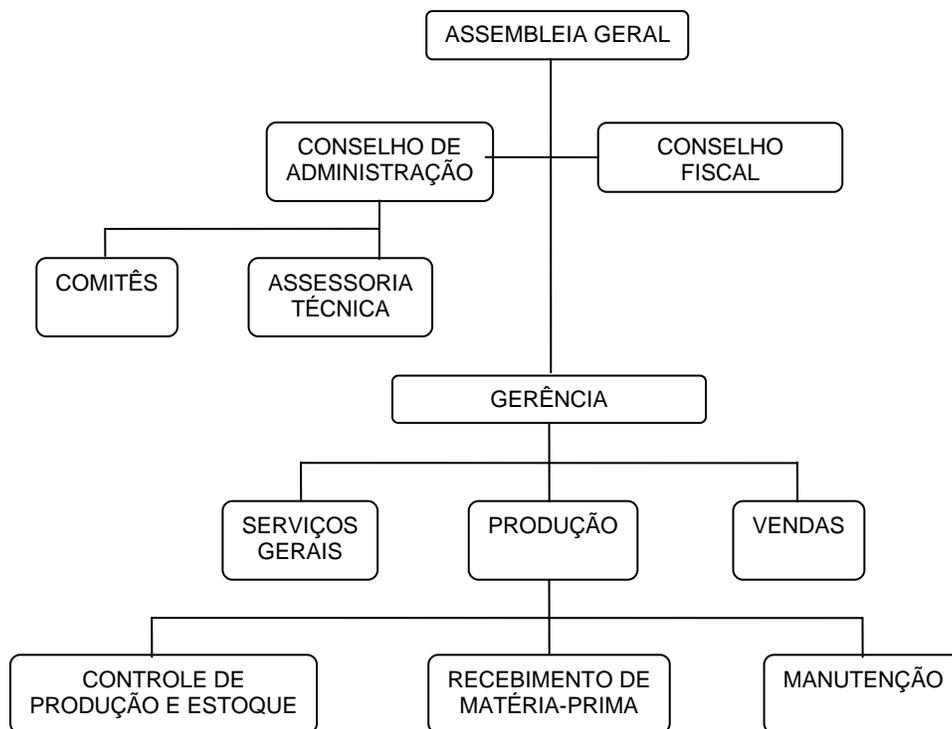


FIGURA 3 – São Felipe: estrutura administrativa da COMASFE - 1980. Fonte: Estatuto da COMASFE (1980); Carvalho (1982). Adaptado por: Gilvânia N. Chaves.

⁵² Não se obteve informações acerca do tempo que tais órgãos exerceram essas responsabilidades.

⁵³ Devido à falta de documentação não foi possível constatar se a estrutura administrativa da COMASFE foi modificada ao longo de seu funcionamento ou permaneceu a mesma até o final.

O trabalho desenvolvido pela COMASFE contou com o apoio de algumas entidades, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATERBA). Tais parcerias foram estabelecidas pelo CEPED e desempenharam um papel importante no dinamismo da cooperativa. Afinal, como alerta Martinelli & Joyal (2004, p. 175), “o desenvolvimento local é sinônimo de intervenções nas quais se estabelecem parcerias, com objetivos ao mesmo tempo sociais e econômicos”.

Nesse contexto, faz-se necessário destacar que a COMASFE nasceu, sobretudo, da necessidade de superação de dois grandes desafios vivenciados pelos pequenos agricultores do município de São Felipe. Os problemas ali detectados também se apresentam em muitos outros municípios do país, notadamente nas regiões Nordeste e Norte. O primeiro desafio trata-se das dificuldades de sobrevivência dos produtores familiares no campo em decorrência da falta de oportunidade de trabalho e das precárias condições de vida; o segundo refere-se às limitações no processo de produção e comercialização direta de seus produtos, principalmente a mandioca e seus derivados, pois não existia nenhuma casa de farinha motorizada no município naquela época, nem assistência técnica, e os atravessadores dominavam a negociação da produção, já que o pequeno produtor não tinha outra opção. Essa constatação pode ser ratificada pelo depoimento obtido no grupo focal realizado com a participação de mulheres cooperadas da COMASFE:

A vida aqui era muito difícil, sofria muito, pois a gente não tinha recurso nenhum, dava um dia de serviço aqui, outro acolá, então o que ganhava era muito pouco, não dava pra nada. Ninguém tinha o que fazer, ninguém tinha do que viver, então resolveu se associar. A falta de emprego era grande. Quando se plantava uma mandioca que fazia a farinha e vendia, quem ganhava o dinheiro quase todo era o intermediário⁵⁴.

Ademais, tal assertiva se baseia nas respostas adquiridas ao se questionar sobre os principais motivos que influenciaram a formação do quadro de sócios da COMASFE. “A oportunidade de ter um trabalho” sobressai como o motivo basilar para associação à cooperativa, seguida da “possibilidade de agilidade e praticidade no

⁵⁴ Grupo focal realizado com mulheres cooperadas da COMASFE em 24 de fevereiro de 2010.

processamento da farinha de mandioca”, bem como de “conquistar mercados para esse produto”, de acordo com Quadro 5.

| Motivos para se associar a COMASFE | Número de respostas |
|---|---------------------|
| Para ter um trabalho | 40 |
| Para facilitar e agilizar o processo de produção da farinha de mandioca | 34 |
| Para facilitar a comercialização da farinha de mandioca | 33 |
| Para ter acesso a financiamentos e créditos rurais | 8 |
| Para ter acesso a curso de capacitação | 7 |
| Para ter acesso a assistência técnica | 6 |
| Outros | 6 |

QUADRO 5 – São Felipe: motivos para os cooperados se associarem a COMASFE - 2010.
Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Os motivos que conduziram os produtores familiares a se associarem a uma organização social evidenciam a convivência desses agricultores com uma série de dificuldades. Nesse sentido, Carvalho (1982) aborda que em vista da constituição de uma organização social que trouxesse melhorias no padrão de vida do pequeno produtor, priorizou-se as carências e, ao mesmo tempo, as potencialidades locais. Corroborando com esse debate, Franco (2000) ressalta que o desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta a necessidade de tornar dinâmicas as potencialidades que podem estar adormecidas e podem ser identificadas quando valorizamos uma unidade socioterritorial delimitada.

Analisando-se os dados dos questionários e os relatos obtidos nas entrevistas com os diversos agentes sociais, percebeu-se que a COMASFE atendeu em alguns aspectos as expectativas dos cooperados, posto que o trabalho realizado por essa instituição proporcionou melhorias no âmbito socioeconômico, atenuando alguns obstáculos e contribuindo com o desenvolvimento local. Entretanto, observou-se que essa dinamização e desenvolvimento, gerados a partir ou como resultado da COMASFE, foi temporário e insustentável.

3.2 IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA COMASFE NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A experiência da COMASFE se desdobra em quatro fases. A primeira vigorou de 1980 a 1990, marcada por importantes fatos e conquistas. Notadamente, durante esse período, a cooperativa desenvolvia trabalhos cujos resultados conduziam a população local a considerá-la um mecanismo propulsor de melhores condições de vida, pois atuava tanto na dinâmica econômica do município, gerando emprego e renda para quase cem famílias, quanto na dinâmica social, ao valorizar a capacitação dos sócios e fomentar a interação social⁵⁵.

Nesse sentido, a compreensão de Paulo Conceição Barbosa, morador da Fazenda Pequi e membro da equipe da Secretaria de Agricultura do Município, ratifica a importância da cooperativa para os associados no início de suas atividades:

No começo foi tudo bom, foi flores mesmo, ela trouxe muitos benefícios, melhorou a vida de muita gente. Era dali que eles criaram os filhos deles, tinha renda, todo mundo vivia alegre, tinha renda pra se manter, pelo menos podia chegar na feira no dia de sábado e fazer uma feira digna [...] quando aquilo ali quebrou foi uma catástrofe. Tem gente que chegou até a passar fome⁵⁶.

No decorrer desse período (1980 a 1990), a COMASFE produzia e comercializava a farinha de mandioca intensamente, constituindo-se na principal atividade desenvolvida pela cooperativa, seguida dos mutirões e da realização de cursos de capacitação, conforme Quadro 6.

⁵⁵ Essas informações foram obtidas nos grupos focais realizados com associados da COMASFE, em 06 de julho de 2009, e com associadas, em 24 de fevereiro de 2010, bem como nas entrevistas com sócios fundadores efetuadas no período de 24 de fevereiro a 08 de março de 2010.

⁵⁶ Entrevista concedida à autora em 25 de fevereiro de 2010.

| Atividades desenvolvidas pela COMASFE | Número de respostas |
|---|---------------------|
| Produção e comercialização da farinha de mandioca | 50 |
| Mutirões | 37 |
| Cursos de capacitação | 19 |

QUADRO 6 – São Felipe: principais atividades desenvolvidas pela COMASFE, segundo cooperados - 2010. Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Os trabalhos executados na cooperativa, especialmente o descascamento da mandioca, eram realizados em regime de mutirão (Fotografia 3). Produzia-se em média 500 sacos de farinha por semana e a matéria-prima era comprada de associados, não-associados residentes no município e em outros municípios adjacentes, como: Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Maragogipe, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, São José do Itaporã, Castro Alves, dentre outros.



FOTOGRAFIA 3 – COMASFE: cooperados e seus familiares trabalhando em regime de mutirão - 1980. Fonte: Rodrigues (1980, p.58).

O processo de fabricação da farinha de mandioca, introduzido a partir da criação da COMASFE, tornou a produção mais ágil e prática. Nessa perspectiva, Pereira (1982) pontua que a instalação de equipamentos para desintegração,

prensagem, peneiragem e secagem⁵⁷ de mandioca possibilitou modificações importantes no processamento artesanal da farinha, visto que motores elétricos substituíram o trabalho braçal e os motores a óleo combustível. Tais mudanças eliminaram alguns trabalhos, que ocasionavam maior desgaste físico e prejudicavam a saúde do pequeno produtor⁵⁸, e amenizaram outros, proporcionando melhorias na qualidade de vida desses agricultores.

De acordo Carvalho (1982), após a instalação da unidade de transformação da mandioca, técnicos do CEPED fizeram adaptações em todos os equipamentos para alcançar o padrão de farinha local. Tais adaptações trouxeram resultados satisfatórios, uma vez que se obteve um aumento de cerca de 10% na produtividade e uma qualidade igual ou superior à farinha anteriormente produzida. Assim, quebraram-se as resistências dos produtores em relação à qualidade da farinha produzida.

No que concerne à venda da farinha de mandioca, antes da COMASFE não havia organização entre os produtores para oferecer o produto, nem opção de mercado, portanto a comercialização era realizada por meio dos atravessadores. A partir das atividades da cooperativa, a comercialização passou a ser efetivada com a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)⁵⁹. As relações com essa companhia foram estabelecidas pelo intermédio do CEPED. Sobre esse aspecto, Pereira (1982, p. 32) esclarece que a COMASFE foi inserida no “mercado institucional, no qual, através da COBAL, toda produção de farinha passou a ser comercializada para abastecimento de programas de venda direta aos consumidores de baixa renda das zonas periféricas de Salvador”.

Dentre as atividades desenvolvidas pela COMASFE, pode-se citar também a promoção de cursos de capacitação para seus membros, conforme se observou no

⁵⁷ A secagem, no sistema tradicional de produção da farinha de mandioca, é um dos processos que mais exige esforço físico. Pereira (1982) aborda que após a montagem da COMASFE esse processo passou a ser efetuado por pás rotativas que movimentavam constantemente a massa de mandioca, eliminando o trabalho manual com as pás, realizado por famílias que se revezavam durante toda a noite, inspirando vapores de ácido cianídrico, além de terem que se submeter ao forte calor dos fornos.

⁵⁸ Segundo Carvalho (1982, p. 56), “os agricultores passavam de 10 a 14 horas torrando farinha, com movimentos braçais, expostos a altas temperaturas dos fornos, e se queixavam de dores de cabeças, lombares, etc, o que não tem sido mais registrado com a mesma frequência”.

⁵⁹ Conforme Mara (2006), a COBAL foi criada pelo presidente João Goulart em setembro de 1962. A ideia era dar ao governo federal condição de operar diretamente no abastecimento, abrindo postos de varejo, ao invés de estimular a iniciativa privada para essa tarefa.

Quadro 6. Nessa perspectiva, Baiardi & Araújo (2005) abordam o papel desempenhado pelo Estado, o qual viabilizou, através de técnicos do CEPED, cursos na área de aperfeiçoamento técnico, crédito rural, assistência na plantação, beneficiamento e comercialização da mandioca e de seus derivados, indispensáveis para o bom funcionamento da cooperativa.

Segundo depoimento dos associados, a cooperativa era considerada a escola dos pequenos produtores de mandioca de São Felipe, como se pode constatar em declaração feita no grupo focal com cooperados:

Na cooperativa aprendia de tudo um pouco, desde o manuseio de equipamentos até técnicas de produção da mandioca. O pessoal se aperfeiçoou ali, aprendeu e costumou a trabalhar ali. Hoje, as pessoa que têm casa de farinha motorizada, a escola foi a cooperativa, porque foi a primeira que apareceu e lá todo mundo aprendia tudo⁶⁰.

Os associados mencionaram que todos os participantes dos cursos tinham a obrigação de socializar os conhecimentos adquiridos com os companheiros agricultores. Essa resolução, além de possibilitar o aprendizado de um número maior de pessoas, atuava como uma forma de estimular o espírito de coletividade e solidariedade entre os sócios, elementos indispensáveis para o bom funcionamento de organizações sociais. Nesse sentido, Nasciutti *et al* (2003, p. 91) lembra que

As ações coletivas fortalecem o sentimento de 'pertença' e solidificam os vínculos comunitários, permitindo a elaboração e o engajamento conjunto em projetos locais. Projetos de ação comunitária podem se revelar como riquíssimos elementos de construção de cidadania, de resgate da auto-estima, de conscientização, em última análise, do lugar que cada ator ocupa no mundo social. Ao vislumbrar a possibilidade da solidariedade e da ação conjunta em benefício comum, o novo cidadão estará também mais atento ao que lhe cerca.

De acordo com os sócios, os cursos de capacitação eram mais frequentes na primeira etapa da experiência da COMASFE, tornando-se um dos aspectos essenciais para sua eficiência nesse período, pois, como relata Rech (2000), ao desenvolver

⁶⁰ Depoimento obtido no grupo focal com a participação de sócios da COMASFE em 06 de julho de 2009.

atividades educativas, a cooperativa, além de integrar os sócios na expansão do conhecimento básico, age principalmente na ampliação do princípio da cooperação na comunidade.

Parte do sucesso das cooperativas, abordadas no capítulo anterior, deve-se, notadamente, ao investimento em educação, desenvolvendo projetos e programas que visam a formação pessoal e profissional de seus membros e da comunidade em que está inserida. A Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus e a C Vale Cooperativa Agroindustrial, por exemplo, têm uma preocupação com a promoção de atividades socioeducativas culturais e ambientais, promovendo cursos sobre cooperativismo, oficinas, palestras, entre outros. As ações bem-sucedidas desses empreendimentos refletem o relevante papel de atividades educativas nas organizações sociais e a importância do exercício dos princípios cooperativistas.

No contexto desse debate, faz-se necessário destacar que, durante a primeira fase (1980-1990), o dinamismo da COMASFE era tão intenso que em 1981, com o lucro procedente dos trabalhos realizados, compraram 51 hectares de terra a fim de que todos os associados tivessem seu espaço para plantar. Pereira (1982, p. 32) complementa explicitando que

A cooperativa tem tido uma boa performance em termos de rentabilidade econômica, uma vez que seus lucros líquidos, em dez meses de funcionamento, alcançaram o montante de 7 milhões de cruzeiros, dos quais 3,5 milhões foram aplicados na compra de 51 ha de terra, em que se estabeleceram 25 associados sem terra.

Ademais, nessa fase, conseguiram montar nas instalações da cooperativa um posto de vendas de produtos alimentícios básicos e remédios com o intuito de que os cooperados tivessem acesso a esses produtos a preços mais acessíveis. Entretanto, segundo associados, essa prática durou pouco mais de um ano.

Esses fatos revelam que ações desenvolvidas pela COMASFE trouxeram benefícios para seus membros. Desse modo, na perspectiva de compreender as contribuições da cooperativa para os associados propôs-se lhes que as identificassem, deixando-os livres para responder quantas opções quisessem entre as colocadas e manifestar a opinião para além do que era proposto no questionário. Nas respostas,

verificou-se o destaque para a geração de renda e de emprego, praticidade no processo de produção da farinha da mandioca, facilidade na comercialização desse produto, melhoria no comércio local e estímulo à autoestima do agricultor familiar, conforme Quadro 7.

| Contribuições da COMASFE para os associados | Número de respostas |
|--|---------------------|
| Geração de renda | 47 |
| Geração de emprego | 43 |
| Praticidade e agilidade no processo de produção da farinha de mandioca | 39 |
| Facilidade na comercialização da farinha de mandioca | 36 |
| Melhoria no comércio local | 25 |
| Melhoria na autoestima dos agricultores | 11 |
| Outros* | 11 |
| Ampliação do conhecimento dos agricultores | 9 |
| Facilidade de acesso a financiamentos e créditos rurais | 8 |
| Valorização da mandioca e de seus derivados | 7 |
| Facilidade de acesso a assistência técnica | 6 |
| Aumento da solidariedade entre as pessoas | 3 |

QUADRO 7 – São Felipe: contribuições da COMASFE para os associados - 2010. Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves. *Outros – os cooperados se referem à compra do mencionado terreno pela cooperativa.

Nota-se que, ao se questionar aos cooperados sobre a importância da COMASFE para suas vidas, os relatos são unânimes em elogios, como se pode perceber na resposta de Teresinha Barbosa dos Santos, membro da COMASFE: “a cooperativa foi muito bom, a gente tinha o lugar certo pra trabalhar. Era como uma festa, de vez em quando tinha até missa, a gente palestrava, conversava, as reuniões era como se fosse um passeio”⁶¹. Concepção semelhante é compartilhada por Benedito Nascimento Costa, cooperado da COMASFE:

Emprego não tinha não, era todo mundo do cabo de enxada, a vida aqui era difícil. Aquilo ali ajudou muitas pessoa, comprou um terreno lá em cima na Fazenda Velha que era pra dar a quem não tinha onde trabalhar, pra os pequeno de baixa renda. A cooperativa era bom de verdade, porque toda semana arrumava o pão de cada dia ali sem se preocupar. E a gente vivia era feliz com aquilo ali, tinha mais ânimo pro trabalho⁶².

⁶¹ Resposta ao questionário emitido pela autora em 05 de março de 2010.

⁶² Entrevista concedida à autora em 05 de março de 2010.

Anatório Mota de Oliveira, sócio da COMASFE, também contribui com essa discussão comentando que

Nada no mundo era melhor do que essa cooperativa aí, esses benefícios que ela fez pra gente. Ali a gente tinha o lugar de botar farinha, já tinha aquele lugar certo, o dinheiro certo, dia de sábado já tinha aquela pessoa ali pra fazer o pagamento da gente, a gente não se batia com a feira, era a coisa melhor do mundo era aquilo ali. A mim mesmo ajudou bastante, que eu acabei de criar meus filhos foi através dela⁶³.

Nesse sentido, a coordenadora geral da Secretaria de Agricultura do Município de São Felipe, Simone Soares Batista de Jesus, faz uma abordagem sobre a COMASFE e ressalva o preponderante papel desse empreendimento para o desenvolvimento do município:

Aquela cooperativa contribuiu muito com o desenvolvimento do município e com a vida de cada um pequeno produtor. Porque eu senti, no trabalho que fizemos de levantamento, a saudade que esses pequenos produtores têm da cooperativa, de terem melhorado de vida naquela época, terem comprado coisas para suas famílias. Eu vi gente chorando. Então, para o município foi muito bom, existia aqui uma referência da comercialização da farinha [...]. Então, quando isso acabou ficou um vazio dentro do município e na vida dessas pessoas⁶⁴.

Esses depoimentos evidenciam que a COMASFE trouxe benefícios tanto para os sócios como para todo o município. Ao afirmarem que ocorreram significativas mudanças socioeconômicas, deixam transparecer a ocorrência de melhorias inclusive na alimentação, na autoestima dos trabalhadores e na integração social. Os cooperados ainda apontam a ocorrência de melhorias habitacionais, como expõe o associado Antonio Jaime de Adorno: “a vida era mais dificultada. A maioria das pessoa vivia em casa de taipa, morava de arrendeiro, depois da cooperativa tudo ficou melhor. As pessoa hoje têm seu pedacim de terra e suas casa boa”⁶⁵.

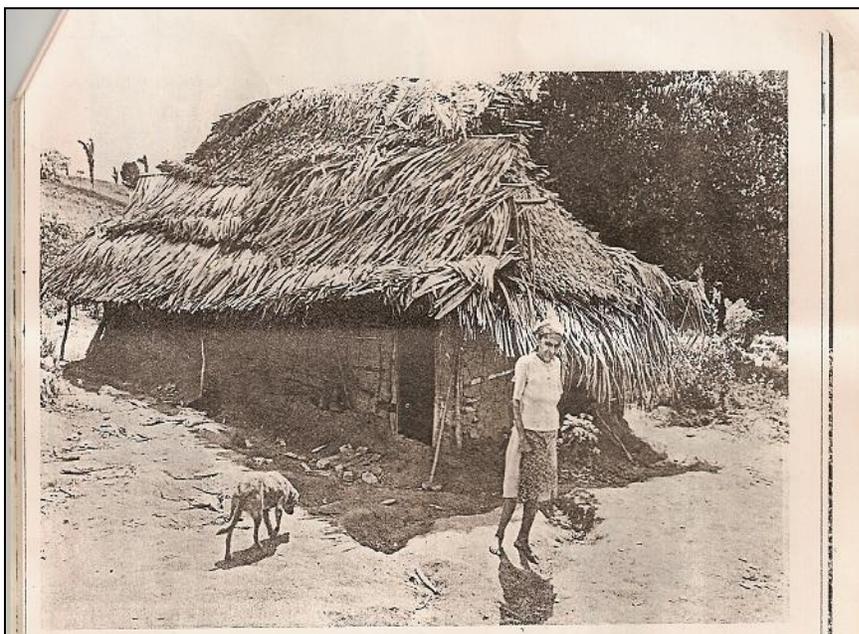
⁶³ Entrevista concedida à autora em 08 de março de 2010.

⁶⁴ Entrevista concedida à autora em 25 de fevereiro de 2010.

⁶⁵ Entrevista concedida à autora em 24 de fevereiro de 2010.

Com referência às questões habitacionais, identifica-se ações via cooperativa que serviram para minimizar alguns problemas. A aquisição do terreno pela COMASFE e o aumento da renda dos cooperados, que em sua maioria morava de arrendeiros e em casas em condições precárias, como demonstra parcialmente a Fotografia 4, possibilitaram-lhes construir ou melhorar suas residências (Fotografia 5).

Segundo Carvalho (1982, p. 20), “a intervenção do Projeto Agroindustrial, ainda que indiretamente, tem favorecido bastante a melhoria das casas dos lavradores”. As mudanças na estrutura das casas trouxeram conforto ao pequeno produtor e atenuou os riscos a sua saúde visto que, especialmente, a incidência de barbeiros, transmissor da doença de chagas, bastante elevada em São Felipe, diminuiu consideravelmente.



FOTOGRAFIA 4 – Sapezinho: casa construída de adobe e telhado de palha. Fonte: Rodrigues (1980, p. 63).



FOTOGRAFIA 5 – São Felipe: casa residencial, construída no terreno adquirido pela COMASFE, comunidade Fazenda Velha. Fonte: Acervo pessoal/Pesquisa de campo, 2010.

Também a energia elétrica foi instalada na comunidade do Sapezinho por conta da cooperativa. Assim que ela foi criada, a rede elétrica foi instalada na unidade cooperativa e em uma residência vizinha, como aponta Carvalho (1982). Esse processo facilitou a ampliação da rede para as demais casas do Sapezinho e comunidades adjacentes, posteriormente.

Ao discutir sobre as vantagens da COMASFE para a população local, Teresinha Gomes de Carvalho reforça essa análise: “na época não tinha energia elétrica na comunidade, a energia vai em função do projeto, a estrada era de péssima qualidade e a sua melhoria ocorre também em função do projeto”⁶⁶.

Sobre a questão da geração de renda, quando questionados a esse respeito, verificou-se que 100% dos cooperados afirmaram a influência positiva da cooperativa nesse sentido. Os não-associados também foram questionados acerca desse aspecto, e 52,5% afirmaram que houve melhorias na renda após a atuação da COMASFE, 40% declararam que não houve e 7,5% não responderam.

De modo semelhante, perguntou-se aos não-cooperados se a cooperativa contribuiu com a melhoria das condições de vida da comunidade local e com o

⁶⁶ Entrevista concedida à autora em 30 de abril de 2010.

desenvolvimento do município, e a maioria (95%) revelou que sim. Antonia dos Reis Silva, moradora da comunidade do Sapezinho, ratifica esse posicionamento: “a cooperativa foi muito bom pra todos nós, ajudava as pessoa da comunidade. Eles comprava nosso produto e a gente ganhava o dia pra raspar mandioca”⁶⁷.

Os não-associados confirmaram ainda a relevância da COMASFE quando indagados sobre seus benefícios para a comunidade local. As respostas apontam a geração de renda e de trabalho como as contribuições mais representativas, seguida da melhoria do comércio local e valorização da mandioca e de seus derivados, conforme Quadro 8.

| Contribuições da COMASFE para a comunidade local | Número de respostas |
|--|---------------------|
| Geração de renda | 25 |
| Geração de trabalho | 24 |
| Melhoria no comércio local | 17 |
| Valorização da mandioca e de seus derivados | 16 |
| Facilidade na comercialização da farinha de mandioca | 7 |
| Outros | 5 |
| Aumento da solidariedade entre as pessoas | 1 |

QUADRO 8 – São Felipe: contribuições da COMASFE para o desenvolvimento da comunidade local, segundo não-associados - 2010. Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Observa-se que as respostas dos associados e não-associados em relação às contribuições da cooperativa se diferenciam em alguns aspectos. Ambos ressaltam a geração de renda e emprego, entretanto os não-cooperados dão ênfase maior do que os cooperados à questão da valorização da mandioca e não pontuam benefícios específicos dos sócios, a exemplo da agilidade no processo de produção da farinha de mandioca, como se pode verificar nos Quadros 7 e 8. Tais ocorrências corroboram o fato da cooperativa colaborar mais diretamente com os sócios. Não obstante, tanto os associados como os não-associados asseguram que a cooperativa fomentou melhorias em suas condições de vida.

Tratando-se da geração de emprego, a COMASFE ofereceu trabalho aos sócios e seus familiares, moradores de sua área de ação e pessoas da zona urbana do município, principalmente da URBIS, um dos bairros mais pobres do município, que atuaram, notadamente, no processo de descascamento da mandioca. Plínio Pereira da

⁶⁷ Resposta ao questionário emitido pela autora em março/2010.

Cruz, sócio da COMASFE, destaca o relevante papel da cooperativa como um espaço de oportunidade de trabalho:

A cooperativa trouxe muitos benefício porque aquele São Felipe ali, de lá da padaria de Totó até aqui na Laranjeira, tudo era casa de paia e se tornou tudo de teia, porque era 70, 80 pessoa que vinha raspar mandioca, dava dia de ganho, aí conseguia sua televisão, sua casa de teia, porque teve emprego pra todo mundo⁶⁸.

Diante dessas considerações, nota-se que a COMASFE impulsionou mudanças significativas na qualidade de vida de seus cooperados e não-cooperados, sobretudo os residentes em sua área de ação, contribuindo com o desenvolvimento de todo município. Contudo, a fase mais dinâmica da cooperativa só perdurou até o início da década de 1990, posto que alguns impasses, adversos aos princípios e valores cooperativistas, passaram a dificultar de forma mais direta a sua prática. Convém salientar que desde o processo de fundação alguns impasses já se estabeleciam como entraves ao maior dinamismo da COMASFE, intensificando-se a partir da segunda etapa de sua atuação.

3.3 COMASFE: IMPASSES E LIMITES

A segunda fase da experiência da COMASFE se efetivou de 1990 a 2002. Seu marco inicial refere-se à extinção de seu único mercado consumidor, a COBAL, e seu término ocorre com a decisão de paralisação de suas atividades, que acontece em março de 2002. Essa fase se caracteriza pelo aumento de ocorrências de atitudes e comportamentos que contravêm os princípios cooperativistas e, ao mesmo tempo, refletem, notadamente, as heranças culturais autoritárias e individualistas da sociedade brasileira.

Na perspectiva de compreender o motivo que deu início ao processo de decadência da COMASFE, torna-se necessário lembrar que desde o início suas

⁶⁸ Entrevista concedida à autora em 05 de março de 2010.

atividades foram voltadas para abastecer a COBAL, única empresa que comprava toda a produção da cooperativa. Mas, em 1990 a COBAL foi extinta⁶⁹, por conseguinte a cooperativa ficou em condições difíceis, visto que havia se criado uma relação de dependência com tal companhia.

Diversos depoimentos dos cooperados evidenciam que o declínio da COMASFE se iniciou a partir do momento em que as relações com a COBAL foram extintas. Para eles, a condição da cooperativa ter um “mercado consumidor certo” foi imprescindível para sua expansão. Uma declaração feita no grupo focal com a participação de associados demonstra essa concepção:

A cooperativa ia bem, mas quando a COBAL parou de comprar nosso produto, tudo foi ficando pra baixo. A gente não podia fazer a farinha, pois não tinha a quem entregar, aí o lucro foi caindo e muita gente foi ficando desanimada. Começaram a vender os maquinário e as dificuldade só foi aumentando⁷⁰.

Não se pode negar que o fato da COBAL comprar a produção da COMASFE tenha colaborado com sua expansão. No entanto, isso podia ser previsto, já que não é indicado que se estabeleça relações comerciais com um único mercado, considerando-se as rápidas mudanças e incertezas inerentes à Era da globalização. E o fato da cooperativa negociar com uma única empresa pode envolver questões relacionadas à gestão, falta de instrução e experiência dos cooperados, entre outros.

Concomitante à extinção da COBAL, outros impasses impediram a continuação das atividades da COMASFE. Com o propósito de apreendê-los, questionou-se aos associados e não-associados quais fatores seriam responsáveis por tal “catástrofe”,

⁶⁹ A COBAL foi extinta pelo presidente Fernando Collor. Com base na página eletrônica da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), pode-se afirmar que a COBAL foi extinta através do processo de fusão de três empresas públicas, a COBAL, a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que atuavam em áreas distintas e complementares, quais sejam: abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente. A fusão dessas corporações deu origem à CONAB, que representou um passo importante da racionalização da estrutura do governo federal. Desde então, a CONAB passou a ser a empresa encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=10>>. Acesso em: 02 mar 2010.

⁷⁰ Depoimento obtido no grupo focal com a participação de sócias da COMASFE em 24 de fevereiro de 2010.

como fora aludido por um dos entrevistados. Ao se analisar as respostas, conclui-se que a dificuldade de comercialização da produção e a má administração se constituem nos principais determinantes da problemática da cooperativa, como se pode averiguar no Quadro 9.

| Causas da paralisação das atividades da COMASFE | Nº de respostas |
|---|-----------------|
| Falta de comparador/mercado para a produção | 46 |
| Má administração | 43 |
| Corrupção interna | 31 |
| Concentração das decisões por parte de diretorias | 20 |
| Individualismo dos sócios | 18 |
| Falta de transparência por parte de diretorias | 13 |
| Falta de instrução dos cooperados | 12 |
| Falta de participação dos sócios nas reuniões e assembleias | 8 |
| Falta de fiscalização | 7 |
| Recursos financeiros limitados | 4 |
| Outros | 3 |
| Pouca ou nenhuma sensibilização dos gestores municipais | 2 |

QUADRO 9 – São Felipe: causas da paralisação das atividades da COMASFE, segundo associados - 2010. Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

A dificuldade de negociação da mercadoria da COMASFE deve-se, principalmente, à relação de dependência criada com a COBAL. Tratando-se da influência da má administração na decadência da cooperativa, é perceptível que pode ser corroborada pelos depoimentos obtidos nas entrevistas, como demonstra a associada Maria Nascimento Costa: “a cooperativa acabou por causa da má administração que botou ela abaixo. No princípio a administração ia bem e depois breiou”⁷¹. As ponderações de cooperadas na dinâmica do grupo focal também apontam para essa questão:

A cooperativa tá na situação que tá por causa da má administração, irresponsabilidade dos administradores. O problema de a cooperativa vir à falência foi a falta de uma boa administração, pois qualquer empresa, até uma casa, se você não souber administrar, já era. Muitos administradores não trabalhava pensando no grupo não, e muitos não cumpria seu papel, não tinha responsabilidade.”⁷²

⁷¹ Entrevista concedida à autora 05 de março de 2010.

⁷² Depoimento obtido no grupo focal realizado com associadas em 24 de fevereiro de 2010.

Os associados também destacaram a desonestidade, a concentração das decisões e a falta de transparência por parte de membros de equipes gestoras, no conjunto das causas do insucesso da COMASFE, como se fossem elementos isolados da esfera administrativa, conforme Quadro 9. A referência a tais elementos confirma a ausência de uma administração eficiente na gestão da cooperativa. Nesse sentido, Rech (2000) alerta que uma boa administração é aquela que consegue se integrar com os sócios e que assume como princípio os objetivos cooperativistas da entidade.

Enfocando-se a falta de transparência e de gestão democrática de diretorias da COMASFE, convém mencionar que o depoimento obtido no grupo focal com associados evidencia a ocorrência de atitudes nessas dimensões: “não se prestava conta, não tinha nota de prestação de conta, nem todos os sócios participava das reuniões”⁷³. O relato dos cooperados, ainda nesse grupo, afirma que o presidente enunciava: “não precisa vir todo mundo não, é Fulano, Bertano e Bertano”. Isso deixa claro que não existia participação nos processos decisórios, fato que contradiz o segundo princípio cooperativista, que prega a participação efetiva e igualitária de todos os cooperados e os valores da democracia, transparência e responsabilidade social.

Percebe-se que a ausência de gestão democrática constitui-se um dos fatores que tornou a COMASFE incapaz de continuar contribuindo com o desenvolvimento do município, pois, como lembra Buarque (2002), desenvolvimento implica na articulação entre os agentes sociais, no diálogo constante e na participação efetiva das sociedades locais. Castro (2006) complementa essa reflexão explicitando que a ausência de participação cidadã é um dos maiores limitadores da ação local.

É importante sublinhar que a omissão dos associados, que em seus discursos denunciaram os acontecimentos, dificultou sua participação devido à falta de apreensão de que esse direito não é dado, mas, sim, conquistado. A participação como direito conquistado exige uma mobilização coletiva, e os entrevistados reconhecem que o individualismo de parte dos associados configura-se um dos percalços que dificultaram o bom funcionamento da cooperativa, conforme Quadro 9.

Segundo Joana da Cruz de Andrade, ex-presidente da COMASFE, “a cooperativa tá nessa situação porque os sócios não são unido, são muito individualista.

⁷³ Depoimento obtido no grupo focal com sócios da COMASFE em 06 de julho de 2009.

Tinham que trabalhar junto, o que fizesse era de todo mundo, mas não era bem assim”⁷⁴. O individualismo, característica marcante da cultura brasileira, ainda continua sendo um forte entrave para a organização social em geral, especialmente para as cooperativas. Nessa perspectiva, Rocha *et al* (2004) ressalva que para mudar essa realidade é necessário um processo de reeducação capaz de preparar o cooperado para produzir, abandonando a dimensão individualizada adquirida anteriormente e internalizando o espírito de coletividade.

As considerações apresentadas revelam que parte dos sócios não vivenciava os valores de ajuda mútua e solidariedade, outro ponto negativo, pois o cerne de qualquer organização social consiste na união e no trabalho coletivo em vista da expansão de ações solidárias. Gerson Cavalcante Almeida, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe, colabora com esse debate ao alertar que

Em qualquer cooperativa as decisões devem ser pensadas no todo, pensar que se a cooperativa cresce, eu como sócio vou crescer e a comunidade também vai se desenvolver. Então, a entidade vai ter força, vai ter nome e ter o seu retorno financeiro como deve ter qualquer cooperativa. Na cooperativa as ações devem ser planejadas não a partir do eu, mas, sim, do nós⁷⁵.

Outra questão levantada pelos cooperados se refere à desonestidade por parte de integrantes de diretorias, conforme Quadro 9. O depoimento de associadas no grupo focal ratifica a emergência de atos nessa perspectiva: “a cooperativa tá nessa situação porque alguns sócios tinha estudo e a maioria não tinha. Então, os que tinha conhecimento fazia o que queria e nós não sabia que estava sendo lesado. Quer dizer, de onde tira que não bota, só tem que fazer falta”⁷⁶.

Essa declaração sinaliza a falta de instrução de cooperados como uma das causas da atual situação da COMASFE. Tal aspecto também foi destacado por outros associados, como se pode verificar no Quadro 9, bem como no depoimento de Sinésio Candido do Rosário: “a falta de educação e conhecimento dos agricultor foi um dos

⁷⁴ Entrevista concedida à autora em 05 de julho de 2009.

⁷⁵ Entrevista concedida à autora em 29 de março de 2010.

⁷⁶ Depoimento obtido no grupo focal com sócios da COMASFE em 24 de fevereiro de 2010.

motivo que acabou de afundar a cooperativa. Muitas pessoa não entendia nem o que era aquilo ali, foi por isso que ela foi abaixo”⁷⁷.

Concepção similar é compartilhada pelo cooperado Antonio de Jesus Brás:

Tinha associado que praticamente só sabia que ele era sócio, mais não sabia o que significava ser um associado. Não era porque ele não queria não, porque não sabia mesmo o que vinha a ser. Poucos sabia o que era ser sócio, mas não tinha aquele saber de se decifrar o que era ser uma cooperativa⁷⁸.

Essas reflexões chamam atenção também para a ausência de conhecimento dos associados em relação aos pressupostos do cooperativismo, apontando-a como um fator que impossibilitou o bom funcionamento da cooperativa. Nesse âmbito, questionou-se aos associados a respeito do conhecimento dos princípios cooperativistas, e as respostas revelaram que 88% não conhecem tais princípios e apenas 6% conhecem, como se pode averiguar no Gráfico 6.

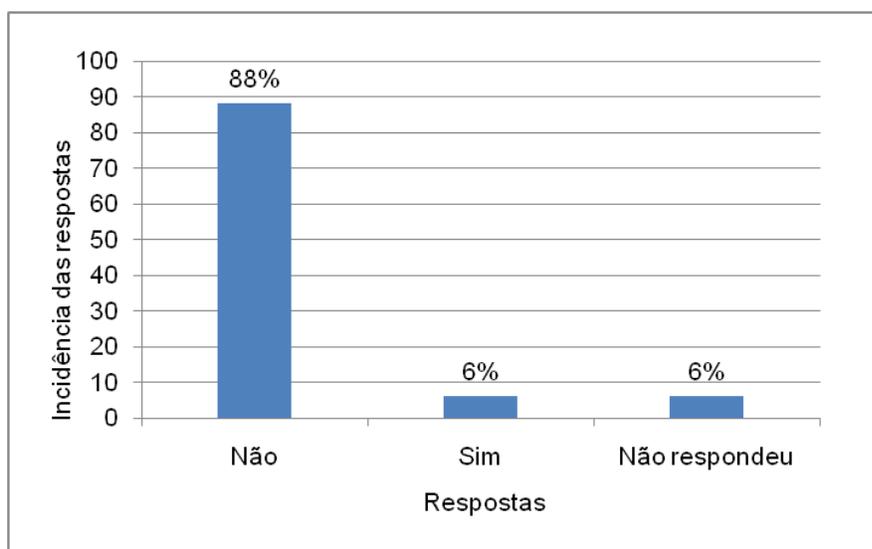


GRÁFICO 6 – São Felipe: conhecimento dos associados da COMASFE em relação aos princípios cooperativistas - 2010.

Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

De modo semelhante, perguntou-se aos associados acerca do conhecimento do estatuto da COMASFE. Constatou-se que 78% não conhecem o documento que

⁷⁷ Entrevista concedida à autora em 05 de março de 2010.

⁷⁸ Entrevista concedida à autora em 24 de fevereiro de 2010.

serve para estruturar e disciplinar o funcionamento da cooperativa e apenas 22% conhecem, conforme Gráfico 7.

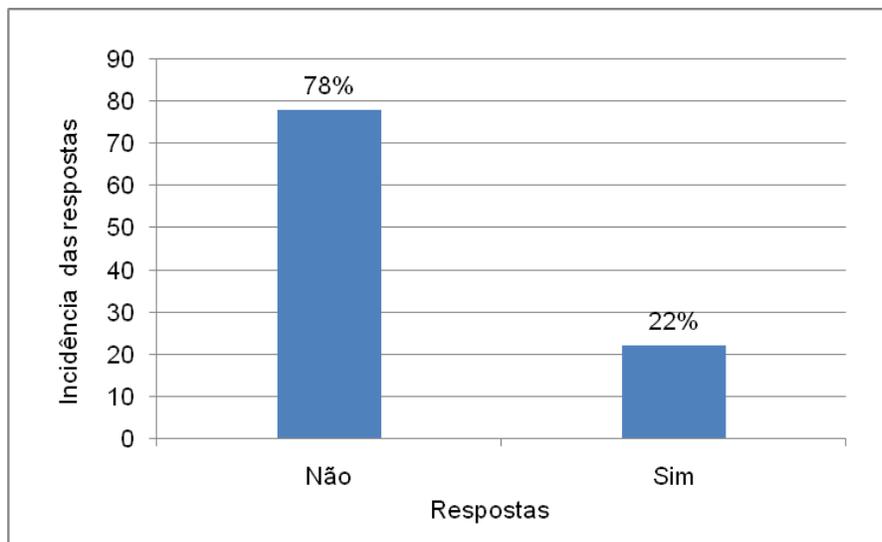


GRÁFICO 7 – São Felipe: conhecimento dos associados em relação ao Estatuto da COMASFE - 2010.

Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Nota-se que o baixo índice de instrução da maioria dos sócios, bem como o desconhecimento dos princípios cooperativistas e do próprio estatuto da cooperativa impossibilitaram a formação de uma identidade como agente participante, co-ator e ator do processo social, posto que, uma vez não possuindo informação e formação para cooperar ativamente, a cooperativa assumia um posto alheio a sua vida.

Ao se questionar aos cooperados acerca do sentimento de pertencimento em relação à COMASFE, na época de seu funcionamento, verificou-se que a maior parte (71%) afirmou sentir que a cooperativa lhe pertencia e que era responsável por ela e 29% revelaram não ter esse sentimento. Resultado semelhante se obteve por meio do questionamento sobre o envolvimento dos sócios com a COMASFE, constatando-se que 74% se envolviam com a cooperativa, enquanto que 26% demonstraram o contrário.

Contudo, nota-se que para a grande parte dos sócios a simples condição de participarem das reuniões e assembleias era suficiente para confirmar que se envolviam com a cooperativa, pois quando questionados de que forma se envolviam com a organização, as respostas foram unânimes em apontar a presença nesses espaços

como forma de envolvimento. Os cooperados afirmaram ainda a participação nas reuniões e assembleias ao responder o questionamento sobre essa questão, haja visto que 92% afirmaram sempre frequentar e (8%) só às vezes (Tab. 7).

TABELA 7

São Felipe: frequência dos cooperados nas reuniões e assembleias da COMASFE - 2010

| Frequência de participação | Número de respostas | Número de respostas % |
|----------------------------|---------------------|-----------------------|
| Sempre | 46 | 92 |
| As vezes | 4 | 8 |
| Total | 50 | 100 |

Fonte: Trabalho de campo, 2010.
Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Percebe-se que o discurso da maioria dos sócios contraria esses resultados, como pode ser observado no depoimento de associadas no grupo focal: “um ponto fraco é que a gente não sentia que aquela cooperativa ali pertencia a gente e não se envolvia diretamente com ela, pois achava que o presidente e o vice-presidente é que deveria resolver tudo. Quando acordamos, achando que tava errado, já era tarde”⁷⁹. Logo, o envolvimento com a cooperativa se encerrava apenas em mera participação consultiva. Vale salientar que, além dos motivos já mencionados, ações de membros de diretorias, concentradas e autoritárias, também impediram a participação efetiva dos sócios, bem como a emergência e/ou fortalecimento do sentimento de pertencimento.

No conjunto dos entraves que fomentaram o encerramento das atividades da COMASFE, está o fato dessa empresa não estabelecer parcerias com outras unidades dessa natureza. Assim sendo, o sexto princípio do cooperativismo, que prevê o fortalecimento do sistema através da integração entre cooperativas, não era assegurado. Além disso, é relevante abordar que a cooperativa não desenvolvia políticas de atuação junto à comunidade que atendessem às demandas relacionadas às dimensões culturais, educacionais, sociais e ambientais. Portanto, não exercia o sétimo princípio cooperativista, cuja premissa se concentra no compromisso com o desenvolvimento das comunidades nas quais estão inseridas, conforme apontam Veiga & Fonseca (2001).

⁷⁹ Depoimento obtido no grupo focal realizado com cooperadas em 24 de fevereiro de 2010.

Nessa perspectiva, é crucial destacar os trabalhos desenvolvidos pelas cooperativas de sucesso, pontuados no capítulo dois, posto que são organizações que desenvolvem projetos com o propósito de atender às diversas esferas do desenvolvimento sustentável. Tais projetos são elaborados em favor de seus membros e da localidade na qual está inserida a fim de proporcionar-lhes meios de inserção num ambiente de forte competitividade e, conseqüentemente, sua integração social. A COOPERAFIS, por exemplo, tem realizado ações direcionadas para o fortalecimento de sua base social com a pretensão de promover a valorização das artesãs e de suas comunidades. Assim, desenvolve programas voltados para questões sobre cooperativismo e associativismo, relações interpessoais, informática, meio ambiente, relações de gênero e família, entre outros, como abordado anteriormente.

A emergência da maioria dos percalços que impulsionaram o insucesso da COMASFE, apontados nessa discussão, está relacionada com a origem de seu processo de formação, uma vez que surgiu de uma iniciativa de agentes externos, INAN/CEPED, ou seja, nasce de uma ideia de “cima para baixo”, e não de uma proposta da própria comunidade a partir de suas necessidades, como se pode verificar na declaração do sócio João dos Santos:

A cooperativa vem de um projeto do governo, foi obra do governo, do CEPED. Veio um grupo do governo que falou pra gente da cooperativa e a gente achou que era uma coisa boa, e foi bom mesmo. Eles foi chamando o pessoal até formar um grupo bom, daí fundou aquela cooperativa⁸⁰.

Apesar da realização de um trabalho de conscientização e motivação social sobre o projeto que deu origem a COMASFE e do acompanhamento das atividades pelo CEPED, por um período de dois anos e oitos meses, essa organização não se consolidou de forma sustentável. Tal ocorrência pode ser compreendida a partir do princípio de que a concepção de desenvolvimento local tem como premissa a satisfação das necessidades básicas de uma determinada população e sua autossustentação a partir de ideias construídas pelos agentes sociais locais, conforme

⁸⁰ Entrevista concedida à autora em 085 de março de 2010.

fora discutido com base nas contribuições teóricas de Buarque (1999; 2002), Franco (2000; 2002), Martinelli & Joyal (2004), Dowbor (2006), Cardoso (2007), entre outros.

Reflexões tecidas por Teresinha Gomes de Carvalho também contribuem com essa análise:

O fato da iniciativa da cooperativa não ter partido da própria comunidade influenciou, sim, sua decadência. Você trabalhar os princípios de solidariedade em uma sociedade individualista, você acha que vai mudar a cultura do indivíduo em dois anos e oito meses? Uma coisa é a própria comunidade sentir a necessidade e buscar isso, outra coisa é você introduzir na comunidade. Uma coisa é você preparar uma pessoa durante 5, 10 anos e outra é durante dois anos e oito meses você discutir os princípios cooperativistas, questões relacionadas à gestão e desenvolvimento e deixar lá. Mesmo você voltando lá, você tem que está o tempo inteiro preparando os recursos humanos com acompanhamento de no mínimo 10 anos, para você preparar a primeira geração, a segunda e a terceira⁸¹.

Nesse contexto, convém retomar algumas experiências de cooperativas exitosas - COOPAMSP, SICOOB Sertão e COOPERAFIS -, referenciadas anteriormente, com o intuito de compará-las com a COMASFE, no que se refere a elementos inerentes ao processo de formação e destino da produção e/ou serviço, visto que fatores oriundos, principalmente desses aspectos, ocasionaram a decadência dessa cooperativa.

Como foi abordado, a COMASFE surge de uma iniciativa de agentes externos governamentais estadual e federal, como se pode observar no Quadro 10, logo os moradores locais não participaram efetivamente de seu processo de fundação. Ademais, a COMASFE, desde o início de suas atividades, estabelece relações comerciais com uma única empresa, a COBAL, o que a torna frágil e vulnerável às incertezas do mercado contemporâneo.

Ao se analisar as experiências da COOPAMSP, SICOOB Sertão e COOPERAFIS, percebe-se que, ao contrário da COMASFE, emergem da mobilização social a partir das demandas da comunidade local, ou seja, de “baixo para cima”, e buscam fortalecer e ampliar suas atividades por meio de parcerias com instituições da sociedade civil organizada e governamentais, conforme Quadro 10. Outra questão

⁸¹ Entrevista concedida à autora em 30 de abril de 2010.

interessante intrínseca às estratégias de ações dessas cooperativas se refere à diversificação de mercado, posto que estabelecem relações de comercialização com diversas empresas em âmbito regional e nacional.

| Cooperativa | Ponto de partida | Destino (produção e/ou serviço) |
|---|--|--|
| COOPAMSP (produtos lácteos) | Associação de agricultores - (APAMSP) | Estado de São Paulo |
| SICOOB Sertão (crédito rural) | Mutirão+CEBs Rede Pintadas + ASCOOB + MOC + BNDES + prefeitura | Comunidades de Pintadas, Capela do Alto Alegre, Ipirá e Várzea da Roça |
| COOPERAFIS (artesanato) | MOC/APAEB/MDA/ ADS/SEBRAE sociedade civil org. + governo | Brasil |
| COMASFE (mandioca) | INAM/CEPED (governo federal/estadual) | COBAL (empresa) |

QUADRO 10 – Comparativo da estrutura de diferentes cooperativas segundo produção, origem e mercado consumidor. Fonte: Araújo (2007); Velloso (2007); Pereira (2008); Martins & Passador (2009). Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Nota-se que os diferenciais apresentados, tanto no processo de fundação como no destino da produção, nas cooperativas de sucesso mencionadas em relação à COMASFE ratificam a importância da mobilização social, no sentido de se criar organizações sociais bem-sucedidas, e da diversificação de mercado.

É importante destacar que o fato dos processos de fundações da COOPAMSP, SICOOB Sertão e COOPERAFIS terem partido da própria comunidade foi imprescindível para a consolidação e expansão, pois esse tipo de processo estimula a participação efetiva, a gestão democrática, o sentimento de pertencimento, a busca de conhecimentos, a ajuda mútua e o trabalho coletivo, elementos essenciais para o sucesso de qualquer organização social.

Desse modo, a ausência desses elementos na dinâmica da COMASFE tornou-a insustentável e, em 2002, suas ações foram paralisadas, dando início a sua terceira fase, que se estendeu até 2004. Esse período (2002-2004) foi assinalado pela ausência de atividades, quer sejam nas instalações da cooperativa, quer sejam nos âmbitos administrativos e jurídicos.

Contudo, em 2005 iniciou-se um processo que visa o retorno de suas atividades, já que, apesar dos impasses que emergiram no decorrer de sua atuação, a

COMASFE proporcionou um grande impacto na história da agricultura local. Portanto, ainda está muito presente na memória dos associados que demonstraram, nos relatos obtidos nos grupos focais e nas entrevistas, bem como nos resultados dos questionários, a importância dessa organização para melhoria de suas condições de vida e o desejo de reativá-la.

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMASFE E SEUS COOPERADOS NO CENÁRIO ATUAL

Como aludido anteriormente, a COMASFE está desativada desde 2002 e sua sede se encontra em total estado de abandono, conforme observa-se nas Fotografias 6 e 7. No entanto, em janeiro de 2005, após reunião, os associados decidem reativá-la, fato que assinala sua quarta, e atual, fase. Tal processo vem se desdobrando em reuniões com cooperados, averiguação da situação da cooperativa nos órgãos competentes (Receita Federal, Receita Estadual, OCEB, entre outros), busca de parcerias, levantamento dos sócios e contato com a OCEB no sentido de obter orientações a respeito das medidas mais cabíveis no momento.



FOTOGRAFIA 6 – COMASFE: estrutura física interna e equipamentos em estado precário. Fonte: Acervo pessoal/Pesquisa de campo, 2010.



FOTOGRAFIA 7 – Depósito da COMASFE degradado. Fonte: Acervo pessoal/Pesquisa de campo, 2010.

O levantamento dos sócios foi realizado no período de outubro a novembro de 2009 com o objetivo de localizar os cooperados para regularização da documentação da cooperativa e revitalização de suas atividades. Esse trabalho foi desenvolvido seguindo orientações da OCEB e com a participação de dois representantes da Secretaria de Agricultura do Município, uma moradora da comunidade do Sapezinho e uma associada, segundo dados da Secretaria de Agricultura do Município de São Felipe (2010).

Durante a pesquisa, percebeu-se que um dos grandes desejos dos associados e não-associados refere-se à reativação da COMASFE. Essa assertiva pode ser ilustrada pelo posicionamento de Luciana Marques Rodrigues, residente da comunidade do Terrão: “como seria bom se aquela cooperativa funcionasse de novo. Eu já raspei muita mandioca ali. Eu sei que ela trabalhando vai ajudar muito no sustento das pessoas, vai melhorar nosso produto e dar emprego aos jovens que não têm o que fazer⁸²”.

O associado Manoel Bispo também ressalta que:

Seria uma beleza se a cooperativa voltasse a funcionar, porque ali eu considero uma mãe, matou a fome de muita gente. Não posso trabalhar mais, mas tem os jovem, que não têm trabalho. A cooperativa ajudou muito, levantou o astral de muita gente, hoje quando vejo desativada raso os olhos d'água. Eu morava de arrendei, morava em casa de taipa e hoje tenho meu pedacim de terra⁸³.

O cooperado Antonio de Jesus Brás, por sua vez, demonstra seu interesse pelo retorno das atividades da COMASFE no seguinte relato:

É uma vontade minha que aquela cooperativa volte a funcionar, porque eu sinto falta. Eu achava que quando ela tava funcionando a situação pra todos nós associado ou não era melhor, pelo menos a gente já tinha um lugar certo pra nosso produto, não dependia de fulano, nem de sicrano dizer: “eu só pago tanto, é tanto”. Tinha nosso preço certo, era uma tabela, nós tinha aquela liberdade de ali mesmo fazer a farinha e ali mesmo vender. Então, ela fez falta⁸⁴.

⁸² Resposta ao questionário emitido pela autora em mar/2010.

⁸³ Resposta ao questionário emitido pela autora em mar/2010.

⁸⁴ Entrevista concedida à autora em 24 de fevereiro de 2010.

Esses pareceres apontam impressões que corroboram a importância da COMASFE para a melhoria das condições de vida dos moradores locais ao lembrar seus benefícios e, ao mesmo tempo, enfatizar o pesar de sua falta. Assim, a maioria dos associados (92%) tem interesse na reativação da COMASFE. Em relação aos não-associados, a maior parte (82,5%) também deseja sua reativação, como se pode verificar no Gráfico 8.

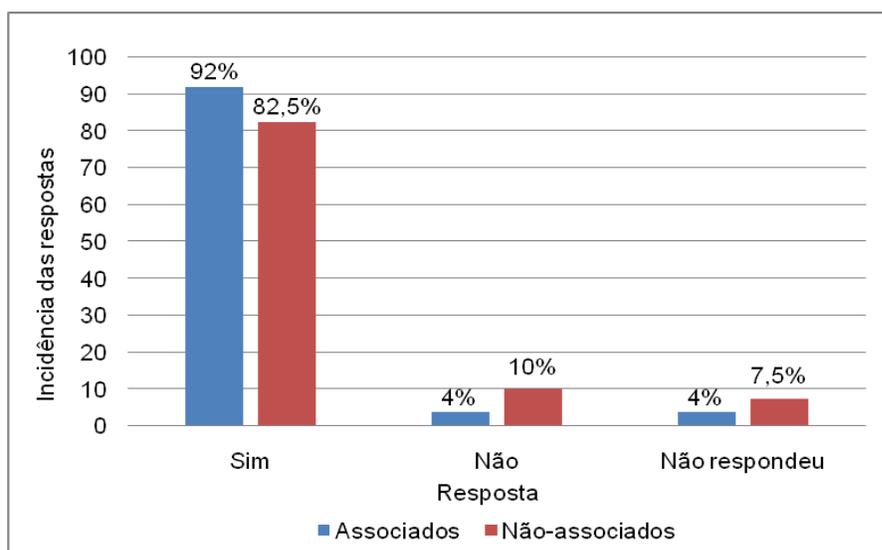


GRÁFICO 8 – São Felipe: interesse na reativação da COMASFE, segundo associados e não-associados - 2010. Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Ainda nesses parâmetros, questionou-se aos não-associados acerca da possibilidade de se tornarem sócios da COMASFE, caso ela volte a funcionar. E os resultados revelaram que 55% se associariam, conforme Tabela 8. Esses dados denotam que tanto os associados como os não-associados reconhecem a relevância da cooperativa para a melhoria da qualidade de vida.

TABELA 8

São Felipe: possibilidade dos não-cooperados se associarem a COMASFE - 2010

| Possibilidade de não-cooperados se associarem | Número de Respostas | Número de Respostas % |
|---|---------------------|-----------------------|
| Sim | 22 | 55 |
| Não | 11 | 27,5 |
| Não responderam | 7 | 17,5 |
| Total | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Dos membros da COMASFE entrevistados, 64% afirmaram que continuariam no quadro de sócios, 32% explicitaram que desejam muito a reativação da cooperativa, todavia não podem mais trabalhar e apenas 4% não têm intenção de continuar vinculados a tal empreendimento. Percebe-se que, apesar do expressivo número de associados e não-associados interessados na reativação da cooperativa, são poucos os envolvidos diretamente nas atividades práticas inerentes ao processo (uma sócia e uma moradora da localidade do Sapezinho). No entanto, quando convocados para reuniões, a participação é representativa, o que deixa transparecer certo comodismo e a falta de real interesse.

Além dos cooperados e não-cooperados, residentes na área de atuação da COMASFE, a Secretaria de Agricultura do Município mostrou-se empenhada na reativação da cooperativa. Tal entidade já colaborou participando do levantamento dos sócios, abordado anteriormente, e acompanhando os interessados à OCEB a fim de adquirir informações e orientações necessárias para a agilidade do processo. Simone Soares Batista de Jesus sintetiza o interesse dessa secretaria:

O desenvolvimento da cooperativa é um dos objetivos da secretaria de agricultura, para que a gente possa explorar mais os nossos produtos no município, estar levando nossos produtos para outras cidades, para capital, para outros países, é uma coisa que a gente tem vontade, e com isso a gente sabe que vai melhorando cada dia a vida do pequeno produtor, que não é fácil. O pequeno produtor trabalhando isoladamente fica muito difícil, a gente tem, a gente vê essas experiências no município, então quando eles trabalham em cooperativas tudo fica mais fácil, eles vão ter vozes. A secretaria está disposta a estabelecer parcerias com os cooperados para colaborar no que for necessário⁸⁵.

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe e do poder público municipal, ao serem entrevistados, também abordaram a relevância do retorno das ações da cooperativa para o desenvolvimento do município e manifestaram interesse em estabelecer parcerias. Para Manoel Bomfim de Andrade Santos, representante do STR,

A COMASFE é um caminho para o desenvolvimento do município, porque é um meio de organizar o trabalhador rural na comercialização

⁸⁵ Entrevista concedida à autora em 25 de fevereiro de 2010.

de seus produtos e na plantação, colaborando com assistência técnica para que ele possa aumentar a produtividade e produzir com qualidade e obter, assim, meios de competir no mercado. Dessa forma, a cooperativa e o município se desenvolvem, porque as dificuldades do pequeno produtor são muitas⁸⁶.

O apoio da Secretaria de Agricultura do Município, do STR e do poder público municipal é fundamental no processo de reativação da referida cooperativa, já que essas parcerias podem resultar no fornecimento cotidiano de informações, principalmente sobre os procedimentos para regularização da documentação e busca de outras parcerias, assim como propiciar infraestrutura para desenvolvimento de atividades e para a realização de cursos de capacitação, entre outros.

No contexto dessa discussão, cabe destacar que as causas que estimularam agricultores familiares do município de São Felipe a participarem de uma iniciativa que visava o desenvolvimento local, a COMASFE, 30 anos depois ainda se estabelecem como os maiores obstáculos vivenciados por esse segmento na área de ação dessa cooperativa, conforme Quadro 11. As considerações feitas pelos membros da COMASFE confirmam que essa realidade se efetua, especialmente, devido à paralisação das atividades da cooperativa e da ausência de estratégias de desenvolvimento direcionadas para o pequeno produtor.

| Dificuldades do pequeno produtor | Número de respostas Cooperados | Número de respostas Não-cooperados |
|--|--------------------------------|------------------------------------|
| Desvalorização dos produtos agrícolas/baixos preços | 35 | 32 |
| Dificuldade na comercialização de seus produtos | 33 | 29 |
| Falta de oportunidade de trabalho | 11 | 10 |
| Falta ou limitação de terra para o plantio | 10 | 11 |
| Insuficiência ou inexistência de assistência técnica | 9 | 11 |
| Dificuldade de acesso a financiamentos e créditos rurais | 7 | 9 |
| Outros | 7 | 3 |
| Dificuldade de acesso a cursos de capacitação | 4 | 1 |

QUADRO 11 – São Felipe: principais dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor nas comunidades que constituem a área de abrangência da COMASFE, segundo cooperados e não-cooperados - 2010. Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Corroborando com esse debate, Anatório Mota de Oliveira, sócio da cooperativa, afirma: “a gente tem dificuldade de levar nosso produto pra feira e tem que

⁸⁶ Entrevista concedida à autora em 29 de março de 2010.

ficar adulando os intermediários. A gente tem que vender o preço que eles quiser e a gente é obrigado a vender, porque não tem outro jeito”⁸⁷. Anatório ainda destaca que

Se a cooperativa tivesse funcionando a farinha não tava aí que nem tá, não. E a gente tinha mais vontade pra trabalhar. Já me deu desgosto até de largar a enxada, eu já não larguei porque eu não tenho outra vida, mas pra ficar nessa vida que a gente tá aí morrendo de trabalhar e a mercadoria da gente sem valor de nada. Eu plantei uma roça esse ano e eu não comprei uma camisa, o dinheiro que eu fiz na roça não deu para comprar a formicida que eu gastei, porque isso aí fechou, se isso aí tivesse funcionando não tava ai nessa situação que tá hoje. E, eu vou dizer, ela não foi bom só pra os sócios não, foi pra todo mundo, pra todo município.

As ponderações desse cooperado atentam para três grandes problemas que transitam o cotidiano do agricultor familiar na área de abrangência da COMASFE, que certamente são comuns a todas as localidades do município de São Felipe e de tantos outros, a saber: baixa autoestima, dificuldade de comercialização e desvalorização dos produtos. As dificuldades na negociação da produção podem ser comprovadas nas respostas dos cooperados e não-cooperados quando questionados a respeito do local de venda de sua produção, as quais demonstram que a maioria mantém relações comerciais com os atravessadores, como se pode averiguar no Quadro 12.

| Local de venda da produção | Associados Número de respostas | Não-associados Número de respostas |
|-----------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|
| Residência (atravessador) | 37 | 33 |
| feira livre da cidade | 16 | 11 |
| Outros | 5 | 3 |
| feira livre de outra cidade | 2 | 2 |

QUADRO 12 – São Felipe: local de venda da produção, segundo associados e não-associados da COMASFE - 2010. Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

É perceptível que os problemas no espaço rural contemporâneo ainda são suscetíveis de preocupações, pois têm conduzido grande parcela da população a sobreviver em condições precárias. Não se pode afirmar que as dificuldades presentes no meio rural atual se efetuem com a mesma intensidade do passado, em contrapartida

⁸⁷ Entrevista concedida à autora em 08 de março de 2010.

pode-se assegurar que as demandas nesse espaço ainda são muitas e exigem propostas de desenvolvimento eficientes. Buainain *et al* (2003) alerta que, apesar de todas as mudanças ocorridas e das oportunidades perdidas, ainda se faz necessário no país, como condição para a eliminação da pobreza e de suporte essencial a um processo de redistribuição da renda, um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar.

Nessa perspectiva, o Secretário de Agricultura do Município de São Felipe, Manoel Bomfim Barbosa Reis, contribui com essa reflexão sinalizando um caminho viável nessa dimensão:

Hoje em dia não pode, de forma nenhuma, desenvolver a agricultura, principalmente a agricultura familiar, sem que haja o cooperativismo, onde os produtores analisam toda sua produção com a cooperativa e ali a cooperativa consegue, inclusive, mercados com melhores preços, favorecendo assim os pequenos agricultores ⁸⁸.

Desse modo, a sociedade civil e notadamente os agricultores familiares precisam compreender a importância e o poder da organização, pois, como ressalva Silva (2001), a falta de organização social tem se tornado um dos grandes obstáculos das populações rurais. Nesse sentido, faz-se necessário mencionar que as experiências de comunidades que conseguiram ultrapassar os limites da pobreza e da desigualdade social são oriundas da sociedade organizada. Tal assertiva pode ser ratificada pelos exemplos de cooperativas de sucesso destacados neste trabalho, uma vez que possibilitaram mudanças em prol de uma vida melhor em alguns municípios brasileiros.

Enfatizando-se a questão da participação social, os cooperados afirmaram que após o encerramento das atividades da COMASFE, não estabeleceram vínculos com outras entidades dessa natureza. No entanto, é importante abordar que a maioria dos cooperados (84%) participa atualmente de alguma organização, seja associação, partido político, sindicato, grupo de igreja ou pastoral, conforme Tabela 9.

⁸⁸ Entrevista concedida à autora em 25 de fevereiro de 2010.

TABELA 9
São Felipe: presença dos cooperados da COMASFE e não-cooperados em organizações da sociedade civil - 2010

| Presença em organizações da sociedade civil | Cooperados | | Não-cooperados | |
|---|------------|-----|----------------|------|
| | Nº | % | Nº | % |
| Participam de um só grupo | 28 | 56 | 15 | 37,5 |
| Participam de dois grupos | 11 | 22 | 14 | 35 |
| Não participam | 8 | 16 | 11 | 27,5 |
| Participam de três grupos | 3 | 6 | - | - |
| Total | 50 | 100 | 40 | 100 |

Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Ao se comparar o engajamento político dos associados com o dos não-associados, verifica-se que os não-associados apresentam uma participação menor em organizações da sociedade civil (72,5%), de acordo com a Tabela 9. Acredita-se que essa ocorrência seja fruto da experiência de organização social dos cooperados, visto que os resultados dos grupos focais e das entrevistas revelaram o reconhecimento deles no que tange à importância da organização e participação social no processo de integração socioeconômica do pequeno produtor.

Nesse contexto, torna-se crucial ressaltar a concepção de associados sobre o conceito de cooperativa. Percebe-se que as concepções, apresentadas no Quadro 13, demonstram a ideia de que os membros da COMASFE estão embasados num espírito coletivo, valorizando a união como elemento essencial para a constituição de uma cooperativa, chegando inclusive a comparar uma cooperativa com uma família. Ademais, definem cooperativa como uma estratégia de melhorias das condições de vida do agricultor familiar. É nessa categoria de cooperativa como um grupo de indivíduos com objetivos comuns, que valorizam o trabalho coletivo e a ajuda mútua que estão as respostas de 41 dos 50 cooperados entrevistados.

| | |
|--|---|
| Cooperativa como um grupo de pessoas com objetivos coletivos, no qual a união é imprescindível | “Cooperativa é um órgão competente para as pessoas se associarem, para reunir um grupo de pessoas que tem o mesmo interesse, e ai trabalharem em grupo e ai torna-se uma cooperativa. Cooperativismo quer dizer unir as pessoas na comunidade para trabalhar ao todo com o mesmo interesse”. (Associada residente na comunidade do Pequi) |
| | “É um lugar que trabalha unido e tudo fica mais fácil”. (Associado residente na comunidade da Fazenda Velha) |
| | “É a reunião das famílias para trabalhar através da união”. (Associado residente na comunidade do Cangalheiro) |
| | “A cooperativa pra mim é uma família”. (Associada residente na comunidade do Retiro) |
| | “É a gente mesmo que faz a cooperativa, um ajudando o outro, aí o município vai pra frete”. (Associada residente na comunidade do Terrão) |
| | “Uma cooperativa é tudo. Um lugar que se tiver união se consegue tudo”. (Associado residente na comunidade do Sapezinho) |
| Cooperativa como uma alternativa de melhorias das condições de vida do pequeno produtor | “É uma ajuda pra os fracos, pra quem não tem nada, uma coisa boa pra o município”. (Associada residente na comunidade do Retiro) |
| | “É um patrimônio pra ajudar as pessoas mais carentes do município”. (Associado residente na comunidade da Fazenda Velha) |
| | “É um órgão que beneficia o povo de baixa renda, o povo pequeno”. (Associado residente na comunidade do Cangalheiro) |
| | “É um meio de atender e ajudar a comunidade, principalmente os agricultores familiar”. (Associado residente na comunidade da Jaqueira) |
| | “É uma reunião de pessoas que procura os benefício pra o povo da roça”. (Associado residente na comunidade do Sobradinho) |
| | “Uma cooperativa é um ambiente familiar que tem os meios de apoiar o pequeno produtor, com a união do povo”. (Associado residente na comunidade do Sapezinho) |

QUADRO 13 – Concepções de membros da COMASFE sobre o que é uma cooperativa
Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

É relevante abordar que, segundo depoimentos dos próprios cooperados, citados anteriormente, na época de funcionamento da COMASFE, eles, em sua maioria, não compreendiam o que era uma cooperativa. Todavia, atualmente, apesar da grande parte afirmar não conhecer os princípios cooperativistas, tem concepções amplas de cooperativa, que, inclusive, envolvem esses princípios.

Neste debate, vale frisar duas questões importantes acerca da vida atual do cooperado: ocupação e renda. Em relação à ocupação atual, constatou-se que a maior parte dos cooperados trabalha na roça, são aposentados ou diaristas, conforme Quadro 14. Salienta-se que 50% dos sócios aposentados afirmaram que, mesmo na condição de aposentado, ainda trabalham na roça, justificando que o salário é baixo, logo não cobre as despesas, ou que, em virtude do costume e/ou gosto pelo trabalho, não conseguem abandonar as atividades.

| Ocupação dos cooperados | Número de respostas |
|-------------------------|---------------------|
| Trabalham na roça | 30 |
| Aposentados | 26 |
| Diaristas | 11 |
| Desempregados | 6 |

QUADRO 14 – São Felipe: ocupação dos cooperados - 2010.

Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Tratando-se da renda, nota-se que sofre influência direta dos problemas vivenciados pelo pequeno produtor, sobretudo a falta de valorização de seu produto e de oportunidades de comercialização. Desse modo, ao se questionar acerca da atual renda dos cooperados, verificou-se que 62% revelaram receber um salário mínimo, 24% menos de um salário e apenas 4% recebem dois salários, conforme Gráfico 9.

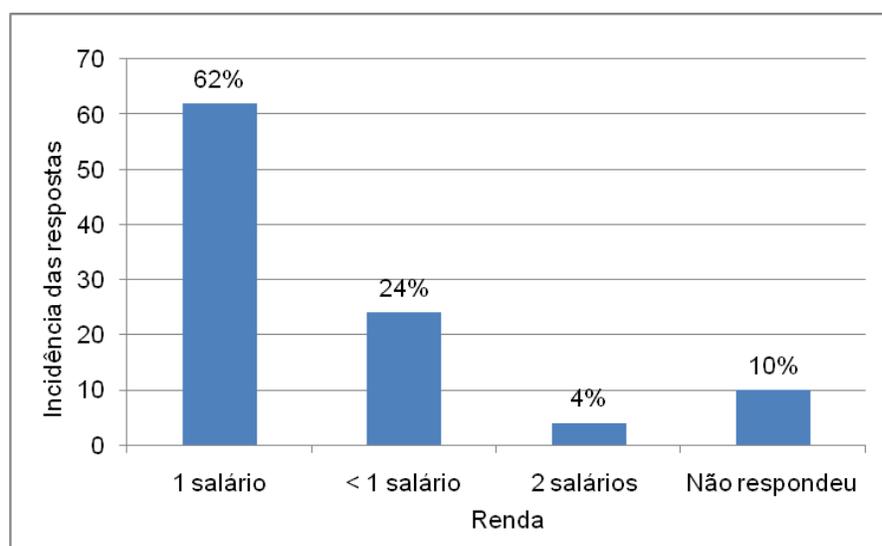


GRÁFICO 9 – São Felipe: renda dos cooperados - 2010. Fonte: Trabalho de campo, 2010. Elaboração: Gilvânia Nunes Chaves.

Nessa perspectiva, é importante sublinhar que a maior parte da renda equivalente a um salário mínimo (52%) é oriunda de benefícios previdenciários, posto que 26 dos sócios entrevistados são aposentados, como se pode observar no Quadro 14. Assim, pode-se concluir que apenas 14% dos cooperados que não são aposentados recebem entre um e dois salários mínimos. Cabe pontuar que os diaristas recebem em média R\$ 400,00 por mês, considerando aqueles que conseguem trabalho para todos os dias úteis da semana.

Depoimentos obtidos nos grupos focais e nas entrevistas, mencionados nesse debate, demonstram que, quando a COMASFE estava em atividade, na fase de maior dinamismo, a “renda dos cooperados era maior do que a atual”, justificando que “tinha trabalho pra muita gente e que o produto do agricultor familiar tinha mais valor”.

Os resultados da pesquisa, realizada com grupos sociais relevantes, elucidam que a COMASFE gerou implicações socioeconômicas no cotidiano de uma população carente, cuja condição financeira não era capaz de suprir suas necessidades elementares. Ademais, apontam a incidência de impasses na dinâmica dessa organização, que a tornou frágil e incapaz de continuar colaborando com o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento econômico capitalista, ainda hegemônico, concentra seus esforços no crescimento do Produto Interno Bruto, omitindo-se diante dos intensos desequilíbrios sociais e econômicos que atingem a maior parcela da população. Nesse contexto, observa-se a emergência de novas estratégias de desenvolvimento, a exemplo da proposta de desenvolvimento local que prioriza a participação da sociedade civil com o intuito de atender às demandas sociais percebidas pela própria comunidade.

Nessa perspectiva, pensar o cooperativismo como um mecanismo de desenvolvimento local, importante e necessário na sociedade contemporânea, permite refletir sobre as consequências da crise socioeconômica que se agravam a cada dia, especialmente as relacionadas ao crescente desemprego e a precarização das condições de trabalho e, ao mesmo tempo, perceber que a organização social é uma estratégia viável, ao passo que pode ser capaz de amenizar os efeitos oriundos do sistema econômico neoliberal.

Desse modo, o cooperativismo emerge, no cenário mundial, em reação às adversidades desse modelo de desenvolvimento que fomenta a competitividade no sistema de produção, circulação e comercialização de mercadorias, tornando a competição cada vez mais acirrada e concentrada nos grandes monopólios. Diante de tais questões, a prática cooperativista vem constituindo-se, em alguns casos, como uma forma alternativa de desenvolvimento que busca valorizar, sobretudo, as potencialidades locais - humanas, naturais, culturais, sociais e/ou econômicas - e, assim, inserir-se num mercado cada vez mais competitivo.

É perceptível que diversos municípios em todo o mundo, inclusive no Brasil, buscam a inclusão socioeconômica de milhares de pessoas por meio de organizações cooperativistas. Com tal propósito organizou-se, em 1980, no município de São Felipe a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe, que, segundo os cooperados e demais agentes sociais entrevistados, contribuiu para o desenvolvimento local, já que promoveu algumas transformações socioeconômicas significativas, no que

tange à: geração de trabalho e renda; melhoria da produção e comercialização da farinha da mandioca, alimentação e habitação; valorização da mandioca e de seus derivados; ampliação do conhecimento; e ao fortalecimento da integração social e autoestima dos agricultores familiares, entre outros aspectos.

O discurso dos associados à COMASFE é unânime em afirmar a importância dessa entidade na promoção de mudanças que fortaleceram a agricultura local. Ao tratar da COMASFE, lembram as dificuldades vivenciadas antes de sua criação e, ao mesmo tempo, ressaltam as melhorias nas suas condições de vida a partir das ações desenvolvidas por essa entidade e a relevância do retorno de suas atividades.

Os elogios tecidos pelos agentes sociais envolvidos na pesquisa à COMASFE e o desejo de reativá-la mostram o alcance da experiência que, apesar de estar a mais de oito anos desativada, ainda continua muito viva na memória dos cooperados e não-cooperados. Fato interessante é que em momento algum os associados se denominaram ex-associados, pois, comumente, quando unidades dessa natureza permanecem inativas por um dado período os associados deixam de se considerarem sócios. Assim, afere-se que os associados estabeleceram um vínculo com a referida cooperativa, elucidando sua importância para eles. Salienta-se que, no âmbito legislativo, até o momento em que a cooperativa não for extinta dos órgãos aos quais se vincula, todos aqueles que constituem seu quadro social ainda são sócios, mesmo que suas ações estejam paralisadas.

Como foi abordado, a primeira fase da dinâmica da COMASFE, que durou dez anos (1980-1990), foi marcada por ações que implicaram em resultados satisfatórios. No entanto, a partir do início da década de 1990 se desdobrou a segunda etapa, que se caracteriza pela emergência de alguns impasses, os quais fomentaram a insustentabilidade da cooperativa. Conforme o discutido, pode-se afirmar que o declínio desse empreendimento é fruto, sobretudo, de seu processo de fundação, cuja iniciativa parte de “cima para baixo”, do fato da cooperativa estabelecer relações comerciais exclusivamente com a COBAL e das heranças culturais autoritárias, individualistas e paternalistas ainda marcantes na sociedade brasileira.

No conjunto dos impasses que determinaram a paralisação das atividades da cooperativa em análise, torna-se relevante pontuar que grande parte de seu sucesso

estava atrelado à COBAL, única empresa a adquirir sua produção e fonte exclusiva de ligação com o mercado consumidor, criando-se uma relação de dependência. Logo, com a extinção da COBAL, a organização dos produtores rurais imergiu num declínio de suas atividades produtivas que culminou, por extensão, na sua paralisação. Pelo que se pode perceber, não houve uma preocupação por parte dos seus gestores em buscar alternativas diversificadas para o escoamento da produção tendo em vista às incertezas intrínsecas ao mercado. Esse fato pode envolver questões relacionadas à ausência ou pouco conhecimento acerca de aspectos administrativos e/ou econômicos da equipe gestora, falta de instrução e experiência da maioria dos cooperados, entre outros.

Percebe-se que, diante das rápidas mudanças inerentes ao sistema econômico global, a sustentabilidade de qualquer cooperativa está atrelada à diversificação da produção e do mercado, uma vez que lhes fornecem alternativas diante de determinadas situações, a exemplo da extinção ou decadência de dado mercado e/ou desvalorização de determinada mercadoria. Desse modo, no conjunto das ações desenvolvidas em prol da reativação da COMASFE, faz-se necessário incluir um estudo de viabilidade econômica e de possibilidades de mercados.

Aliada à dependência de comercialização constituída com a COBAL, outros percalços dificultaram a atuação da COMASFE. Com base no posicionamento dos entrevistados, especialmente dos associados, pode-se elucidar que dentre os impasses que determinaram a atual situação da cooperativa estão: má administração, que nesse caso envolve, notadamente, concentração das decisões, falta de transparência e improbidade de membros de equipes gestoras, combinada ao individualismo, baixo nível de instrução, ausência de participação efetiva e carência de sentimento de pertencimento da maioria dos cooperados.

De acordo com as análises e correlações efetivadas, pode-se afirmar que a ocorrência de grande parte desses entraves deve-se, principalmente, ao fato da COMASFE não ter surgido de uma ideia da comunidade local e das heranças culturais que impedem a gestão democrática, o espírito de coletividade e a emergência de lideranças capazes de mobilizar espaços de cidadania, bem como criar pontes entre a

sociedade civil e os setores público e privado a fim de identificar oportunidades para o desenvolvimento local.

Toda unidade cooperativa deve ter como princípio a realização de suas ações através de uma gestão democrática e participativa; porém, como foi evidenciado, especialmente por meio de depoimentos, essa condição não foi experienciada pela COMASFE. Assim, comportamentos e ações autoritárias e concentradas findaram cooptando a participação efetiva dos sócios e criando espaços de participação onde as propostas não eram discutidas, mas apenas homologadas, constituindo-se em meros espaços formais. Esses fatores impossibilitaram o fortalecimento do espírito coletivo e do sentimento de pertencimento dos integrantes da cooperativa.

Para desenvolver experiências cooperativistas que reconheçam a pluralidade dos associados e os considere como protagonistas do processo, torna-se importante uma gestão consciente da responsabilidade social e apta para o diálogo e para a transparência. Além disso, é preciso investir na educação de seus cooperados, visto que a carência de conhecimento dificulta a participação como agente e ator do processo social.

Nunca é demais lembrar que a ajuda mútua, a solidariedade e o espírito de coletividade são valores basilares do cooperativismo. Todavia, tais princípios não se afirmaram na COMASFE, resultando no seu declínio em decorrência da sobreposição do individualismo. Percebe-se que o sistema capitalista vem sustentando a constituição de uma sociedade cética no trabalho coletivo, sendo necessária uma mudança social, que implica na desconstrução da cultura individualista, ainda presente em muitas organizações sociais. Tal mudança exige um processo educativo a longo prazo, pois requer modificações de comportamentos, valores e atitudes.

Convém destacar que o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - órgão executor do Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca que deu origem a cooperativa - desenvolveu um trabalho de ação comunitária, visando a conscientização sobre os valores cooperativistas e a motivação à participação no projeto, por um período de dois anos. Contudo, apesar dessa atividade, práticas adversas aos pressupostos do desenvolvimento local e aos princípios que norteiam o sistema cooperativista

continuaram a influenciar a dinâmica da COMASFE, uma vez que a incorporação do espírito cooperativista implica num processo de mudança cultural que demanda tempo.

Nesse contexto, cabe salientar que, embora os cooperados e não-cooperados, em sua maioria, tenham demonstrado interesse e desejem sua reativação, são poucos os que estão se mobilizando para a efetivação dessa vontade comum. Na atualidade, além do interesse sinalizado pelos entrevistados em geral e os depoimentos de significativa parcela dos sócios também revelarem uma visão abrangente acerca da concepção de cooperativa e dos princípios cooperativistas, a maioria não participa ativamente do processo de reativação, colocando-se na posição de telespectadores, ao invés de assumirem os papéis de protagonistas.

Nessa perspectiva, emergem alguns questionamentos: por que a maioria dos cooperados hesita em se organizar e mobilizar-se para reativar a cooperativa? Por que a participação da grande maioria dos associados no processo de reativação da COMASFE se limita a participação em reuniões? Será que, apesar de conhecerem os pressupostos e princípios cooperativistas, não estão capacitados para mobilização?

Os dados e informações coletados na pesquisa de campo não permitiram elucidar todos os questionamentos levantados, porém apontaram indícios de que a cultura paternalista ainda impera, configurando-se em um dos fatores preponderantes para a reduzida mobilização dos cooperados. Depreende-se que o condicionamento às iniciativas governamentais e/ou de terceiros pode ter sido acentuado pela intervenção de agentes externos no processo de criação da COMASFE, os quais além de fundar a cooperativa lhes inserem num mercado.

Assim, tais condições podem ter gerado certo comodismo na maioria dos associados, que estão à espera do surgimento de um “salvador da COMASFE”, o qual além de assumir o processo de reativação da organização deve ser capaz de lhes conseguir um mercado. Os depoimentos dos sócios são unânimes em ressaltar a necessidade de um mercado, como a COBAL, para que a cooperativa retome suas atividades. Dessa forma, o esclarecimento dessas questões carecem de maior aprofundamento no sentido de entender os entraves colocados no processo de reativação da cooperativa e, a partir disso, suscitar possíveis alternativas para sua superação.

Diante dessa situação, pode-se afirmar que, no momento, faz-se imprescindível a realização de programas e medidas socioeducativos com o objetivo de possibilitar a compreensão a respeito dos riscos da dedicação ao monocultivo e estimular a necessidade da diversificação da produção e do mercado, bem como a mobilização social a fim de que os sócios apreendam a proeminência de sua participação efetiva na reativação da cooperativa e abracem decisivamente os rumos do processo.

As experiências de cooperativas bem-sucedidas referenciadas neste trabalho demonstram a importância de iniciativas de organizações sociais emergirem dos anseios da própria comunidade a partir das carências sociais percebidas pelos moradores. Tais experiências se alicerçam nas premissas do desenvolvimento local e dos princípios cooperativistas que primam pela formação de empreendimentos cooperativos a partir da organização social.

No intuito de obter resultados satisfatórios no que concerne a COMASFE, os cooperados e não-cooperados interessados na sua reativação precisam se mobilizar e estabelecer contatos e parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretarias de Agricultura municipal e estadual, prefeitura, outras cooperativas e associações da região, para juntar forças na busca de estratégias eficientes de geração de trabalho, renda e cidadania por meio do incentivo à produção diversificada, do resgate ao conhecimento tradicional e da autoestima. Dessa forma, o processo de reativação da cooperativa precisa ser norteado pelos princípios cooperativistas. Para tal, torna-se importante, inicialmente, um trabalho de “enfrentamento” à persistência das heranças culturais autoritárias, individualistas e paternalistas para que, assim, “renasça” uma cooperativa sustentável.

À luz dessas discussões, percebe-se a necessidade de reflexões acerca dos impasses responsáveis pelo fracasso da COMASFE com o propósito de que sejam banidos ou minimizados para que, assim, possam “reconstruir” uma organização democrática e apta a atender as demandas econômicas de seus membros, bem como integrá-los socialmente. Ademais, a análise das experiências de cooperativas de sucesso existentes tem preponderante papel nesse sentido, posto que tais reflexões permitem avaliar as possibilidades e os limites do cooperativismo. Portanto, espera-se que as experiências exitosas sirvam de exemplo, alcançando um efeito multiplicador.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. C. A. Participação cidadã nas políticas públicas. In: Fundação Konrad Adenauer. HERMANNNS, K. (Org.). **Participação cidadã**: novos conceitos e metodologias. Fortaleza: expressão Gráfica e Editora, 2004, p. 15-60.

ALMASSY JÚNIOR, A. A. *et al.* **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/portal/index.php/cursos-de-graduacao/196>>. Acesso em: 15 jul 2009.

ALVES, A. P. **Cooperativismo**: arte & ciência. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2002.

AQUINO, J. R. de ; SANTOS, R. F. dos. Novos desafios para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nordestina. **Raízes**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande/PB, v. 21, n. 01, p. 137-147, jan./jun. 2002.

ARAÚJO. S. da S. **Educação e desenvolvimento sustentável**: concepção e práxis da gestão e autogestão de experiências cooperativistas no semi-árido baiano. 2007. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/d086c43daf01071b03256ebe004897a0/c79422c560b6966d83257411007a5212/\\$FILE/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20desenvolvimento.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/d086c43daf01071b03256ebe004897a0/c79422c560b6966d83257411007a5212/$FILE/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20desenvolvimento.pdf)>. Acesso em: 02 mai 2010.

ATLAS DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>>. Acesso em: 09 jan 2009.

BAIARDI, A.; ARAÚJO, J. S. M. de. A emergência do capital social no ambiente rural do estado da Bahia: estudo de casos significativos. In: XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 2005. v. 1. p. 237-260. **Anais...**

BAHIA. **Lei Nº 11.362, de 26 de janeiro de 2009**. Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/231135/lei-11362-09-bahia-ba>>. Acesso em: 06 ago 2009.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo-Território. **Revista de Geografia Agrária**. V. 1, N. 2, P. 123-151, Ago/2006. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/Geografia/artigos/agricultura/mod_agricola.pdf>. Acesso em: 01 maio 2009.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BENKO, G. Globalização e organização econômica do Território. In: _____. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. Tradução Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 67-86.

BIANCHINI, V. Estratégias para o desenvolvimento rural. In: In: SILVA, J. G. da. **et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. p. 71-108.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm> Acesso em: 02 jul 2009.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BUAINAIN, A. *et al.* Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**. Porto Alegre/RS, ano. 5, nº 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA - PCT – INCRA/IICA, 1999.

BULLA, L. C.; LEAL, M. L. M. A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representação democrática. **Revista Virtual**

Textos & Contextos, nº 3, ano III, p. 1-13, dez./2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/973/753>>. Acesso em: 06 abr 2009.

CANÇADO, A. C. **Incubação de cooperativas populares** : metodologia dos indicadores de desempenho. Palmas-TO: NESol; UFT, 2007.

CARDOSO, G. C. de C. O paradigma de desenvolvimento adotado pelo estado brasileiro: do intervencionismo econômico-quantitativo dos anos 1930 ao princípio da sustentabilidade dos anos 1990. In: _____. **A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa: editora Universitária - UFPB, 2007. p. 79-116.

CARNEIRO, W. M. A. **Pluriatividade na agricultura familiar**: o caso do pólo de desenvolvimento de agronegócio Cariri cearense. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ETENE, 2008.

CARVALHO, T. G. de. **Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia**. Relatório de Ação Comunitária. Sapezinho - São Felipe/BA. INAN/CEPED/PROAGRO, 1982.

CASTRO, R. Conselhos municipais para o Desenvolvimento Sustentável no meio rural: reflexões de estudos e experiências similares. In: **Participação cidadã no meio rural**: análise dos conselhos municipais no âmbito do Projeto PRORENDA/DLS Bahia. Coleção Gestão Social. Salvador-BA: CIAGS/UFBA/Prorenda/GTZ, p. 17-27, jun. 2006.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CENZI, N. L. **Cooperativismo**: desde as origens ao Projeto de Lei de Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.

CHIZZOTTI, A. Estudo de caso. In: **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COMASFE. **Estatuto Social**. São Felipe, 1980.

CONCEIÇÃO, N. dos S. **Informações COOFATRE** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por gilchaves2@hotmail.com em 31 mar 2010.

CULTI, M. N. **O cooperativismo popular no Brasil**: importância e representatividade. Tercer Congreso Europeo de Latinoamericanistas, em Amsterdam-Holanda, 2002. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt/txt/coopop.pdf>>. Acesso em: 27 set 2009.

DOWBOR, L. Cidadania e desenvolvimento local: renegociando o conceito de desenvolvimento local. In: X Colóquio Internacional sobre Poder Local: Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios, Salvador, 2006. v.1. p.1-13. CD ROM. **Anais...**

DUARTE, L. M. G.; WEHRMANN, M. E. S. de F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar, In: SABOURIN, E. (Org.) **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 6. n. 23, 2006. p. 13-28.

FISCHER, F.; NASCIMENTO, A. **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. Projeto Redes Pintadas. LOTTA, G. S. *et al* (Org.). São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003.

FRANCO, A de. **A nova sociedade civil**: o terceiro setor e seu papel estratégico. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. (Coleção Desenvolvimento ; v. 2).

_____. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: Instituto de Política/Millennium, 2000.

GOLDENBRG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOMES, A. A. Apontamentos sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal. In: **Eccos Revista Científica**. São Paulo, v. 7, n. 2. p. 275-290, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/715/71570203.pdf>>. Acesso em: 5 jul 2009.

GRAU, N. K. *et al.* **Gestão pública e participação**. Salvador: FLEM, Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública, 2005.

GUERRA, A. C. *et al.* O cooperativismo como estratégia de desenvolvimento: a atuação das Cooperativas Populares. In: V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo, 2008, Ribeirão Preto. CD ROM. **Anais...**

GUERRA, A. C. **Gestão de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: uma análise comparativa**. 2008. 106p. Dissertação de Mestrado em Administração - Universidade Federal de Lavras - UFLA. Disponível em: <http://www.prpg.ufla.br/administracao/Teses/ANA_CAROLINA_GUERRA.pdf>. Acesso em: 21 jan 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIGUCHI, A. K. *et al.* Incubadoras de cooperativas populares: desafios e caminhos para a superação In: X Colóquio Internacional sobre Poder Local: Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios, Salvador, 2006. v.1. p.1-15. CD ROM. **Anais...**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas das Populações Residentes, em 1º de julho de 2009, segundo municípios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP_2009_TCU.pdf>. Acesso em: 06 set 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura familiar: primeiros resultados** – Brasil, Grandes Regiões e Unidades de Federação. Rio de Janeiro, p. 1-267, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familia_r_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 01 dez 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006 – São Felipe/BA**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 03 ago 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nupcialidade e fecundidade: resultados da amostra**, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/26122003censofecundhtml.shtm>>. Acesso em: 08 de fev 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: IPEA/PNUD, 1996.

JACOBI, P. R. **Ampliação da cidadania e participação**: desafios na democratização da relação poder público – sociedade civil no Brasil, 1996. Tese de Livre Docência. Faculdade de Educação-Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Acesso em: 22 set 2008.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco – SEPLAN, 1998.

KREUTZ, I. T. **Cooperativismo passo-a-passo**. Departamento de Educação Cooperativista, Serviço Nacional de aprendizagem do Cooperativismo SESCOOP/GO, Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás - OCB/GO, Goiânia, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, A. dos S. **O Peti em Retirolândia-Ba**: implicações e impasses (1997-2007). 2008. 201 p. (Dissertação de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional – UNEB), Santo Antonio de Jesus-BA.

LIMA, T. M. Economia solidária e o desenvolvimento Sustentável: possibilidades e desafios. In: V Encontro Internacional de Economia Solidária: "O Discurso e a Prática da Economia Solidária", 2007, São Paulo. NESOL- Núcleo de Economia Solidária - USP, 2007. p. 1-14. CD ROM. **Anais...**

MARA, S. **Artigo classe A**. Mai./2006. Disponível em: <<http://www.amis.org.br/downloads/gondola/g132/cestas.pdf>>. Acesso em: 02 mar 2010.

MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. São Paulo: Manole, 2004.

MARTINEZ, I. B.; PIRES, M. L. L. S. Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 19, n 1, p. 99-118, jan./abr. 2002.

MARTINS, M. T.; PASSADOR, C. S. O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. In: XLVII Congresso da SOBER, Porto Alegre-RS, 2009. p. 1-19. CD ROM. **Anais...**

_____. *et al.* **O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região**: um estudo de caso de uma Cooperativa de Pequenos Produtores de São Paulo. V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo, Ribeirão Preto-SP, 2008. p. 1-21. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/074-martins.pdf> Acesso em: 22 ago 2009.

MENDES, L. G.; SILVA, D. N. Variação da estrutura fundiária do estado da Bahia. **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 57-60, nov., 1998.

MOURA, M. S. S. *et al.* Gestão do Desenvolvimento Local, Tempos e Ritmos de Construção - o que Sinalizam as Práticas. In: **Revista Brasileira de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro, v. 36, p. 609-626, jul./ago, 2002.

NASCIUTTI, J. C. R. *et al.* Cooperação e autonomia: desafios das cooperativas populares. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2003, vol. 6. p. 91-107. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/cpst/v6/v6a07.pdf>>. Acesso em: 02 jun 2009.

NUNES, S. R. S. **Informações sobre a Cooperativa Agroindustrial do Recôncavo da Bahia** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por gilchaves2@hotmail.com em 15 set 2009.

OLIVEIRA, B. A. M. de. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades** : casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro, 2006.175 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica/RJ.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: _____; SOUZA-LIMA, J. E. de. (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. Curitiba; São Paulo: Annablume, 2006. p. 15-30.

OLIVEIRA, F. M. de. Desafios da Participação Popular no Poder Local. In: Fundação Konrad Adenauer. **Participação Cidadã**: novos conceitos e metodologias. Fortaleza: expressão Gráfica e Editora, 2004.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

Organização das Cooperativas Brasileiras. **Números do Cooperativismo** - Dados Consolidados de 2009. 2010. Disponível em:
<http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/250210_somentenumeros.pdf>.
Acesso em: 04 mai 2010.

PEREIRA, A. B. **Cooperativismo de crédito rural e sua influência no desenvolvimento local**: estudo de caso da SICOOB Sertão, Pintadas-BA, 2008. 169p. (Dissertação de Mestrado em Análise Regional) - Universidade Salvador – UNIFACS. Disponível em: <http://tede.unifacs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=332>.
Acesso em: 8 jun 2009.

PEREIRA, P.G. do. P. Tecnologia e pobreza: a experiência da farinha de mandioca. In: **Rev. Bras. Tecnol.**, Brasília, 13(4), p. 28-32, ago./set., 1982.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROCHA, E. E. R. B. *et al.* Cooperativismo e associativismo: proposta alternativa de geração de trabalho e renda no município de Marilena, PR. 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Belo Horizonte, 2004, p. 1-7. **Anais...**

RODRIGUES, R. **Cooperativismo**: democracia e paz - surfando a segunda onda. São Paulo: [s.n.], 2008.

RODRIGUES, A. A desnutrição procura uma saída. In: **Revista Nacional de Cooperativismo**. OCB, nº 16, p. 58-66, jul/ago, 1980.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática de desenvolvimento. VEIGA, P. F (Org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SALANEK FILHO, P. S.; SILVA, C. L. da. Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável: estudo da cooperativa Bom Jesus – Lapa-PR. In: OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. (Orgs.). **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. Curitiba: São Paulo; Annablume, 2006. p. 143-166.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6 , nº 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

_____. *et al.* Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: _____. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE. **Relatório do Levantamento de sócios da COMASFE**. 2010 [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por gilchaves2@hotmail.com em 12 abr 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C. L. da. *et al.* Cooperativismo e desenvolvimento no Oeste paranaense: o caso da C. Vale na região de Palotina/PR. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador-BA, ano X, nº 18, p. 49-58, dez /2008.

SILVA, S. P. *et al.* Políticas Públicas de Economia Solidária e Inclusão social: Elementos para o Desenvolvimento Local. In: V Encontro Internacional de Economia

Solidária: "O Discurso e a Prática da Economia Solidária", 2007, São Paulo. NESOL- Núcleo de Economia Solidária - USP, 2007. p. 1-18. CD ROM. **Anais...**

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, E. S. **Cooperativismo e dinâmicas territoriais**: um estudo sobre as cooperativas de crédito da microrregião do Pajeú-Pernambuco. 2008, 269 p. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife-PE. Disponível em: <http://www.bdtd.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4221>. Acesso em: 05 set 2009.

_____. *et al.* **Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro**. PIRES, M. L. L. e S. (Org.). Recife: Bagaço, 2004.

SILVA, J. G. da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: SILVA, J. G. da. *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. p. 5-52.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Mapa Território de Identidade 21 - Recôncavo - Bahia**. 2007. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/pdf/reco ncavo.pdf>. Acesso em: 03 ago 2009.

TEIXEIRA, E. C. As dimensões da Participação Cidadã. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p.179-209, jan./dez. 1997.

TENÓRIO, F. G. Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 2 - 5 Nov. 2004. p. 1-20. CD ROM. **Anais...**

_____. *et al.* Gestão social e desenvolvimento local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ENANPAD), Curitiba, 2004. p. 1-15. CD ROM. **Anais...**

TONNEAU, J.; TEIXEIRA, O. A. Políticas públicas institucionais à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. **Raízes**. Vol. 21, nº 02, p. 295-303, 2002.

VALADARES, J. H. **Teoria Geral do Cooperativismo**. Viçosa, MG: UFV. Monografia de Pós-Graduação em Cooperativismo, 2005.

VÁRQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, UFRGS Ed., 2001.

VELLOSO, T. R. *et al.* **Mulheres de fibra**: a experiência do artesanato tradicional no Território do Sisal da Bahia. In: V Encontro Internacional de Economia Solidária, 2007, São Paulo/SP: USP, 2007. p. 1-19. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/p/agosto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Educacao%20A7%20A3o/EPES-06.pdf>>. Acesso em: 02 mar 2009.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v.15, Nº 43, p. 101-119, 2001.

VEIGA, S. M. Como montar cooperativas populares - passo-a-passo para a legislação de cooperativa. In: MANCE, E. A. (Org.). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003. p. 207-244.

_____; FONSECA, I. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

ZURITA, B. R. *et al.* Cooperativa. **Revista SEBRAE** (Brasília), v. 1, 2006. p. 1-22.

APÊNDICE 1 – GUIA PARA ENTREVISTA DO GRUPO FOCAL - COOPERADOS E COOPERADAS DA COMASFE

Pesquisa de campo para o trabalho do curso de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional – UNEB – Campus V – Santo Antonio de Jesus/BA

Título: Cooperativismo e Desenvolvimento Local: Análise da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA.

Objetivo: Analisar as implicações socioeconômicas da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe no desenvolvimento local e os impasses que dificultaram seu maior dinamismo no município, bem como a continuação de suas atividades.

1- Como surgiu a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe?

2- Como era a vida da comunidade antes da existência da COMASFE?

3- Por qual motivo você se associou a COMASFE?

4- Você se envolvia com a cooperativa? De que forma?

5- Você sentia que a COMASFE era uma entidade que te pertencia e que era responsável por ela?

6- Quais os benefícios da cooperativa para a sua vida e para o desenvolvimento da comunidade local?

7- Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento da cooperativa?

8- A cooperativa se relacionava com outras cooperativas?

9- Para desenvolver as atividades a cooperativa estabelecia parcerias? Quais?

10- Os cooperados participavam das reuniões e assembleias?

11- A cooperativa oferecia cursos de capacitação para os associados?

12- Por que a cooperativa deixou de funcionar?

13- Você tem interesse que a COMASFE volte a funcionar? Por quê?

APÊNDICE 2 – GUIA PARA ENTREVISTA - SÓCIOS FUNDADORES

Pesquisa de campo para o trabalho do curso de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional – UNEB – Campus V – Santo Antonio de Jesus/BA

Título: Cooperativismo e Desenvolvimento Local: Análise da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA.

Objetivo: Analisar as implicações socioeconômicas da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe no desenvolvimento local e os impasses que dificultaram seu maior dinamismo no município, bem como a continuação de suas atividades.

- 1- Como surgiu a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe?
- 2- Como era a vida da comunidade antes da existência da COMASFE?
- 3- Por qual motivo você se associou a COMASFE?
- 4- Você se envolvia com a cooperativa? De que forma?
- 5- Você sentia que a COMASFE era uma entidade que te pertencia e que era responsável por ela?
- 6- Quais os benefícios da cooperativa para a sua vida e para o desenvolvimento da comunidade local?
- 7- Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento da cooperativa?
- 8- Você conhece os princípios do cooperativismo?
- 9- Você conhece o estatuto da COMASFE?
- 10- Os cooperados participavam das reuniões e assembleias?
- 11- As decisões aprovadas nas assembleias eram cumpridas?
- 12- A cooperativa oferecia cursos de capacitação para os associados?
- 13- A COMASFE se relacionava com outras cooperativas?

14- Para desenvolver as atividades a COMASFE estabelecia parcerias? Quais?

15- Existia algum tipo de relação da COMASFE com o poder municipal? Como se dava essa relação?

16- Por que a COMASFE deixou de funcionar?

17- Você tem interesse que a COMASFE volte a funcionar? Por quê?

18-O que seria preciso mudar e/ou melhorar para que a COMASFE volte a funcionar e se mantenha sustentável?

19- O que é uma cooperativa para você?

APÊNDICE 3 – GUIA PARA ENTREVISTA - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE

Pesquisa de campo para o trabalho do curso de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional – UNEB – Campus V – Santo Antonio de Jesus/BA

Título: Cooperativismo e Desenvolvimento Local: Análise da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA.

Objetivo: Analisar as implicações socioeconômicas da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe no desenvolvimento local e os impasses que dificultaram seu maior dinamismo no município, bem como a continuação de suas atividades.

Observação: As questões 3,5 e 6 serão reformuladas conforme o grupo entrevistado.

- 1- O cooperativismo é uma alternativa de desenvolvimento para o município de São Felipe? Por quê?
- 2- Por que a prática cooperativista ainda é tão incipiente no município?
- 3- Como analisa a relação entre cooperativas e poder público municipal?
- 4- A COMASFE contribuiu para o desenvolvimento do município? De que forma?
- 5- O poder público municipal tem interesse que a COMASFE volte a funcionar? Por quê?
- 6- O poder público municipal tem interesse em estabelecer parcerias com a COMASFE? Que tipo de parcerias?

APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSOCIADOS DA COMASFE

Pesquisa de campo para o trabalho do curso de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional – UNEB – Campus V – Santo Antonio de Jesus/BA

Título: Cooperativismo e Desenvolvimento Local: Análise da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA.

Objetivo: Analisar as implicações socioeconômicas da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe no desenvolvimento local e os impasses que dificultaram seu maior dinamismo no município, bem como a continuação de suas atividades.

Observação: As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos.

A- Data: ___/___/2010 **Local onde mora** _____

B - Nome: _____

C- Sexo: () Masculino () Feminino

D- Escolaridade:

- | | |
|-------------------------|-------------------------|
| () não alfabetizado | |
| () primário completo | () médio incompleto |
| () primário incompleto | () médio completo |
| () 5º a 8º completo | () superior incompleto |
| () 5º a 8º incompleto | () superior completo |

E- Idade

- | | |
|----------------------|----------------------|
| () menos de 30 anos | () 50 – 60 anos |
| () 30 – 40 anos | () acima de 60 anos |
| () 40 – 50 anos | |

1- Em que você trabalha atualmente?

- () estou desempregado
- () trabalho na minha roça
- () diarista (dou dia na roça dos outros)
- () doméstica
- () aposentado
- () funcionário público
- () outros. Quais?

2- Qual sua renda atual?

- menos de 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- 2 salários mínimos
- mais de 2 salários mínimos

3- Atualmente onde você vende seus produtos?

- na feira livre da cidade
- na feira livre de outra cidade. Quais?
- tenho mercado certo para entregar em minha cidade
- tenho mercado certo para entregar em outra cidade. Quais?
- a comprador na porta (atravessador)
- outros. Quais?

4- Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores nesta comunidade?

- dificuldades na comercialização dos produtos
- falta de valorização dos produtos agrícolas/baixos preços
- falta de oportunidade de trabalho
- insuficiência ou inexistência de assistência técnica
- dificuldade de acesso a cursos de capacitação
- dificuldade de acesso a financiamentos e créditos rurais
- baixa formação escolar e profissional dos produtores
- falta ou limitação de terra para o plantio
- outros. Quais?

5- Participa de alguma entidade, grupo ou movimento social?

- Não
- Sim. Quais?

6- Por qual motivo você se associou a COMASFE?

- para ter um trabalho
- para facilitar e agilizar o processo de fabricação da farinha de mandioca
- para facilitar a comercialização da mandioca e de seus derivados
- para ter acesso a cursos de capacitação
- para ter acesso a financiamentos e créditos rurais
- Para ter acesso a assistência técnica
- porque gosto de trabalhar em grupo
- porque o trabalho coletivo possibilita a integração social
- outros. Quais?

7- Quais as atividades desenvolvidas pela COMASFE?

- cursos de capacitação
- realização de atividades educativas/projetos de promoção de educação
- mutirões
- atividades de lazer
- produção e comercialização da farinha de mandioca
- outras. Quais?

8- Quais as principais contribuições da COMASFE para seus associados?

- geração de emprego
- melhoria na capacidade da geração de renda familiar
- melhoria no comércio local
- Praticidade e agilidade no processo de produção da farinha de mandioca
- Facilidade na comercialização da farinha de mandioca
- facilidade de acesso a financiamentos e créditos rurais
- facilidade de acesso a assistência técnica
- valorização da mandioca e de seus derivados
- melhoria na autoestima dos agricultores
- ampliação do conhecimento dos agricultores
- aumento da integração social da comunidade
- aumento da solidariedade entre as pessoas
- outros. Quais?

9- Quando a COMASFE estava em atividade qual a frequência com que participava das reuniões e/ou assembleias?

- sempre
- as vezes
- raramente
- nunca

10- Você conhece os princípios do cooperativismo?

- Sim
- Não

11- Você conhece o Estatuto da COMASFE?

- Sim
- Não

12- Depois que a COMASFE deixou de funcionar você se associou a outra cooperativa?

- Sim
- Não

13- Se a COMASFE voltasse a funcionar você continuaria no quadro de sócios?

- Sim
- Não

14- Quais as principais causas da decadência da COMASFE?

- limitação de recursos financeiros
- individualismo dos sócios
- falta de participação dos sócios nas reuniões e assembleias
- falta de instrução dos cooperados
- concentração das decisões pela diretoria
- má administração
- falta de transparência por parte de diretorias
- Desonestidade de membros de diretorias
- falta de comprador/mercado para sua produção
- Falta de fiscalização
- pouca ou nenhuma sensibilização dos gestores municipais

() outras. Quais?

15- Você se envolvia com a cooperativa? De que forma?

16- Você sentia que a COMASFE era uma entidade que te pertencia e que era responsável por ela?

17- Você tem interesse que a COMASFE volte a funcionar? Por quê?

18- O que é uma cooperativa para você?

Obrigada pela colaboração.

APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA COMASFE (NÃO-ASSOCIADOS)

Pesquisa de campo para o trabalho do curso de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional – UNEB – Campus V – Santo Antonio de Jesus/BA

Título: Cooperativismo e Desenvolvimento Local: Análise da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe/BA.

Objetivo: Analisar as implicações socioeconômicas da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe no desenvolvimento local e os impasses que dificultaram seu maior dinamismo no município, bem como a continuação de suas atividades.

Observação: As informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos.

A- Data: ___/___/2010

Local onde mora _____

B- Nome: _____

C- Sexo: () Masculino

() Feminino

D- Escolaridade:

() não alfabetizado

() primário completo

() médio incompleto

() primário incompleto

() médio completo

() 5º a 8º completo

() superior incompleto

() 5º a 8º incompleto

() superior completo

E- Idade

() menos de 30 anos

() 50 – 60 anos

() 30 – 40 anos

() acima de 60 anos

() 40 – 50 anos

1- Em que você trabalha atualmente?

() estou desempregado

() trabalho na minha roça

() diarista (dou dia na roça dos outros)

() doméstica

- aposentado
- funcionário público
- outros. Quais?

2- Qual sua renda atual?

- menos de 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- 2 salários mínimos
- mais de 2 salários mínimos

3- Atualmente onde você vende seus produtos?

- na feira livre da cidade
- na feira livre de outra cidade. Quais?
- tenho mercado certo para entregar em minha cidade
- tenho mercado certo para entregar em outra cidade. Quais?
- a intermediário (atravessador)
- outros. Quais?

4- Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores nesta comunidade?

- dificuldades na comercialização dos produtos
- falta de valorização dos produtos agrícolas/baixos preços
- falta de oportunidade de trabalho
- insuficiência ou inexistência de assistência técnica
- dificuldade de acesso a cursos de capacitação
- dificuldade de acesso a financiamentos e créditos rurais
- baixa formação escolar e profissional dos produtores
- falta ou limitação de terra para o plantio
- outros. Quais?

5- Participa de alguma entidade, grupo ou movimento social?

- Não
- Sim. Quais?

6- Se a COMASFE voltasse a funcionar você se associaria?

- Sim
- Não

7 - A renda de sua família melhorou com a criação da COMASFE?

- Sim
- Não

8- A COMASFE desenvolvia algum tipo de atividade educativa na comunidade?

- Sim
- Não
- Não sei

9- A COMASFE realizava alguma atividade de lazer na comunidade?

- Sim
- Não
- Não sei

10-Você acha que a CAMASFE contribuiu para a melhoria das condições de vida da comunidade local e para o desenvolvimento do município? (em caso de resposta afirmativa responda a próxima questão).

Sim Não Não sei

11- Quais as principais contribuições da COMASFE para o desenvolvimento da comunidade local?

- geração de trabalho
- melhoria na capacidade da geração de renda familiar
- melhoria no comércio local
- Praticidade e agilidade no processo de produção da farinha de mandioca
- Facilidade na comercialização da farinha de mandioca
- facilidade de acesso a financiamentos e créditos rurais
- facilidade de acesso a assistência técnica
- valorização da mandioca e de seus derivados
- melhoria na autoestima dos agricultores
- ampliação do conhecimento dos agricultores
- aumento da integração social da comunidade
- aumento da solidariedade entre as pessoas
- outros. Quais?

12-Você acha que é importante que a COMASFE volte a funcionar? Por quê?

Obrigada pela colaboração.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)